

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CUIDAR DO CORPO E DO ESPÍRITO, DOS HOMENS
E DA TERRA: A CONDESSA MATILDA DA TOSCANA
E A POLÍTICA COMO ESFERA DOMÉSTICA (1046-
1115)

NATALIA DIAS MADUREIRA

CUIABÁ-MT

2016

NATALIA DIAS MADUREIRA

Cuidar do corpo e do espírito, dos homens e da terra: a condessa Matilda da Toscana e a política como esfera doméstica (1046-1115)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS, da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Duarte Rust

Cuiabá-MT

2016



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 - CUIABÁ/MT
Tel : 65-3615-8493 - Email : vitalejneto@gmail.com

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO : "Cuidar do corpo e do espírito, dos homens e da terra: a Condessa Matilda da Toscana e a política como esfera doméstica (1046-1115)"

AUTOR : Mestranda Natalia Dias Madureira

Dissertação defendida e aprovada em 28/06/2016.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientador	Doutor(a)	Leandro Duarte Rust
Instituição :	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinador Interno	Doutor(a)	Anderson Roberti dos Reis
Instituição :	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinador Externo	Doutor(a)	Cláudia Regina Bovo
Instituição :	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinador Suplente	Doutor(a)	Thais Leão Vieira
Instituição :	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	

CUIABÁ, 21/08/2018.


Prof. Dr. Vitale Joannoni Neto
SIAPE 2220728

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

M183c Madureira, Natalia Dias.

Cuidar do corpo e do espírito, dos homens e da terra : a condessa Matilda da Toscana e a política como esfera doméstica (1046-1115) / Natalia Dias Madureira. -- 2016

154 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Leandro Duarte Rust.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá, 2016.

Inclui bibliografia.

1. Matilda de Canossa. 2. Poder local. 3. Itália medieval. 4. Política aristocrática. 5. Autoridade familiar. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

MADUREIRA, N. D. Cuidar do corpo e do espírito, dos homens e da terra: a condessa Matilda da Toscana e a política como esfera doméstica (1046-1115). 154p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

RESUMO

Considerando a realidade de descentralização de poder na Itália setentrional dos séculos XI e XII, onde a presença de forças sociais atuantes como Papado e Império Germânico era inegável, temos Matilda de Canossa, condessa da Toscana e duquesa da Lorena, que concentrava em si o posto de gestora da notável fortuna fundiária que herdara à qual denominamos ‘esfera doméstica’. Pretende-se demonstrar sua atuação frente a um exercício político de cunho local, ou seja, um tanto quanto diferente do papel social que lhe é atribuído pela historiografia clássica. Para que seja possível a elaboração de tal análise, recorreremos a outras definições, à conceitos menos convencionais que nos auxiliem a posicionar Matilda em um lugar central, bem como identificar em suas ações, elementos que correspondam a uma gestão autônoma e abrangente. Ela é a ‘autoridade familiar’ que administra bens móveis e imóveis, pessoas e castelos, plantações e animais. Além dos procedimentos inerentes às questões materiais de ordem prática, cabia a ela, igualmente, a orientação moral e por vezes espiritual de seus dependentes. A condessa dá mostras de sua relevância política quando a encontramos envolvida em episódios como, o concílio realizado em Mântua em 1064, ‘capital’ de seus domínios; ou mesmo quando se divorciou de seu primeiro marido, obtendo assim, a retomada de controle sobre seu patrimônio, o que possibilita a argumentação de uma conduta de soberania e autogoverno.

Palavras-chave: Matilda de Canossa. Poder local. Itália medieval. Política aristocrática. Autoridade familiar.

ABSTRACT

Considering the reality of decentralization of power in Northern Italy in the XI and XII centuries, where the presence of active social forces such as the Papacy and the German Empire was undeniable, we find Matilda of Canossa, Countess of Tuscany and Duchess of Lorraine who held the position of manager of a remarkable land fortune which she had inherited and which we call “domestic sphere”. This project aims to show her acting facing a political exercise of local nature, that is, somewhat different from the social role that is attributed to her by the classical historiography. In order for such analysis elaboration to be possible, we use other definitions, less conventional concepts that help us position Matilda in a central place, as well as identify in her actions, elements which correspond to a comprehensive and autonomous management. She is the householder that administrates movable and immovable property, people and castles, plantations and livestock. Besides the procedures related to material matters of practical order, she was also in charge of moral, and sometimes spiritual, orientation of her dependants. The countess shows her political relevance when we find her involved in episodes such as the council which took place in Mantua in 1064 ‘capital’ of her domains; or even when she divorced her first husband, regaining the control of her inheritance, which allows the argumentation of a sovereignty and self-government conduct.

Keywords: Matilda de Canossa. Local Power. Medieval Italy. Aristocratic politics. Household.

Para Bianca [*in memoriam*], com amor e saudade e para ‘vó’ Antônia [*in memoriam*], que de tão boa contadora de histórias, ainda nos presenteia com os ecos da sua imaginação.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é resultado de uma pesquisa que me acompanha desde a graduação e que sintetiza o entusiasmo e a curiosidade característica de quem se depara com o desconhecido. Por isso, não posso deixar de começar agradecendo à CAPES e UFMT pelo respaldo que possibilitou o desenvolvimento dessa pesquisa. Aos professores que me serviram de inspiração e que, na mesma proporção, foram figuras acessíveis e tangíveis no meu processo de amadurecimento acadêmico: Liliane Capilé, Thaís Leão, Anderson Roberti dos Reis, Cláudia Bovo e Oswaldo Machado Filho. Ao meu orientador, professor Leandro Duarte Rust que sempre soube dosar liberdade e prudência, exigência e apoio, tolerância e diretriz.

Agradeço aos amigos que insistente e incansavelmente reclamavam a minha presença e fizeram sempre questão de compartilhar suas vidas e seu amor comigo, mas mais importante: que acima de tudo, fizeram questão de participar da minha vida, às vezes sendo voz, às vezes sendo só ouvido. Agradeço à Camila, pela postura de achar o que eu faço assim tão importante, a admiração com que tratava minha pesquisa foi o que, muitas vezes, me deu fôlego novo para querer melhorar mais e mais. À Luciene, que por já ter andado pelo caminho que percorro com leveza e graça conseguia aplacar minha ansiedade e angústia, me fazendo acreditar que ia dar certo. Ao Alexandre e à Fernanda, meus eternos companheiros de condomínio, a ‘dupla simpatia’ de qualquer roda, qualquer ambiente, qualquer situação, donos – cada um a seu modo – de um carinho e compreensão que mesmo nos meus dias de comportamento mais hermético e humor menos maleável, batiam à minha porta para uma oferta, um pedido, um conselho ou uma anedota. À Thaisa por todas as gargalhadas, a mente atenta e o olhar encorajador, Bruna pela companhia e paciência, Douglas pela preocupação, Carolina Akie pela segurança, enfim, àqueles colegas de mestrado que me acompanharam ao longo dessa trajetória.

À minha irmã Paula, por toda a criticidade e a capacidade de dialogar; por ter me ensinado a ser curiosa e por desafiar meu posicionamento frente à vida e minha sede de aprendizado. Ao meu pai, que disse que o mais importante nessa

vida é estar feliz com o que se faz e que, portanto, se esforçou em viabilizar esse meu contentamento chamado História. E por fim, agradeço imensamente à minha mãe, que na sua simplicidade consegue transmitir tamanha complexidade de ensinamentos e no seu pragmatismo não deixa de atentar para a sutileza e fluidez da intuição, sendo força e sensibilidade.

EPÍGRAFE

*Esse longo caminho que eu traço
Muda constantemente de feição
E eu não posso saber que direção
Tem o rumo que firmo no espaço
Tem momentos que sinto que desfaço
O castelo que eu mesmo levantei
O importante é que nunca esquecerei
Que encontrar o caminho é meu empenho
Como posso saber de onde venho
Se a semente profunda eu não toquei?
Mestre Ambrósio*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. A ESFERA DOMÉSTICA E A CONDUTA GOVERNAMENTAL DE MATILDA, CONDESSA DA TOSCANA	26
1.1 Acerca do político	26
1.2 O político como esfera doméstica: sua lógica social e atores	34
1.3 A participação dos bispos	47
1.4 Manter a ordem ou o cuidar dos homens e das terras	49
1.5 A mobilidade dos sujeitos ou uma crítica à concepção clássica de política na Idade Média.....	58
1.6 Conclusão.....	71
2. AFIRMAÇÃO E LEGITIMAÇÃO COMO PATERFAMILIAS: O DIVÓRCIO E OS RUMOS DO PODER SENHORIAL DA CONDESSA DE CANOSSA	72
2.1 Lugar social feminino numa atmosfera de preponderante misoginia	73
2.2 Conceituando as linhagens senhoriais no século XI	80
2.3 A condessa e o casamento: uma ameaça à linhagem de Canossa	82
2.4 O divórcio como meio de afirmação de um <i>dominus</i>	86
2.5 A gestão canossana	89
2.6 O divórcio e a manutenção dos laços de interesses.....	98
2.7 Conclusão.....	101

3. COMO A TRADIÇÃO CRISTÃ DE REALIZAÇÃO DE CONCÍLIOS NOS LEVA À MÂNTUA, EM 1064, ONDE OS RUMOS DA IGREJA E DO IMPÉRIO FORAM DIRECIONADOS À ESFERA DOMÉSTICA CANOSSANA.....	103
3.1 Os concílios através dos séculos	103
3.2 A dança canossana	107
3.3 Características e sequência de alguns pontificados reformistas onde a proximidade dos Canossa nas questões da ‘Alta Política’ se torna mais evidente	115
3.4 Um arcebispo em vias de gestão temporal.....	125
3.5 Dois corpos não ocupam o mesmo espaço.....	132
3.6 Mântua e a casa de Canossa	138
3.7 Conclusão.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
BIBLIOGRAFIA	152

INTRODUÇÃO

Falar dos mortos é também negar a morte e, quase, desafiá-la. Igualmente diz-se que a história os “ressuscita”. Esta palavra é um engodo: ela não ressuscita nada. Mas evoca a função outorgada a uma disciplina que trata a morte como um objeto do saber e, fazendo isto, dá lugar à produção de uma troca entre vivos¹.

A suntuosa família dos condes de Canossa se findou com Matilda, a última a carregar tal denominação. E o espaço de tempo que nos separa da data de sua morte – a saber, nove séculos – parece não ser suficiente para abarcar todas as minúcias presentes em uma existência de sessenta e nove anos. Parece-se querer saber tudo, falar sobre tudo que diz respeito à sua vida. Tem-se então, ao longo de todo esse tempo, trabalhos que vão desde uma atenção específica à arte produzida em seu período e, por conseguinte, muitas vezes por ela financiada, até mesmo àqueles que tratam sobre a geologia referente à sua época.² Cada um dos autores, partindo das mais diferentes e particulares finalidades que os levam a se envolver

¹ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 42.

² SALVARANI, Renata & CASTELFRANCHI (Org.). **Matilda di Canossa, Il Papato, l'Impero: storia, arte, cultura alle origini del romanico**. Milão: Silvana Editoriale, 2008; HAY, David J. **The Campaigns of Countess Matilda (1046 – 1115): An analysis of the History and Social Significance of a Woman's Military Leadership**. Canadá: University of Toronto, 2000; GOLINELLI, Paolo. **Matilda e i Canossa**. Milão: Mursia, 2004; FUMAGALI, Vito. **Matilda di Canossa: el poder y la soledad de una mujer del medioevo**. Argentina: Fondo de Cultura Económica, 1996; SERVIZIO GEOLOGICO, SISMICO E DEI SUOLI. **Geologia e ambiente nelle terre matildiche: tra canossa e quattro castella**. Regione Emilia-Romagna, 2004; LAZZARI, Tiziana. **Miniature e versi: mimesi della regalità in Donizone**. In: ISABELLA, G. **Forme di poteri nel pieno medioevo (secc. VIII-XII): Dinamiche e rappresentazioni**. Bologna, 2006; SMITH, Rachel. **The art of inventing Matilda of Canossa**. USA: Arizona State University, 2012; FIORENTINI, Francesco Maria. **Memorie della gran contessa Matilda: Restituata alla patria lucchese**. Lucca: Stamperia di Vincenzo Giuntini, 1756; TOSTI, Luigi D. **La contessa Matilde e i romani pontefici**. Firenze: Barbèra, Bianchi e Comp., 1859; PUGLIA, Andrea. **“Beata filia Petri”**: Matilde di Canossa e le città della Toscana nord-occidentale tra XI e XII secolo. Itália: Edizioni il Campano, 2013; HUDDY, Mary E. **Matilda, Countess of Tuscany**, Londres: Jonh Long, 1906; DUFF, Nora. **Matilda of Tuscany: La Gran Donna D'Italia**. London: Methuen & CO, 1909; LAZZARI, Tiziana. **Aziende Fortificate Castelli e Pievi: Le Basi Patrimoniali dei Poteri dei Canossa e le Loro Giuridizioni** In: CALZONA, Arturo (Ed.). **Matilde e il tesoro dei Canossa tra castelli, monasteri e città**. Milano: Silvana Editoriale, 2008; MCGOWAN, Kathleen. **O legado de Maria Madalena II: O livro do amor**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009; SPIKE, Michèle. **Tuscan countess: The life and extraordinary times of Matilda of Canossa**. New York: The Vendome Press, 2004.

com a biografia de Matilda, parecem ter em comum a vontade de compreender de que forma uma aristocrata italiana do século XI, vivendo em um período caracterizado por movimentações sociais recorrentes, das mais variadas naturezas pode, ainda hoje, ser figura tão presente no imaginário europeu, sobretudo italiano. Se faz necessário pontuar que, em uma grande parte destas produções, Matilda figura, se não com participação direta, ao menos como um “modelo” ou uma inspiração; reflexos do mito matildino, que mesmo com o passar dos séculos, ainda assiste à reverberação de tal associação. Há diferentes grupos, ou mesmo diferentes obras, que acionam a figura da condessa como um possível precedente: compreendem-na, por vezes, como um caso expoente do gênero feminino; em outros registros vê-se uma proximidade de sua imagem com leituras da ordem das hagiografias, por exemplo. O fato é que pesquisar a senhora toscana não nos permite – muito menos nos habilita – afirmar qual se encontra em maior quantidade: as respostas que lhe atribuem ou as perguntas que lhes fazem.

As obras lidas e utilizadas como aporte bibliográfico para esta pesquisa até o momento se situam quase que totalmente entre duas vertentes: ora se dispõe a discorrer sobre um aspecto específico que tenha relação com Matilda, ora apresentam uma narrativa linear, elencando os pontos que julgam ter maior destaque social ao longo de sua trajetória. Em linhas gerais, os trabalhos destacam questões de forma mais direcionada, específica. Expliquemos. Ao apresentar a princesa como um consistente suporte material da igreja, que por não poder compartilhar sua vivência com entes próximos, dada a morte da maioria destes, acaba por voltar sua atenção para as obras e para os membros da igreja³, tais trabalhos deixam de atentar para a dimensão do seu raio de atuação, além de limitar o significado e a implicação da disposição do lugar social ao qual ela pertencia. Se sua mais relevante função fosse prover contingente militar e doar riquezas a algumas causas clericais, certamente outras áreas da competência de um dono de propriedades e/ou gestor de domínios ficariam seriamente comprometidas. Mais do que isso, se Matilda apresentasse uma postura de incapacidade em resolver questões de cunho prático, automaticamente estaria impossibilitada de concretizar as ações que as fontes lhe atribuem. Possessões habitadas por populações insubordinadas ou

³ FUMAGALI, Vito. **Matilda di Canossa...**

desleais, várzeas improdutivas e dificuldade em despertar empatia na maior parte de interlocutores são motivos – internos – mais que suficientes para desestabilizar a gestão de um dirigente, além de afetar a disponibilidade dos bens a serem distribuídos.

Da mesma forma, um enredo sequencial romantizado⁴ que não problematiza o conteúdo de seu texto; pois não apresenta uma reflexão acerca da relação entre os agentes e seu meio. Encontramos esse tipo de caracterização nas obras que a associam aos representantes da “Alta Política” do período. A ressalva não está no vínculo; para nós, é inegável sua existência. Porém, a maneira como essa relação vem sendo apresentada até então destoa da tônica que se pretende conferir a este trabalho. Conceder à duquesa a função de mediadora política frente à disputa travada entre o reino germânico e o papado⁵, caracterizando-a como uma peça maleável que, mesmo dando claras demonstrações de apoio à igreja, era desprovida de uma marca pessoal a ponto de pertencer aos dois lados em disputa, seria descaracterizar a posição senhorial de poder e esmaecer a compreensão da dinâmica social que identificamos. Reconhecer a relevância de seu governo apenas em função de suas virtudes e sinalizar seu patrimônio somente quando este está à disposição de uma causa considerada maior, que não lhe pertencia e na qual era apenas uma colaboradora, imprime à Matilda uma localização periférica caracterizada por um limitado desempenho político e social.

Para nós, é a margravina italiana quem está no centro, capitaneando a gestão de seus domínios, bem como influenciando as condutas tanto do império quanto do alto escalão eclesiástico. A partir do desenvolvimento de um poder pautado em estruturas com características locais⁶, Matilda demonstra ter autonomia para coordenar bens e pessoas em escala suficientemente capaz de comprometer os movimentos da “Alta Política”. Portanto, não identificamos Matilda como uma acólita de Gregório VII, uma ajudante da causa papal; tampouco é ela uma ponte em potencial entre o referido pontífice e o imperador Henrique IV. Sua posição é mais cardinal.

⁴ HUDDY, Mary E. **Matilda, Countess of Tuscany...**; DUFF, Nora. **Matilda of Tuscany...**

⁵ GOLINELLI, Paolo. **Matilda e i Canossa**. Milão: Mursia, 2004.

⁶ Num primeiro momento, compreendemos local, aqui, como sendo equivalente aos domínios matildinos; tudo aquilo que lhe pertence, faz parte da sua localidade. E é esta localidade que repercute para outras instâncias de poder.

Em algumas obras como, *Matilda, countess of Tuscany* de Mary E. Huddy e *Matilda of Tuscany: la gran donna d'Italia* de Nora Duff podemos identificar narrativas que são facilmente localizadas como inspiradas pelo texto de Donizo⁷; conferem um tom apologético à vida da condessa. A Matilda dessas autoras personifica a heroína católica, como alguém que transpõe todas as barreiras impostas movida pelo desejo de colaborar com a causa da igreja. Ambas as obras caminham linearmente, numa configuração cronológica, que passeia por sua existência, apresentando interlocutores, experiências e eventos relevantes. Porém trata-se disso: uma narrativa. Não há reflexões acerca de posições sociais ou mesmo a respeito dos motivos que fundamentavam suas ações. Em *Matilda di Canossa: el poder y la soledad de una mujer del medioevo* de Vito Fumagalli, temos uma deslocada aristocrata que avança pelos anos carregada cada vez mais de solidão e pesar. Sua trajetória é marcada pelo sofrimento de presenciar a morte de tantos entes queridos, um a um. Além de conferir sentimentos à personagem, o autor, em algumas passagens se dedica a fazer quase que uma biografia assistida. A sensação que fica após a leitura de algumas passagens é que ele conhece e compreende o íntimo de Matilda. Contudo, muitas vezes retira-lhe a autonomia governamental ao atribuir a ela um sugestivo comportamento de quem se move apenas empurrada pela torrente de acontecimentos que compuseram o norte da Itália nos séculos XI e XII. O trabalho *Matilda di Canossa, Il Papato, l'Impero: storia, arte, cultura alle origini del romanico*, organizado por Renata Salvarani, apresenta características de um catálogo artístico, dada a quantidade de imagens exibindo objetos que de alguma forma remetem à Matilda. Apesar da relevância das informações imagéticas, não expõe um interesse que vá além deste, mesmo no texto que traz; e,

⁷ Nascido, provavelmente, em 1071 e tendo falecido não antes de 1136, Donizo – ou Donizone – de Canossa viveu em Sant'Apollonio de Canossa, onde foi monge e abade. Entre os anos de 1111 e 1112 ele compôs a *Vita Mathildis*, “o meglio, come D. stesso l'intitolò, il *De principibus Canusinis*, è l'opera maggiore, scritta tra il 1111 e il 1115. Si tratta di un poema in due libri, di 20 capitoli ciascuno, che, nel progetto dell'autore, dovevano essere di 1.400 versi ciascuno; ma la morte della contessa Matilde, giunta prima che il poeta potesse donarle l'opera che aveva composto per lei, gli fece aggiungere altri due capitoli: uno nel quale describe la morte della contessa (24 luglio 1115) e la sua sorpresa nell'apprendere la notizia, proprio mentre stava rilegando il volume (II, vv. 1401-1535), ed il secondo per l'arrivo dell'imperatore Enrico V a Canossa, il 7 apr. 1116 (II, vv. 1536-1549)”. GOLINELI, Paolo. “Donizone”. **Dizionario Biografico degli Italiani** – vol. 41 (1992). Disponível em: < [16](http://www.treccani.it/enciclopedia/donizone_(Dizionario-Biografico)/>. Acesso em: 13 ago. 2015.</p></div><div data-bbox=)

portanto, não se propõe a retirar a princesa do lugar clássico que já lhe pertence há tanto tempo.

Assim sendo, diante do quadro composto pela historiografia a respeito da referida senhora – que não apresenta elementos suficientes para abranger o sentido de uma autonomia política condizente com as ações da condessa, e que tampouco aprofunda caminhos que permitam explorar as práticas guiadas por interesses pessoais pertinentes a esta governante medieval – nosso problema é pautado pela seguinte indagação: qual a relevância social e política manifestada pela condessa Matilda de Canossa diante do contexto e dos acontecimentos que permearam o norte da Itália em finais do século XI e parte do XII?

Para que pudéssemos enveredar por um caminho que fornecesse elementos necessários para contemplar tal questão, foi preciso recorrer a uma historiografia recente e pouco usual. Nossa proposta de interpelar Matilda sob uma perspectiva diferente das disponíveis até então, partiu de uma incongruência entre a historiografia e parte das fontes. Havia uma condessa presente nas obras publicadas ao longo dos séculos, identificada como uma grande dama da Itália medieval relacionada com a questão da “Reforma Gregoriana”⁸ e, em contrapartida, havia uma condessa um tanto quanto mais complexa, que se arvora por questões não tão comuns à sua versão romântica e que, por conseguinte, apresenta características e desenvolve ações que não haviam sido discutidas ou problematizadas. Para a possível veiculação de uma conduta autônoma e centralmente localizada, apoiamos este trabalho em fontes de diferentes naturezas.

Num primeiro momento houve o contato com a obra *Vita Mathildis* produzida entre 1111-1112, portanto, quando a condessa ainda vivia. Escrita em forma de poema pelo monge Donizo da abadia de Canossa, foi financiada, mesmo que indiretamente, por Matilda. Trata-se, portanto, de uma obra que tem por característica evidente o estilo laudatório em sua estruturação. Cópias do poema, tomadas diretamente do códice de Canossa foram realizadas em 1234. Até este estágio da pesquisa, o conteúdo de nossas reflexões condizia com as imagens

⁸ O termo em questão encontra-se entre aspas, uma vez que nós não adotamos tal definição tão cristalizada acerca dos assuntos políticos do Medievo do século XI. Para uma melhor compreensão sobre ler: RUST, Leandro D. **A reforma papal (1050-1150)**. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

dominantes na historiográfica a respeito da condessa. Foi somente a partir do contato com o conteúdo do epistolário matildino, que as divergências surgiram.

O conjunto de 45 cartas que pode ser facilmente acessado encontra-se inserido em um projeto executado pela Universidade de Columbia intitulado *Medieval women's latin letters*⁹. Tal iniciativa se propõe a compilar, em um único site, todas as cartas que, apresentando mulheres como agentes da missiva, foram publicadas. No estágio atual do trabalho, as cartas foram por nós separadas em fichas, de acordo com as seguintes legendas: concessão de terras, demonstrações de poder/gestão, redes de solidariedade social. Essa divisão é necessária para um melhor mapeamento das diferentes ações executadas por Matilda. São textos em que a condessa – e sua mãe – aparece como remetente ou destinatária da seguinte forma: 2 cartas foram enviadas por Beatrice entre os anos de 1072-1076, ambas de destinação pública, ela recebeu 2 do Papa Gregório VII (28 de abril de 1073 e maio de 1073) e 2 do monge Pedro Damiano (em 1057 e 1067); 18 são originárias de Matilda, sendo 16 de destinação pública, 1 para Alberto, um vassalo seu e 1 para o Papa Pascoal II (2/3 de 1115). Na posição de receptora, escreveram para Matilda: Anselmo, arcebispo da Cantuária (2 cartas), Hugo, bispo de Die (2 cartas), João de Mântua (2 cartas), Papa Urbano II (2 cartas), Papa Pascoal II (1 carta), Ubaldo, bispo de Mântua (2 cartas) e Rangerio, bispo de Lucca (1 carta). Por fim, temos as cartas escritas por Gregório VII, que escreve entre 1074 e 1079 (4 cartas) e aquelas que são destinadas tanto para Matilda como para Beatrice (5 cartas), entre 1073 e 1074. Ainda dentro do estilo literário epistolar, lidamos com as cartas de autoria do papa Gregório VII, contidas em *The Correspondence of Pope Gregory VII: Selected Letters From The Registrum*¹⁰. Por fim, no âmbito das fontes, fazemos usos das crônicas Suábias, publicadas como *Eleventh-century Germany: The swabian chronicles*¹¹ e do *Liber Ad Amicum*, que, escrito pelo bispo Bonizo de Sutri, está inserido na edição *The papal reform of the eleventh century: Lives of pope Leo IX*

⁹ Disponível em: <<http://epistolae.ccnmtl.columbia.edu/woman>>. Acesso em 12 abr. 2016.

¹⁰ EMERTON, Ephraim. **The correspondence of Pope Gregory VII: selected letters from the Registrum**. Columbia: Columbia University Press, 1990.

¹¹ ROBINSON. Ian S. **Eleventh-century Germany: The swabian chronicles**. Manchester, New York: Manchester University, 2008.

*and pope Gregory VII*¹² de Ian Stuart Robinson e dos plácitos contidos em *I Placiti del “Regnum Italiae”*¹³, de Cesare Manaresi.

Por um período de aproximadamente trinta e nove anos, Matilda esteve à frente de domínios que lhe foram deixados por herança, assumindo uma posição de gestora de possessões que pela vastidão, riqueza e localização despertavam o interesse de alguns contemporâneos. Para conduzir de maneira eficaz propriedades por vezes distantes, a condessa precisou agrupa-las de alguma forma; essa “ligação” era realizada pela figura da própria condessa; não somente – ou principalmente - no sentido expedicionário, de alguém que percorre longas distâncias com a finalidade de se fazer presente e se fazer reconhecer por seus subordinados. Isso sim. Mas em uma acepção mais abrangente, esse vínculo se dava muito mais no sentido estrutural. Em linhas gerais, era o “*modus operandi*” da senhora italiana, sua forma de se articular politicamente que lhe permitia coligar diversas localidades, povoadas por muitas pessoas e detentoras de muitos elementos socioculturais sob uma mesma formulação. Dizemos que Matilda era o cerne dessa organização, justamente porque caracterizamos-a como um *paterfamilias*; alguém que, sendo a autoridade familiar (*dominus*) de um domicílio (*domus*), precisava manter a ordem em uma larga escala social e que, portanto, desenvolvia funções que perpassavam tanto por questões práticas – economia, guerra, segurança e provisões – quanto assuntos de cunho moral – religião, obediência, aconselhamento. Para o bom funcionamento dessa estrutura, a autoridade familiar precisava contar com a colaboração de diversas outras pessoas, ocupando posições nos mais diferentes níveis e dispostas a desempenhar as mais variadas funções. E Matilda estava à frente desta posição aristocrática. Entre religiosos de alto escalão, até empregados dos castelos ou populações vivendo ao redor de tais edificações, tem-se agentes que reverberam a forma governamental desempenhada por Matilda.

¹² SUTRI, Bonizo of. “Book to a friend”. Book V In: ROBINSON, Ian S. **The papal reform of the eleventh century: Lives of Pope Leo IX and Pope Gregory VII.** USA: Manchester University Press, 2004.

¹³ MANARESI, Cesare. **I Placiti del “Regnum Italiae”.** Instituto Palazzo Borromini: Roma, 1960.

Em nossa concepção, apesar de ter pertencido a uma sociedade intitulada por muitos como sufocantemente misógina¹⁴, a condessa pode ser estudada como uma mulher que não foi absorvida por esse discurso. Podemos dizer que mesmo as personagens femininas transgressoras são enquadradas por esta “visão clássica”, pois, aquelas que apresentaram um comportamento diferente do socialmente normativo, acabam por, frequentemente, receber ares de excepcionalidade. O que não podemos perder de vista é que, mais do que uma estrutura social que comportava concepções declaradamente avessa às mulheres como: “*sob a influência de São Jerônimo e de uma tradição patrística e hostil à mulher, esta era, antes de tudo, apresentada como a filha de Eva, raiz de todos os males e principal agente do pecado*”¹⁵, a Idade Média apresentava um quadro de reprodução de comportamento preestabelecido por uma hegemônica cultura letrada que, por sua vez, era sinônimo de cultura clerical. Ou seja, os religiosos, produtores e editores das obras que chegaram até nós como “fontes históricas”, mais do que retratar a sociedade, faziam um exercício de antecipação: transmitiam, através de seus decretos, tratados e regulamentações, a imagem de um tipo de organização pretendida, desejada aos olhos eclesiásticos e que por trás até mesmo de um texto que conferia às mulheres a capacidade da escolha em jogos de sedução cortesões, subentendia a existência da misoginia.¹⁶

Portanto, os textos que nos chegam, através de uma historiografia vigente – leia-se, majoritariamente da Europa ocidental¹⁷ – e que porventura se propõem a trabalhar com fontes produzidas nesse período, acabam por conter algumas prescrições que chegam a casos extremos de punição a serem aplicadas a pessoas infratoras. Lembrando que as maiores atingidas por tais sanções eram as mulheres. Isso não significa dizer que as penas eram equânimes; numa sociedade estratificada há igualmente diferentes níveis de penitências. A condessa, portanto,

¹⁴ DUBY, Georges & PERROT, Michelle. **História das Mulheres: a Idade Média**. Lisboa: Edições Afrontamento, 1993, p. 37-8; PILOSU, Mario. **A Mulher, a Luxúria e a Igreja na Idade Média**. Lisboa: Estampa, 1995, p. 32.

¹⁵ VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na Idade Média ocidental: (séculos VIII a XIII)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, p. 99.

¹⁶ DUBY, Georges. **Eva e os padres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 158-9.

¹⁷ Entre eles PILOSU, Mario. **A Mulher, a Luxúria e a Igreja...**; BERNOS, Marcel et alii. **O fruto proibido...**; BROWN, Peter. **Corpo e Sociedade: O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

a julgar pela camada social a qual pertencia, por si só receberia um tratamento diferenciado quanto às suas faltas, por exemplo, daquele aplicado a uma noviça ou a uma jovem esposa camponesa. O fato de ter sido única herdeira de um dos maiores patrimônios fundiários da Itália medieval, não lhe deixava alternativa que não fosse governar. Não havia irmãos. Tios e primos – inclusive o imperador da Germânia – que pudessem desempenhar tal função existiam, e ansiavam por isso, mas, precisamente aqui, Matilda converteu-se em protagonista de uma autonomia política que tornou-se incontornável para os agentes de poder senhorial do norte da Península Italiana. Compreender a ascensão e a atuação desta autonomia é tarefa central desta pesquisa.

A margravina toscana assumiu o controle de seus domínios não de maneira acidental ou como um fim em si mesmo; a postura por ela adotada demonstra um claro interesse em ser uma gestora inteirada dos assuntos mais diversificados que dissessem respeito às suas dependências. A configuração de sua administração está inserida dentro de uma lógica de poder local, ou seja, autônoma, dissociada dos grandes polos de poder identificados no período como centrais ou para os quais quaisquer outros confluíam. E um dos episódios que, para nós, demarca essa conduta preeminente, se situa na conjuntura envolvendo seu divórcio. Ao se casar com o filho homônimo de seu padrasto, após ser a ele prometida através de documentação, quando ainda era uma criança, Matilda viu suas possessões serem absorvidas por aquelas pertencentes à casa dos duques da Lorena. A atitude por ela tomada, de se desligar dessa união, reavendo o controle daquilo que lhe pertencia é um exemplo de demarcação de uma autarquia que era por essência distinta daquela adotada por seu esposo e que, portanto, não poderia ser fundida, tampouco ser entendida sob uma perspectiva política coesa.

Nosso trabalho, por conseguinte, se propõe a seguir uma concepção do que foi a trajetória, mormente política, de Matilda de Canossa um tanto quanto diferenciada daquela que frequentemente encontramos nas obras que a mencionam. Matilda foi mecenas. Devotada. Justa. Comandante. Artística. Belicosa. Articulista. Generosa. Conselheira. Administradora. Expedicionária. Mas não somente. Para nós todas essas características – e tantas outras que lhe cabem – são porções, alíquotas inseridas numa lógica bem definida: a de alguém que por desempenhar

um papel social central precisava conter em sua essência os adjetivos acima citados, correspondendo à expectativa que se espera de um *paterfamilias*. O primeiro capítulo, portanto, tem como finalidade aliar esse conceito com a trajetória de Matilda.

A conceituação do termo *paterfamilias* se baseia em uma teorização contida na obra *The formation of papal authority in Late Antique Italy: Roman Bishops and the Domestic Sphere*, de Kristina Sessa¹⁸. Trata-se do resultado da tese de doutoramento defendida pela autora e que se propõe a trazer para uma avaliação a ação política fundamentada no âmbito da esfera doméstica, de seus agentes e suas particularidades. Para Sessa, a esfera doméstica se forma em volta de um *paterfamilias*, de uma autoridade familiar proprietária de domínios. A estrutura de seu domicílio é composta por membros que vão além da família nuclear; todos os dependentes, de alguma forma, das possessões de um senhor de terras, fazem parte da sua parentela. Ainda que a temporalidade da obra se localize na Roma tardo-antiga, nossa pesquisa, mesmo tendo como personagem central uma aristocrata do medievo, se aproxima muito mais da concepção de Sessa do que de outras obras mais clássicas a respeito da Idade Média, uma vez que estas não permitem uma inserção de alguém como Matilda em suas formulações. Além de mordomos, o *paterfamilias* contaria com a colaboração de inquilinos, notários, procuradores, dispensadores, entre outros e encontramos tais colaboradores entre os interlocutores de Matilda. Portanto, a obra de Kristina Sessa é crucial para a demarcação e compreensão dos limites de poder da condessa; somente o uso desta definição de agentes sociais nos facultaria responder à questão chave deste trabalho.

Aliada ao diálogo com *The formation of papal authority*, lançamos mão também da conceptualização de aristocracia proposta por Joseph Morsel na obra *La aristocracia Medieval: El dominio social em Occidente (siglos V-XV)*¹⁹. Obra utilizada no primeiro capítulo, mas que também apresenta sua funcionalidade ao conferir exemplos e teorizações ao segundo capítulo desse trabalho. Aqui encontramos uma visão menos rígida e mais abrangente acerca da sociedade do

¹⁸ SESSA, Kristina. **The Formation of Papal Authority in Late Antique Italy: Roman Bishops and the Domestic Sphere**. Estados Unidos: Cambridge University, 2012.

¹⁹ MORSEL, Joseph. **La aristocracia medieval: el dominio social en Occidente (siglos V-XV)**. Espanha: Publicacions de la Universitat de València, 2008.

medieval, que não se prende a perspectivas tidas como clássicas, tampouco a binarismos imediatos. O modo como tal obra apresenta uma definição de aristocracia permite igualmente a identificação de interações sociais mais horizontalizadas, como em redes de contatos. Morsel, ao discorrer sobre as normas sociais produzidas pela aristocracia laica e pela aristocracia clerical, mostra que essa relação não é estanque, tampouco unilateral. Há uma influência mútua entre tais agentes políticos que leva à incorporação dinâmica de elementos oriundos da outra parte. Além disso, a abordagem de Morsel sinaliza as diversas formas de demonstração de poder e dominação adotadas pelos dois grupos aristocráticos. A abordagem do autor sobre a constituição das topolinhagens, estruturas dinásticas que se apresentam muito mais ligadas ao domínio da terra, impondo a patrimonialidade sobre a disposição da consanguinidade, oferece-nos uma plataforma de observação promissora para um estudo político sobre a condessa Matilda da Toscana.

Ainda no segundo capítulo, pontuaremos a posição dada às mulheres da Idade Média pelos religiosos, que concentravam em si a propagação do pensamento da época, atribuindo-lhes certa invisibilidade social e regulamentando suas ações; silenciando sua autonomia para aquela realidade social e para a posteridade, através dos registros que deixaram. Para isso, fazemos uso de obras já bem referenciadas em relação à história das mulheres no medieval como *O fruto proibido*²⁰ compilada por Marcel Bernos, *Corpo e sociedade: O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*²¹, de Peter Brown, *História das mulheres*²², de Georges Duby e Michelle Perrot, *Eva e os padres*²³, também de Duby e *A Mulher, a luxúria e a igreja na Idade Média*²⁴, de Mario Pilosu. Todas essas obras nos auxiliaram a compreender como a imagem da mulher foi cristalizada pelas fontes e expressões do comportamento social medieval e de que maneira a Condessa Matilda de Canossa se apresentava nessa realidade. Isso porque, de acordo com as fontes que usamos, sua trajetória foi sempre muito marcada por mostras de gestão, domínio e

²⁰ BERNOS, Marcel et alii. **O fruto proibido...**

²¹ BROWN, Peter. **Corpo e Sociedade: O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

²² DUBY, Georges & PERROT, Michelle. **História das Mulheres...**

²³ DUBY, Georges. **Eva e os padres...**

²⁴ PILOSU, Mario. **A Mulher, a Luxúria e a Igreja...**

independência. Um dos movimentos que mostram essa soberania e/ou insubmissão foi o seu divórcio. Estando casada com o filho de seu padraastro, ocupou-se de se separar de Godofredo para então, retomar o controle sobre seus domínios e imprimir a estes a marca matildina.

Para demonstrar, de maneira mais concreta de que forma a condessa – e sua mãe, Beatrice – articulava seu governo, utilizamos outra sorte de fontes: os plácitos. Registros de assembleias deliberativas que detinham em sua proposta a resolução de conflitos, imposição de multas, concessões de terras e doações de propriedades, por exemplo. Os plácitos produzidos quando Godofredo, ‘o Barbudo’, esposo de Beatrice ainda vivia, trazem, nas expressões registradas, a situação de coadjuvante conferida à mãe de Matilda, que passa, ainda nesse período a se movimentar em uma direção diferente daquela adotada pelo marido que, por não ser um canossano, atendia aos seus próprios interesses, beneficiando o ducado da Baixa e Alta Lorena, local de sua dominação hegemônica. São 23 registros, entre os anos de 1071-1080, que separamos da seguinte forma: 10 deles foram presididos por Beatrice, dos quais 1 conjuntamente com o genro, Godofredo, 10 por Matilda e 3 por ambas. Os registros desses plácitos estão compilados, como já mencionado, na obra *I Placiti del “Regnum Italiae”* de Cesare Manaresi.

O terceiro capítulo se propõe a pinçar, dos 69 anos de vida de Matilda, um período de aproximadamente oito anos (entre 1061-1069), que envolve a realização de um concílio, de fundamental importância para os rumos da cristandade da época, ocorrido no interior dos domínios canossanos. Para aliar a compreensão acerca dessas assembleias e o papel desempenhado por Godofredo ‘o Barbudo’, Beatrice e Matilda, discorreremos acerca da consumação e relevância dos concílios, além de alguns momentos de instabilidade no interior da igreja ocidental, por conta das querelas envolvendo aspirantes ao posto pontifício, juntamente com uma certa volubilidade no trono imperial. O período que antecedeu o concílio em Mântua, em 1064, a condução do mesmo e seu desfecho são fundamentais para assimilarmos a extensão de alcance do poder da casa de Canossa. Nosso recurso usado no sentido de apresentarmos tal contexto está pautado na utilização de fontes produzidas contemporaneamente à vida de Matilda ou subsequentemente, como os registros deixados por Pedro Damiano, disponível na

*Monumenta Germaniae Historica*²⁵ (Die Briefe der deutschen Kaiserzeit), que também abriga as fontes dos bispo Benzo de Alba (Scriptores); além dos escritos editados por Ian S. Robinson, supracitados.

Essas são algumas das obras que nos ajudam a formular e fundamentar o desenvolvimento dessa pesquisa, com o intuito de apresentar aspectos da vida da Condessa Matilda de Canossa, e alguns de seus antepassados, estabelecendo um diálogo com o contexto social que a envolvia.

²⁵ Importante compilação de fontes medievais.

1. A ESFERA DOMÉSTICA E A CONDUTA GOVERNAMENTAL DE MATILDA, CONDESSA DA TOSCANA

Matilda de Canossa, condessa e duquesa que viveu na região da Toscana (entre 1045/6-1115) é considerada como uma das maiores herdeiras fundiárias da Itália medieval. Sempre teve seu nome relacionado à ‘Alta Política’ existente nos séculos XI e XII; a saber, a constante disputa envolvendo papado e império germânico.²⁶ Autores dos mais diferentes períodos não pouparam elogios à sua conduta piedosa e justa, bem como à sua função beneficente, sobretudo em apoio à igreja, aqui representada principalmente pelos ocupantes do trono papal Gregório VII e Urbano II.²⁷ Entretanto, fontes que registram suas ações tornam possível uma readequação na posição conferida à condessa, permitindo dissociá-la desse estado de coadjuvante social e direcioná-la a uma atuação dinâmica da gestão de suas dependências. Como desenvolvedora de uma política local onde ela representava a autoridade dos domínios que lhe pertenciam, Matilda desempenhava funções de cunho burocrático e prático, mas não somente isso; por diversas vezes, podemos seguramente atribuir-lhe características de uma aconselhadora moral, uma vez que se incumbia, igualmente, do que diz respeito ao espírito.

Por conseguinte, para que possamos fundamentar nossa reflexão, precisamos, portanto, delimitar nossas concepções a respeito de definições tão clássicas e sólidas como “política” e “feudalismo”. Para tanto, temos a necessidade de flexibilizar algumas formulações. Será nossa contextualização; que não se restringe a temporalidade, mas intenciona concilia-la com demarcações geográficas e configurações sociais.

1.1 Acerca do político

O presente trabalho tem como personagem principal Matilda de Canossa, condessa da Toscana e duquesa da Lorena; porém, o mesmo se propõe, de maneira mais direta, a compreender a atuação política por ela desempenhada no contexto social do qual fazia parte. E é em torno desse eixo que outros elementos,

²⁶ FUMAGALLI, Vito. *Matilde di Canossa...*, 1999; GOLINELLI, Paolo. *Matilda e i Canossa...*

²⁷ HUDDY, Mary. *Matilda, Countess of Tuscany...*

pessoas, situações, problemáticas e relações orbitam. Para dar início à esta discussão precisamos, inicialmente, definir o conceito que permeará boa parte da pesquisa. Não há como inserir o termo supondo, de forma predeterminada, que fique claro ao leitor o que, de fato, venha a implicar o uso do vocábulo. Pierre Rosanvallon também foi acometido de tal indagação quando da escrita da sua obra *Por uma história do político*. Para o autor, quem define, com efeito, de maneira bastante próxima a concepção do *político* é Carl Schmitt e Claude Lefort. Ambos interpretam-no como sendo o *domínio transcendente dos limites da política entendida como subsistema social, a articular a existência comunitária*.²⁸Lefort, mesmo em um texto sobre a democracia – sistema governamental diferente do discutido ao longo do nosso trabalho – sintetiza a acepção de diversos estudiosos para afirmar que:

Entretanto, que algo como *a política* tenha vindo a circunscrever-se em uma época, na vida social, tem precisamente um significado político, um significado que não é particular, mas sim geral. A constituição do espaço social, a *forma* da sociedade, a essência do que era outrora nomeado por Cidade é que está em causa com esse acontecimento. O político revela-se assim não no que se nomeia atividade política, mas nesse duplo movimento de aparição e de ocultação do modo de instituição da sociedade. Aparição, no sentido em que emerge à visibilidade o processo crítico por meio do qual a sociedade é ordenada e unificada, através de suas divisões; ocultação, no sentido em que um lugar da política (lugar onde se exerce a competição entre os partidos e onde se forma e se renova a instância geral de poder) designa-se como particular, ao passo que se encontra dissimulado o princípio gerador da configuração de conjunto.²⁹

²⁸ ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 21.

²⁹ LEFORT, Claude. **Pensando o político**: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 25-6.

Ou seja, o político não está restrito a uma instância apenas, ele se apresenta na própria configuração do ambiente comunitário. A política³⁰, ainda que numa escala de menor alcance, de acordo com o autor, também se associa, em certa medida, a um corpo social. Política presume pluralidade; o pressuposto basilar de sua existência é o coletivo. Sua etimologia é quem atesta³¹; ou seja, ela somente pode existir quando há a presença de múltiplos sujeitos, ligados por interesses ou finalidades em comum; este é o terreno onde a política se desenvolve, mesmo que sejam esses espaços ditos ‘institucionalizados’. Um indivíduo pode, sozinho, manter uma postura política constantemente, porém a mesma somente fará sentido enquanto realidade, ao estar diretamente relacionada com outrem. Ou seja, é quando se estabelece uma interação, um convívio com outros indivíduos que a política de fato pode ser identificada. *A política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças.*³² A política é entendida, então, como um conjunto de práticas e ações que diz respeito a algum aspecto comungado por seus envolvidos; sendo ela, portanto, uma segmentação do político, uma vez que este não se limita física, social ou culturalmente, e para René Remond:

Se o político é uma construção abstrata, assim como o econômico ou o social, é também a coisa mais concreta com que todos se deparam na vida, algo que interfere na sua atividade profissional ou se imiscui na sua vida privada.

(...) Com exceção de um núcleo restrito que lhe é inseparável, o político é como esses Estados dos quais a geografia não delinea previamente os contornos e a história não parou de modificar os limites: o político não tem fronteiras naturais. Ora ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado: este é um traço das sociedades totalitárias. Ora ele se

³⁰ [F. subst. de *político*.] **S. f.** **1.** Ciência dos fenômenos referentes ao Estado; ciência política. **2.** Sistema de regras respeitantes à direção dos negócios públicos. **3.** Arte de bem governar os povos. **4.** Conjunto de objetivos que enformam determinado programa de ação governamental e condicionam a sua execução. **5.** Princípio doutrinário que caracteriza a estrutura constitucional do Estado. **6.** Posição ideológica a respeito dos fins do Estado. **7.** Atividade exercida na disputa dos cargos de governo ou no proselitismo partidário. **8.** Habilidade no trato das relações humanas, com vista à obtenção dos resultados desejados. **9.** *P. ext.* Civilidade, cortesia. **10.** *Fig.* Astúcia, ardil, artifício, esperteza. Definição lexical de política: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa.** Curitiba: Positivo, 2010, p. 1668.

³¹ Do gr. *politiké*, scilicet *téchne*, a arte de governar a cidade (*pólis*), o Estado. In: NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro, 1955, p. 409.

³² ARENDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 21-2.

retrai ao extremo. Essas variações obedecem a necessidade externas; refletem também as flutuações do espírito público³³.

O autor ressalta a intrínseca presença do político na vida social. Se o entendermos como intangível por ser um conceito, mas ao mesmo tempo real pela certeza de sua influência em ações das mais cotidianas, então, expandiremos sua incidência a todas as instâncias da vida em sociedade; de matrimônios a Governos, da economia à cultura. Além disso, ele não é limitado por demarcações físicas ou temporais: basta que haja indivíduos para que o político exista. Arriscamos defini-lo de uma forma tão irrestrita, pois, precisamos seguir na contramão de possíveis interpretações engessadas que remetem e/ou restringem o que tange o político aos campos das conspirações e intrigas. A título de ilustração, num primeiro momento, portanto, associamos político às relações sociais, sendo estas de quaisquer naturezas.

Tratando de relações interpessoais – que já afirmamos ser o âmbito onde o político se apresenta – Norberto Bobbio, no entanto, afirma que

Há várias formas de poder do homem sobre o homem; o poder político é apenas uma delas. Na tradição clássica que remonta especificamente a Aristóteles, eram consideradas três formas principais de poder: o poder paterno, o poder despótico e o poder político. Os critérios de distinção têm sido vários com o variar dos tempos. Em Aristóteles se entrevê a distinção baseada no interesse daquele em benefício de quem se exerce o poder: o paterno se exerce pelo interesse dos filhos; o despótico, pelo interesse do senhor; o político, pelo interesse de quem governa e de quem é governado, o que ocorre apenas nas formas corretas de Governo, pois, nas viciadas, o característico é que o poder seja exercido em benefício dos governantes³⁴.

Para nosso trabalho seria mais aplicável dizer que há várias formas de político, o poder político é apenas uma delas. Ou seja, o que queremos demonstrar aqui é que o político é mais abrangente que o poder. Partimos do pressuposto de que, quando o autor secciona os espaços de aplicabilidades de poder e diz que “o

³³ RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 442.

³⁴ BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 955.

poder político” é uma das formas de poder, ele reduz a capacidade de atuação do que aqui entenderemos como político, uma vez que direciona seu raio de abrangência ao que é considerado público. Elencando que há outros espaços onde o poder se desenvolve, subentende-se que estes se referem ao considerado “privado”, que por não conter ares de legitimação oficial, precisam ser separados; como se os diálogos, ações e reações existentes em seu seio pudessem ser dissociadas de características políticas. O autor compreende poder político por poder institucionalizado, que, em sua concepção moderna, diz respeito à alçada do público. Para nossa reflexão, o público não está associado somente às instituições. Se, como dito acima, o político é um fenômeno social passível de pluralidade no tempo, dada a necessidade de mais de um indivíduo para que sua efetivação se dê concretamente, é plausível afirmar que o público – como parte do político – pode ser encontrado em relações interpessoais, que não, necessariamente, prescindem de lugares formalizados como instâncias impessoais e formais para existir.³⁵

De modo geral, as interpretações que associam político com Governo ou Estado – em interpretações modernas – apresentam significados diferentes daquele que pretendemos usar, uma vez que estes apartam da esfera domiciliar quaisquer tipos de responsabilidade e de influências decisivas sobre o “público”: quando isso não acontece, quando se detecta o peso político do doméstico sobre o público, é porque este último estaria, supostamente, corrompido, desfigurado³⁶. Para nós, não se trata de posturas e relações que são configuradas apenas verticalmente; o político se exprime em ramificações e desdobramentos que atingem a todos os níveis e eventos sociais. Se esses autores fazem essa diferenciação entre política e político, de forma que a primeira diga respeito a uma parcela do político que se restringe ao que atualmente é considerado público, ou ‘oficial’, ‘institucionalizado’, para nós, faz-se útil apenas a utilização do político,

³⁵ A respeito de uma definição do “institucional” como um termo que é aplicado das mais diferentes formas não tanto por sua versatilidade mas, sobretudo, pela incapacidade de ser mais preciso e que, por vezes, nos incita a perder o real limite daquilo que repousa sobre sua extensa sombra ver RUST, Leandro Duarte. ‘**Colunas de São Pedro**’: a política papal na Idade Média Central. São Paulo: Annablume, 2011, p. 33, 518.

³⁶ MORSEL, Joseph. **La aristocracia medieval...**; RUST, Leandro Duarte. **Colunas de São Pedro...**; RUST, Leandro D. **A Reforma Papal (1050-1150)**: trajetórias e críticas de uma história. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

portanto. Como representação de uma presença encontrada em todos os espaços sociais.

Algumas das concepções aqui apresentadas se distanciam daquela que permeia nosso trabalho. A causa mais imediata dessa diferença é, sem dúvida, a divisão do que se entende contemporaneamente por ‘público’ e ‘privado’. Aplicar conceitos modernos à Idade Média – como esta oposição do “oficial *versus* doméstico” –, não supre as necessidades historiográficas da pesquisa, tampouco é útil para conferir credenciais de uma análise mais específica. Se, como demonstraremos adiante, optamos por lançar mão de um conceito do político oriundo da Roma tardo-antiga é porque, de acordo com as fontes utilizadas e de todo o panorama social sobre o qual investigamos, ele se mostra mais flexível e aplicável perante os vestígios documentais, com isso, permitindo novas possibilidades e ângulos de estudo que não recaiam na imagem de um universo político precário ou imperfeito³⁷.

Em linhas gerais, as conceituações sobre política trazidas para essa reflexão foram produzidas acerca de dinâmicas sociais muito distintas daquelas identificadas na Idade Média italiana; seu ambiente temporal diz respeito à Modernidade. A abordagem de Kristina Sessa – não por acaso, aquela que fundamenta a formulação sobre o político presente neste trabalho –, contudo, além de estar carregada de elementos e disposições de atores sociais mais familiares, ainda possibilita uma menor incidência anacrônica – como tentaremos demonstrar no item seguinte deste capítulo.

Nesse sentido, a acepção que buscamos apresentar sobre o caracterização do político ou o emprego da política – lembrando ser esta a que melhor se aplica ao referido caso, especificamente – em muito se assemelha à reflexão feita por Leandro Duarte Rust que, dispondo de um embasamento oriundo da junção das obras de Michel Foucault, Pierre Clastres e Antônio Manuel Hespanha, ou seja, de diversas áreas do conhecimento, apresenta a flexibilidade e desobstrução da política, retirando-lhe sua conexão única e direta com instituições

³⁷ Para uma concepção que avalia a Idade Média como sendo caracterizada por uma desordem que se apresenta nas diferentes esferas sociais ver: FOURQUIN, Guy. **Senhorio e Feudalidade na Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 1992; BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1990.

ou corporações de Estado, onde os autores, segundo Rust, mesmo sob diferentes aspectos *partilharam algo de grande relevo: a busca por desenraizar conceitos, por perturbar a perspectiva explicativa dominante e abortar coordenadas epistemológicas enrijecidas*.³⁸

A maioria das conceituações que conhecemos acaba por representar a política a partir de princípios básicos da democracia; tais fundamentos partem da ideia de uma paridade legal entre os homens³⁹. E tal equiparação, seja ela apresentada por democracias participativas – como demonstradas por algumas sociedades antigas – seja por democracias representativas, mais frequentes no mundo contemporâneo, não se enquadram na realidade da estrutura política que envolve Matilda, uma vez que, neste caso, a manutenção da ordem social, exigia a preservação da desigualdade e não da igualdade, jurídica ou social. Mesmo porque, para o período – e espacialidade: o norte da Itália em meados do século XI – por nós analisado, a gestão de cada porção dos domínios aristocráticos poderia ser exercida de forma díspar; haja vista que o poder não estava centralizado na pessoa de um único membro da realeza; assim sendo, não havia concentração de poderes em um único senhor pois, cada um dos detentores de bens e homens, representava uma forma de governo. Obviamente que precisamos guardar as devidas proporções de tal afirmação, uma vez que a existência de um regente secular – nesse caso, especificamente a família imperial germânica – era uma presença que não poderia ser ignorada, apesar de todos os entraves que impediam sua atuação governamental de forma homogênea. Contudo, não ousamos atestar que todas essas definições acerca da política estão equivocadas. De maneira nenhuma. Apenas compreendemos que todas são resultados dos momentos históricos que seus autores desejaram ilustrar. Ainda que consistentemente legítimas, estas conceituações não são pertinentes à nossa concepção. Aqui estamos inseridos em um contexto distinto daqueles considerados pelos estudiosos em questão e analisamos, igualmente, um período que não fora por eles explorado. São situações diferentes que demandam conceituações diferentes.

³⁸ RUST, Leandro Duarte. ‘Colunas de São Pedro’ ... p. 45-9.

³⁹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. In: Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultura, 1989.

Além disso, nosso trabalho remete a um período em que a economia dos poderes políticos – em suas várias definições e personagens – estava entrelaçada com a presença da igreja. Não uma “Igreja”, coesa e hierarquicamente compacta, como na modernidade. Mas sim, uma igreja que se desenvolvia e projetava sua dominação de modos diferentes dentro da geografia social⁴⁰. Havia uma linha, tênue em certa medida, ligando integrantes de grupos clericais à sociedade laica, sobretudo a aristocrática: os membros da parcela religiosa, majoritariamente advinham de famílias de estratos sociais superiores⁴¹; ou seja, muitos episcopais, tinham em condes, duques, viscondes e afins, parentes muitos próximos. Essa relação era aliada a um interesse constante por parte dos eclesiásticos em participar diretamente da vida comum dos fiéis. Havia uma imbricação entre a hierarquia clerical – secular e regular – e os diversos escalões e interesses aristocráticos seculares.

Isso posto, podemos identificar diversas práticas que hoje consideramos como sendo de competência de uma autoridade hierática e que, no entanto, eram desempenhadas por senhores laicos. Hannah Arendt, a propósito, identificou, os movimentos executados por categorias sociais diferentes que porventura se inseriam nas ações de outros grupos e a forma como as relações de poder, por exemplo, se manifestavam na Idade Média:

A Igreja precisa da política e, na verdade, tanto da política mundana dos poderes seculares como da própria política religiosa ligada ao âmbito eclesiástico, para poder manter-se e afirmar-se na terra e neste mundo do lado de cá – enquanto Igreja visível, ou seja, ao contrário da invisível cuja existência apenas acreditada continuou sem ser molestada, em absoluto, pela política. A política precisava da Igreja – não apenas da religião, mas sim da existência espacial palpável das instituições religiosas –, a fim de provar sua razão de ser mais elevada, por causa de sua legitimação. O que mudou com o despontar dos tempos modernos não foi uma modificação de função da coisa política; não é como se de repente, à política fosse adjudicada uma nova dignidade própria só dela. O que mudou foram, pelo contrário os âmbitos pelos quais a política parecia ser necessária. O âmbito do religioso recaiu no espaço do privado, ao passo que

⁴⁰ A desconstrução da ideia de uma igreja medieval homogênea pode ser encontrada na obra de Alain Guerreau, que preconizou uma reformulação na ótica que comumente se aplicava à esse nicho social. GUERREAU, Alain. **O Feudalismo**: um horizonte teórico. Lisboa: Edições 70, 1983.

⁴¹ MORSEL, Joseph. **La aristocracia** medieval... p. 156.

o âmbito da vida e de suas necessidades – que tanto na Antiguidade como na Idade Média valera por excelência como âmbito privado – recebeu nova dignidade e, na forma da sociedade, apareceu em público⁴².

Seguindo a reflexão de Arendt, partiremos de uma concepção do político não muito tradicional, alicerçada em uma perspectiva pouco usual: aquela que diz respeito à esfera doméstica e como esse ambiente, celeiro de formação e desenvolvimento das relações outrora transpostas e refletidas pelos espaços ditos públicos, foi visado por bispos desejosos em expandir seu raio de atuação para além da política – instituição eclesiástica – tencionando alcançar o político – a esfera doméstica. Essa esfera, como explanaremos, não se restringe somente aos limites de uma propriedade, e sim, se afirma como núcleo produtor de uma acepção de formas de administrar que transpõe os limites da casa e se desdobra até atingir e ser reproduzida na vida pública. Tal vertente é apresentada por Kristina Sessa no livro *The Formation of Papal Authority in Late Antique Italy: Roman Bishops and the Domestic Sphere*. Aqui a autora apresenta o conceito de esfera doméstica e as características e composições do que é chamado por ela de “domiciliar”, seus integrantes, suas regras e ambientação; além de pontuar a participação e tentativa de inserção dos bispos romanos no cotidiano doméstico, como forma de fazer frente a uma elite proprietária secular.

1.2 O político como esfera doméstica: sua lógica social e atores

Se quisermos compreender minimamente as inter-relações envolvidas pela dita “esfera doméstica”, se faz necessário defini-la, identificar seus agentes, para que posteriormente possamos entrelaçar sua conceptualização com os elementos existentes nesse trabalho e que são igualmente pertinentes à realidade política da condessa Matilda de Canossa. Doméstico, aqui, extrapola em muito os limites da casa; o seu significado refere-se a todos os bens móveis e imóveis, do campo e dos espaços urbanos, bem como todos os dependentes ligados a um mesmo senhor. À essa concepção, Sessa atribuiu o termo “domiciliar” (na Itália tardo-antiga), que numa primeira versão diz respeito à *oikonomia*, (de origem grega) ou

⁴² ARENDT, Hannah. **O que é política...** p. 72-3.

domus (de matriz latina). Para termos uma noção mais palatável do que esse termo poderia comportar, a autora explica:

Um domicílio tipicamente incluía múltiplas propriedades espalhadas ao longo de muitas regiões diferentes bem como centenas (e em alguns casos, milhares) de dependentes, cujos meios de subsistência foram diretamente ligados à autoridade familiar e suas terras⁴³. (tradução nossa)

Se transpormos tal afirmação à realidade da senhora toscana, temo-la como a autoridade familiar de uma área de vastíssima dominação:

Os domínios sobre os quais ela foi, assim, inesperadamente chamada a governar eram muito extensos e compunham praticamente toda a parte do norte da Itália. Estendendo-se desde o Mar Adriático para os mares Tirreno, o Marquesado incluía quase todos os recursos físicos dentro de sua fronteira. Seus indivíduos eram numerosos e seus temperamentos tão variados como seu meio natural (...). A herdeira destes domínios, a extensão e a riqueza que a tornava a princesa mais rica da Itália e quase da Europa, era Matilda⁴⁴. (tradução nossa)

Chamá-la de autoridade familiar, não diz respeito aqui somente ao fato de ser a responsável pela ‘família’; esse termo, que também pode ser substituído por *paterfamilias* (pai da família) ou *dominus* (detentor) – e no caso de Matilda, de acordo com a documentação, *dominae* – refere-se a quem possui uma propriedade privada e todos os bens, serviços e pessoas a ela relacionados. Um bom *paterfamilias* deveria basicamente aliar conhecimentos práticos à conduta moral; suas habilidades funcionais deveriam seguir no sentido de manter a boa ordem dos

⁴³ A household typically included multiple properties scattered over many different regions as well as hundreds (and in some cases, thousands) of dependents, whose livelihoods were directly linked to the householder and his lands. SESSA, Kristina. **The Formation of Papal...** p. 5.

⁴⁴The domains over which she was thus unexpectedly called upon to rule were very extensive and comprised nearly the whole of the northern part of Italy. Stretching from the Adriatic to the Tyrrhenian Seas, the Marquisate included almost every physical feature within its boundary. Her subjects were numerous and their temperaments as varied as their natural surroundings (...). The heiress to these domains, the extent and richness of which rendered her the wealthiest princess of Italy and almost of Europe, was Matilda. HUDDY, Mary E. **Matilda, Countess of Tuscany...** p. 31; Não possuímos dados mais específicos que permitam mapear com precisão todos os domínios e propriedades da condessa, espalhados pelas localidades de Mântua, Florença, Roma, Canossa, Salerno, Lucca, Parma e Modena; no entanto, referências como esta insistem em sua vastidão. “Sin embargo, sibien obtuvo victorias, a menudo decisivas, en el campo de batalla, fueron sus castillos los que le aseguraron una invencibilidad indiscutible. Eran muchísimos, situados en particular desde los Apeninos hasta el Po, a lo largo de las orillas del río y al norte de éste”. FUMAGALLI, Vito. **Matilda di Canossa...** p. 19.

domínios, e isso incluía controle da economia, preocupação com epidemias e períodos de estiagem, supervisão moral e jurídica sobre os dependentes, nos mais diversos níveis sociais e referentes às mais distintas questões: assegurar a subsistência daqueles ligados à *domus*, as margens de acúmulo de bens, a legitimidade das inter-relações implicadas na produção.

O que Kristina Sessa chamou de *paterfamilias*, ou mesmo *dominus*, como dito acima, encontramos nas fontes referentes à Matilda como *dominae*. De acordo com o que pudemos conceber acerca da trajetória e das ações da condessa, essa designação corresponde ao que foi considerado na tardo-antiguidade como ‘autoridade familiar’. A maior recorrência encontramos na biografia-poema – dedicada à Matilda – do monge canossano Donizo. O termo tem certa repetição ao longo do texto, associado a relatos de ações de diversas naturezas, como por exemplo, de liderança, elencando o fato da *hanc dominam* dispor de vassalos, que esperavam e aceitavam suas diretrizes, e de ter que tomar decisões frente a um cenário de tensão, como o assédio sofrido por uma de suas fortificações, o castelo de Monteveglio, pelo imperador Henrique IV que pretendia sitiá-lo. Nessa ocasião, o soberano germânico apoiava o antipapa Clemente III e exigiu que os defensores do trono de São Pedro – capitaneados pela condessa – fizessem um acordo de paz através do reconhecimento do antipapa como Sumo Pontífice. Matilda estava prestes a ceder, pelos seus, que já se encontravam desgastados; porém, no momento em que um eremita, de nome Giovanni proferiu algumas palavras de aconselhamento e recompensas celestes para aqueles que lutassem pelos sacrifícios feitos em nome do Cristo, a condessa reverteu sua decisão revogando o esperado acordo. Além disso, *prometeu, como serva, de permanecer fiel a Pedro, até que o Senhor lhe houvesse concedido viver no mundo*⁴⁵.

O uso do epíteto, no entanto, não se trata porém de autodenominação. Nas cartas que envia, Matilda se apresenta, por vezes, como ‘aquela que é pela graça de Deus’ ou então, remete e associa sua existência e posição ao falecido pai aristocrata. Tampouco é um ‘título’ cunhado pelo biógrafo oficial da família, num movimento de atribuir-lhe certa deferência; em outras oportunidades podemos

⁴⁵ *e promise, da ancella, di restar fedelissima a Pietro, fino a che il Signore le avesse concesso di viver nel mondo.* DONIZONE. **Vita di Matilde di Canossa.** Milano: Jaca Books, 2008, p. 172-5.

encontrar terceiros se referindo à condessa da mesma forma. Ubaldo, bispo de Mântua, em uma epístola destinada à Matilda, formula o cabeçalho da seguinte forma: *Dominae Matildae Ubaldus Mantuanus episcopus gaudium et laetitiam*⁴⁶. Ou o arcebispo da Cantuária, Anselmo, que numa carta enviada em 1104, se refere à sua interlocutora como *dominae et matri in deo*⁴⁷ (grifos nossos).

O termo *domus* também não é mera apropriação historiográfica; foi possível localiza-lo em fontes relacionadas à condessa; como na *Vita Mathildis*, onde *Donizo* recorre a ele ao dizer que a *domus* de Matilda era considerada por muitos religiosos, um lugar seguro como poucos para que estes pudessem fugir da heresia do arcebispo de Ravena, Guiberto, dito antipapa Clemente III⁴⁸. Em outro momento, afirma que a *domus Canusina* enviou ao papa – Gregório VII – um montante significativo de prata.⁴⁹ Ou seja, trata-se de um termo associado à Matilda recorrente e naturalmente, que nos permite estimar a equivalência da condessa.

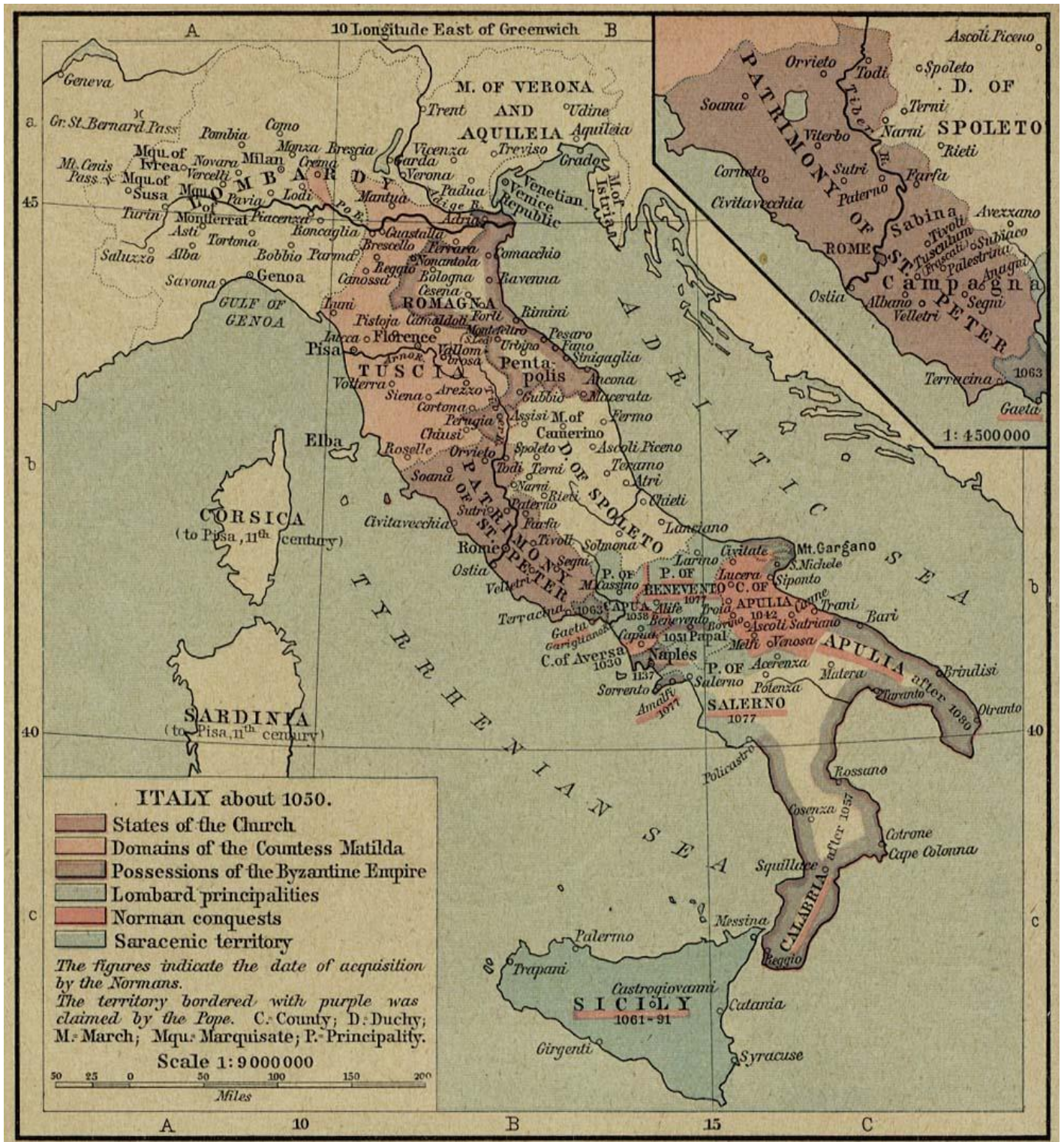
Somente uma *domus* socialmente consistente teria condições de dispor de recursos capazes de gerar tais referências; permitindo que lideranças religiosas recorressem a ela em situações diferentes. Propriedades e bens eram considerados importantes indicativos de poder e no mapa abaixo, é possível visualizar a amplitude geográfica do território matildino em relação à dimensão da superfície italiana. Conseqüentemente seu raio de atuação era igualmente considerável e o volume de encargos que necessitavam de sua coordenação não menos importante.

⁴⁶ Carta enviada pelo bispo de Mântua, Ubaldo para Matilde de Toscana, condessa de Toscana, duquesa de Lorena. **Medieval women's latin letters**. Disponível em: <<http://epistolae.ccnmtl.columbia.edu/woman/>>. Acesso em 12 abr. 2016.

⁴⁷ Carta enviada por Anselmo, arcebispo da Cantuária, em 1104 para Matilde de Toscana, condessa de Toscana, duquesa de Lorena. **Medieval women's latin letters**... Último acesso: 12/04/2016.

⁴⁸ *Ex hac parte freti per climata quattuor aei,
Lepra Guibertina succrevertat horrida, nigra;
Hac lepra mundus fere non locus extitit ullus;
Munda domus sola Mathidis erat spaciosa.* DONIZONE. **Vita di Matilde di Canossa**... p. 144.

⁴⁹ *Bis centum libras domus argenti Canusina
Tunc misit papae, quarti debet papa beare.* Ibidem, p. 146.



Mapa 01:
 “Italy about 1050”. Fonte: SHEPHERD, William R. **Historical Atlas**. New York: Henry Holt & CO, 1926, p. 64. Disponível em: https://www.lib.utexas.edu/maps/historical/history_shepherd_1923.html. Acesso em 09 abr. 2016.

Importante pontuar que os territórios de Matilda são os únicos identificados no mapa como pertencentes a uma pessoa, especificamente; todas as outras sinalizações dizem respeito à possessões de coletividade, grupos. A condessa não é um ‘povo’ ou uma ‘instituição’ e ainda assim, figura entre os seis detentores de terras da Itália no século XI.

Lembrando a heterogeneidade das propriedades situadas sob seu governo em que, por vezes, as regiões não eram contíguas e poderiam, por exemplo, ser ilustradas como “bolsões de domínios”; podemos igualmente atribuir tal diversidade aos dependentes dessas localidades no que tange sua economia, cultura, modos de produção, clima e dinâmica social, por exemplo. Mesmo diante de um quadro diversificado, tal pluralidade de patrimônios dizia respeito à esfera doméstica, assumida por Matilda num certo momento da vida, como demonstraremos no capítulo seguinte. Toda e qualquer questão ocorrida dentro desse espaço era de incumbência da autoridade familiar. No entanto, sabemos que não era possível a uma governante, pessoalmente, ter o controle completo de tudo o que lhe pertencia, em razão de todas as dificuldades geográficas, climáticas, estruturais e físicas existentes. Com o intuito de melhor administrar seus domínios havia, então, a necessidade do auxílio de outras pessoas para que a política do “bom governo” pudesse ser exercida de forma efetiva e eficaz.

Se considerarmos que os aristocratas de alto escalão não somente se definem por seu título (bispo, duque, conde, etc.) mas também, (e sobretudo?) pelo número de fortalezas que controlam de modo simultâneo, o que precisamente os obriga a circular de um castelo a outro, se compreende que deviam deixar atrás de si, em sua ausência, representantes locais de seu poder, encarregados de mantê-los em condições e de assegurar o controle local por conta do senhor⁵⁰. (tradução nossa)

Esses “auxiliares”, operadores da esfera doméstica, se encontravam entre as mais diversas posições sociais, nos mais diferentes lugares e se articulavam

⁵⁰ *Si se considera que los aristócratas de alto rango no solo se definen por su título (obispo, duque, conde, etc.) sino también (¿y sobre todo?) por el número de fortalezas que controlan de modo simultáneo, lo que precisamente los obliga a circular de un castillo a otro, se comprende que debían dejar tras de sí, en su ausencia, a representantes locales de su poder, encargados de mantenerlo en condiciones y de asegurar el control local por cuenta del señor.* MORSEL, Joseph. **La aristocracia medieval...** p. 131.

das formas mais distintas; visto que as relações sociais não se organizam de maneira hierarquicamente vertical, elas se desenvolvem como redes, veios que se cruzam, sobrepõem e entrelaçam. Assim, um nobre de titulação inferior poderia ser um ajudante da condessa, no sentido de propagar seu modelo de governo a dependentes que lhe fossem mais próximos. Uma dessas relações pode ser constatada a partir da carta de Matilda enviada para Alberto de Briey e sua esposa Ida, a quem a condessa agradece a

[...] sua memorável prudência e lealdade, [uma vez que ele] tem servido tão fielmente, tão tenazmente nestas coisas que referem-se à honra e utilidade de minha pessoa, defendendo e mantendo na sua integridade todas as coisas pertinentes à honra/feudo de meu castelo em Briey⁵¹.

Lembrando que Briey atualmente está localizada em território francês, contudo, pertencia à terras lorenenses nesse período, onde é sabido que a herdeira canossana possuía propriedades, derivadas da herança materna, mesmo não fazendo parte da sua jurisdição toscana de forma contígua. Assim sendo, Alberto é um servo, responsável pela administração de um castelo – e conseqüentemente do feudo ao entorno – externo à casa de Canossa. Por conta da fidelidade de Alberto, Matilda expressa o desejo de *aumentar sua honra e vantagem generosamente em recompensa para sua lealdade e serviço*⁵². Na carta orienta-o ainda a dividir parte da propriedade com a igreja, e que, os religiosos que aí habitarem possam contar com sua proteção.

Um religioso, tanto pertencente ao clero regular como ao secular, poderia também se colocar à disposição de Matilda, como forma de agradecimento por alguma benevolência praticada pela condessa; como parece ser o conteúdo da missiva de autoria do bispo de Die e arcebispo de Lion, Hugo, que reclama à

⁵¹ [...] *your memorable prudence and loyalty, because you have served so faithfully, so strenuously in those things which relate to the honor and utility of my person, defending and retaining in their entirety all things that pertain to the honor/fief of my castle of Briey.* Carta enviado por Matilda de Toscana, condessa de Toscana, duquesa de Lorena ao vassalo Alberto de Briey e sua esposa Ida. **Medieval women's latin letters**... Acesso em 12 abr. 2016.

⁵² [...] *to increase your honor and advantage generously in reward for your loyalty and service.* Idem.

condessa acerca do comportamento agressivo que ele e seus pares estão recebendo dos religiosos da abadia de Cluny, na esperança de que a mesma assuma a responsabilidade na resolução de tal conflito; o clérigo afirma que: *já comunicamos estas coisas sobre nós a sua caridade, pedindo em troca que se há algo que a nossa humildade pode fazer para atendê-lo, atribuir-nos sem hesitação*⁵³. Em suma, cabe a uma aristocrata laica a tomada de decisão acerca de um desentendimento estabelecido entre grupos religiosos. Num claro exemplo de que os ‘papéis’ desses dois segmentos sociais não eram engessados ou inflexíveis.

Como vimos, pessoas consolidavam ligações com Matilda baseando-se em vínculos que não se restringiam aos caracterizados como vassalagem; estes poderiam estar alicerçados sobre relações de parentesco sanguíneo ou espiritual – vide o conde toscano, Guido Guerra, que ela adotara no fim da vida – amizade, partilha de ideais ou mesmo devoção. Para, entretanto, poder contar com a colaboração dessas pessoas, a senhora toscana, por sua vez, precisava ofertar uma contrapartida; em linhas gerais, a fidelidade de terceiros era mais facilmente mantida se algo lhes fosse oferecido em troca. Estamos falando de uma realidade de dificuldades estruturais e ameaças dos mais diferentes tipos; por isso mesmo, cada grupo demandava cuidados diferenciados. Para alguns, o que bastava era a certeza da seguridade da vida, incluindo provisões e proteção contra ataques físicos, espirituais ou climáticos. Para outros, era a própria estabilidade em uma posição de soberania sobre outros homens, mesmo que em número reduzido e com alcance limitado por uma autoridade superior. À esses detentores de possível posição destacada, era comum que fossem concedidos bens imóveis ofertados pela condessa como meio de subsistência, produção para rendimentos, celeiro de fé e morada.

Então a referida senhora Matilda, marquesa e duquesa, promulga a proteção sobre o referido abade de Farfa e seu defensor e seus sucessores e sobre a referida igreja de São Pedro e a propriedade pertencente a ela, para que nenhuma pessoa grande ou pequena presuma perturbar ou incomodar o referido abade de Farfa ou seus sucessores da referida igreja de São Pedro e propriedades

⁵³ *We have communicated these things about us to your charity, asking in return that if there is anything our humility can do to serve you, you assign it to us without hesitation.* Carta enviado por Hugo, bispo de Die, arcebispo de Lion para Matilde de Toscana, condessa de Toscana, duquesa de Lorena. **Medieval women’s latin letters...** Acesso em 12 abr. 2016.

pertencentes a ela e também sobre a igreja de Santa Maria de Mignone e as propriedades pertencentes a ela. Quem se atrevera a fazer isso, deixa-o saber que ele irá pagar duas mil bezants de ouro (moedas), metade para a referida igreja de Farfa e metade para o compartilhamento público⁵⁴. (tradução nossa)

Tais doações, sobretudo para casas religiosas, eram parte de um mecanismo estruturado nas relações sociais que a condessa Matilda de Canossa formara. Quando se beneficiava determinado mosteiro ou igreja, por exemplo, com uma propriedade ou porção de terra, que lhe seria concedida para administrar – incluindo, obviamente, o usufruto de qualquer tipo de renda que a mesma pudesse gerar. Essa ação, como desdobramento, de certa forma, mantinha o beneficiado ligado à benfeitora. Uma frequência em atos dessa natureza possibilitou a formação de uma rede social munida de personalidades influentes que tiveram sua presença marcada ao longo da gestão de Matilda. Esse patronato exercido pela condessa, em contrapartida resultava em auxílio e proteção. Um *dominus* precisava estar dotado de três atributos morais essenciais para executar a administração de sua *domus*: moderação, piedade e castidade⁵⁵. Tais faculdades deveriam reger as ações de uma autoridade familiar, conferindo às mesmas, ares de coletividade; isto é, seus feitos não poderiam estar a serviço apenas de seu bem estar pessoal ou de suas vontades; em linhas gerais, eles deveriam responder a uma demanda social passível de inspiração pelo seu modelo de governo. No campo da castidade, não é difícil associá-la à realidade de Matilda; uma vez que tendo permanecido casada por um curto período em que, raras vezes esteve fisicamente junto ao marido. E ao se divorciar, comtemplou a abstenção. Certamente, não estamos afirmando que o divórcio foi movido especificamente por um desejo de não se envolver carnalmente

⁵⁴ *Then the aforesaid lady Matilda, marchioness and duchess, enacted protection over the aforesaid abbot of Farfa and his advocate and his successors and over the aforesaid church of St. Peter and the property belonging to it, so that no person great or small should presume to disturb or trouble in any way or deprive the aforesaid abbot of Farfa or his successors of the aforesaid church of St. Peter and the properties belonging to it and likewise regarding the church of St. Mary of Mignone and the properties belonging to it. Whoever will presume to do this, let him know that he will pay two thousand golden bezants (coins), half to the aforesaid church of Farfa and half to the public share.* Carta enviada por Matilda de Toscana, condessa de Toscana, duquesa de Lorena de caráter público em 26 de março de 1080. **Medieval women's latin letters...** Acesso em 12 abr. 2016.

⁵⁵ *Household management also involved the inculcation and performance of core Roman values, such as pietas, castitas, and moderatio.* SESSA, Kristina. **The Formation of Papal...** p. 11.

com seu cônjuge, e sim, que o fato de estar divorciada, automaticamente a insere numa posição de continência. A prática era comum no período e, por vezes, até incentivada por religiosos. Beatrice, a mãe de Matilda recebera em 1057 do monge avelanita Pedro Damiano, uma carta em que ele afirmava “*eu regozijo nas coisas que me foram ditas*” mencionando o fato de Godofredo tê-lo informado da decisão da duquesa de preservar a castidade⁵⁶.

Aliada ao comedimento material e moral, uma autoridade familiar, detentora de muitos imóveis e bens, deveria voltar igualmente os olhos para as necessidades de seus dependentes. A acumulação de castelos e mosteiros não faria sentido sem atender aos fundamentos da autoridade, isto é, se sua finalidade – concretizada através de atos de concessões, doações, permissões – fosse somente o estabelecimento de um vínculo pautado no laço vassálico e não servisse para atender às demandas da população ao redor. Além disso, O patrimônio de Matilda sempre fora colocado à disposição do Pai. Quisera ela, por um instante, que seu corpo também pertencesse a Deus. Inclinação que foi veementemente dissolvida pelo papa Gregório VII ao expressar em uma carta, quão útil a condessa poderia ser para Ele se continuasse em seu posto de maneira firme, solícita e articulada, defendendo os seus⁵⁷.

Portanto, o fato de Matilda de Canossa sustentar um posicionamento no sentido de defender as coisas do alto e de voltar seus olhos, coração e provisões à Deus, e seus representantes na terra, pertence à classe de ações com características de piedade. E é este fundamento que alicerça a autoridade doméstica sobre homens, mulheres e terras: um gesto espiritual e, simultaneamente, patrimonial, que fixa regras de sujeição, vinculação e obediência, enfim, que institui relações de poder. Esse comportamento não exclui o estabelecimento de laços pessoais – vide seu casamento – mas situa-os numa ordem política mais abrangente, coletiva e normativa que, em certo ponto, passa a transpor aquilo que a própria continência pode controlar e reger. O que queremos dizer é que a ação orientada e realizada

⁵⁶ Carta enviada por Pedro Damião à Beatriz de Lorena, duquesa de Toscana em 1057. **Medieval women's latin letters**... Acesso em 12 abr. 2016.

⁵⁷ Carta enviada por Gregório VII, em Papa Gregório VII, em 16 de fevereiro de 1074, à Matilde de Toscana, condessa de Toscana, duquesa de Lorena. **Medieval women's latin letters**... Acesso em 12 abr. 2016.

num âmbito doméstico de desenvolve e passa a instituir o espaço público; transmitindo a este suas estruturas e configurações.

Ainda que a afirmação acima possa parecer incoerente, não o é, na medida em que faz parte da seguinte lógica circular: a prática da piedade, assim como a da moderação exercida por um *dominus*, auxilia seus dependentes no atendimento às suas necessidades; a população assistida se inspira nas ações recebidas e tende a adotar a política de seu senhor, que por sua vez, vê o estabelecimento da ordem social de maneira efetiva na sua *domus*. Essa reflexão se presta a tirar a atuação da condessa Matilda de Canossa de uma posição de costumeiro binarismo, através do qual ela estaria limitada a representar a nobre justa, generosa e pia – como se tais virtudes dissessem respeito a “assuntos exclusivamente religiosos”, à questão de fé – ou então a governante pérfida, que pautaria suas práticas motivada por uma ânsia de acumulação de riquezas pessoais, mascarada através da “ideologia religiosa da época”.

O fato de ter o seu governo durado trinta e nove anos, ainda que com episódios de insurreições e revoltas, demanda a busca por fundamentos de um poder estável e duradouro, capaz de produzir um alinhamento de habilidades práticas na resolução de conflitos de variadas naturezas com discernimento e autoridade reconhecidos como legítimos e que, na posteridade, confeririam à Matilda o epíteto de “gran contessa”⁵⁸.

Sempre que nossos fieis súditos propõem coisas que estão em harmonia com o motivo de justiça e dizem respeito à salvação de nossas almas, não somente não deveriam ser negados com a obstinação da mente; mas eles devem ser concedidos de forma agradável com o coração pronto e a mente benevolente. Não devemos especialmente rejeitar os pedidos daqueles que intercedem com o divino em nosso favor, mas devemos certamente parecer-lhes favoráveis para que possamos obter a

⁵⁸ GOLINELLI, Paolo. **Matilda e i Canossa...**; FUMAGALI, Vito. **Matilda di Canossa...**; FIORENTINI, Francesco Maria. **Memorie della gran contessa Matilda...**; TOSTI, Luigi D. **La contessa Matilde e i romani pontefici...**; DUFF, Nora. **Matilda of Tuscany...**; HUDDY, Mary E. **Matilda, Countess of Tuscany...**; SPIKE, Michèle. **Tuscan countess...**

graça e a misericórdia de Deus-*Todo-Poderoso*⁵⁹. (tradução nossa)

Podemos identificar através da maneira pela qual Beatrice se expressa que a prudência, norteando suas palavras, igualmente regia suas ações; característica essa que encontramos também na gestão de Matilda. Esse aspecto comedido mais que um predicado, era fundamental para o bom desenvolvimento de um governo que se queria fazer respeitado e próspero; haja vista que, o exercício da autoridade doméstica produzia um acúmulo de prerrogativas maiores, que ultrapassavam os limites domiciliares: a mesma Beatrice, mãe de Matilda, que desempenhava a moderação própria de uma *dominae* – não apenas através da busca pelas formas agradáveis e benevolentes, mas igualmente ao arbitrar em diversas disputas e querelas⁶⁰ –, ainda que evidenciada após a morte do primeiro esposo, Bonifácio da Toscana, é aquela que, no excerto acima, também aparece como *dispensator*⁶¹, que na acepção de Kristina Sessa, seria como um controlador financeiro da esfera doméstica.

Ao ponderar sobre pedidos materiais de religiosos, a *dominae* dá mostras de questões que, por vezes, apesar de possuírem aparente cunho burocrático, têm intensa relação com aquela autoridade instituída por uma força superior para selecionar e classificar os homens – “*mas devemos certamente parecer-lhes favoráveis para que possamos obter a graça e a misericórdia de Deus-*

⁵⁹ *Whenever our faithful subjects propose things that are in harmony with the motive of justice and pertain to the salvation of our souls, not only should they not be denied with stubborn mind, but they should be granted laudably with ready heart and benevolent mind. We should especially not reject the just requests of those who intercede with the divine on our behalf, but we should rightly assent so that we will obtain the grace and mercy of almighty God.* Carta enviada por Beatrice da Lorena em 18 de abril de 1072-1076, de caráter público. **Medieval women's latin letters ...** Acesso em 12 abr. 2016.

⁶⁰ “*Viúva, Beatriz fez avançar a ancestral ascensão da casa de Canossa: seguiu transformando os muitos poderes e privilégios acumulados pela linhagem em uma sólida linha de fortalezas, que sobressaíam na paisagem rural por sua robustez defensiva e por serem prósperos núcleos de colonização e expansão agrícola. A subordinação dos senhorios eclesiásticos e a limitação da constituição de autonomias cidadinas continuaram a reger o exercício do poder senhorial na Toscana. E Beatriz o fez certificando-se de que a filha partilhasse da presidência de numerosas cortes, envolvendo-a no arbítrio de litígios e no estabelecimento de pactos*”. RUST, Leandro Duarte. **Um príncipe medieval em dores de parto (1045-1085)**. Revista Mosaico, v.4, n.1, p.104-117, Jan./jun. 2011 p. 107-8.

⁶¹ SESSA, Kristina. **The Formation of Papal...** p. 51.

Todo-Poderoso” –, afinal, um ato de moderação alinha seu autor com os anseios da graça divina.

Em outra ocasião, Anselmo, arcebispo da Cantuária⁶², devido ao auxílio que recebeu de Matilda após ser exilado, expressa, através da carta, toda sua gratidão. Há uma quantidade relevante de possíveis análises a serem empregadas no relato sobre tal acontecimento; dentre elas o fato de que, quando uma autoridade familiar que tem sua jurisdição localizada em região italiana, empreende substanciais esforços com a finalidade de auxiliar um religioso que pertence a um domínio que não o seu, é possível vislumbrar a carga de significados que tal ato acarreta; o mais notável deles, podemos apontar, é o laço de “gratidão” estabelecido que se desdobra em lealdade:

Eu desejo agradecer à vossa alteza mas eu não posso encontrar palavras para escrever algo digno de seu merecimento. (...) Eu não posso esquecer que com a oração e suplica que você me instruiu através de nosso irmão e filho, Alexandre, não expor meu corpo à algum perigo em tudo, e com zelo você instruiu seu povo a receber-me com não menos que cuidado, na verdade, se possível, com mais do que sua própria pessoa, dizendo-lhes para não me levar pelo mais curto mas pelo seguro caminho para um lugar de segurança. Eles fielmente cuidaram disso de acordo com o que percebiam ser sua vontade. Não há falta de sentimento em meu coração para dar-lhe graças, mas boca e pena não são capazes de expressar o que meu coração sente⁶³. (tradução nossa)

Um arcebispo, que podendo dispor de pessoas, religiosas ou não para garantir sua segurança, recorre à margravina contando com uma recomendação prévia que esta fizera em relação à sua pessoa, pois sabe que Matilda detém prerrogativas necessárias para protegê-lo. Percepção que acometeu outros

⁶²Localizada no que hoje constitui o território da Inglaterra. Apontamento feito com o intuito de demonstrar minimamente o raio geográfico de alcance das relações sociopolíticas estabelecidas por Matilda.

⁶³ *I wish to give thanks to your highness but I cannot find words to write worthy of your merit.(...) I cannot forget with what anxious prayer and entreaty you instructed me through our brother and son Alexander not to expose my body to any danger at all, and with what zeal you instructed your people to receive me with not less care, indeed if possible with even more, than your own person, telling them not to lead me by the shorter but by the safer route to a place of safety. They faithfully carried this out according to what they perceived to be your will. There is no lack of feeling in my heart to give you thanks, but mouth and pen are not capable of expressing what my heart feels.* Carta enviada por Anselmo, arcebispo da Cantuária em 1104 para Matilda de Canossa. **Medieval women's latin letters** ... Acesso em 12 abr. 2016.

personagens coevos, fossem eles laicos ou autoridades cristãs. Seguindo a lógica da esfera doméstica como regente e detentora dessas relações, podemos afirmar que o arcebispo da Cantuária, recorrendo à sua *paterfamilias* poderia ser identificado como um mordomo⁶⁴ desta, uma vez que dispõe de visibilidade social suficiente para ocupar tal cargo e, levado pela gratidão, reproduzir a lógica governamental empreendida por Matilda.

1.3 A participação dos bispos

“Etimologicamente, *aristocracia* implica, com efeito, a noção de governo dos homens por uma minoria considerada (por ela mesma e por outros) como a dos ‘melhores’”⁶⁵ (grifo do autor). Na Idade Média, essa minoria, num dado momento, era composta por dois grupos distintos: os laicos e os eclesiásticos. E a articulação entre essas duas aristocracias é a responsável pela manutenção da ordem, uma vez que são elas quem detém o poder. A identificação de ocupação de espaços, reconhecimento do outro e demarcação de posições efetuada por ambas, deveriam ditar a articulação social. A aristocracia episcopal, entretanto, era majoritariamente formada por homens oriundos de famílias pertencentes a um extrato socioeconômico privilegiado. Isso fazia com que levassem ainda, para dentro das paredes das igrejas, muitos conceitos apreendidos no seio cultural familiar. Com isso, temos religiosos se apropriando de uma lógica social típica da aristocracia laica e essa troca de costumes fez com que bispos desejassem extrapolar os limites de seus afazeres enquanto líderes espirituais: *ser bispo suponha [...] deter poderes importantes; o bispo podia atuar localmente de igual para igual com os condes e viscondes do ponto de vista do exercício do poder legítimo.*⁶⁶

⁶⁴ Um mordomo, dentro do sistema de um domiciliar representava uma figura de autoridade pois exercia controle tanto sobre bens como sobre pessoas; no entanto ainda deveria se manter humilde uma vez que estava subordinado ao domínio da autoridade familiar, quem de fato tinha a soberania sobre o patrimônio. Ver: SESSA, Kristina. **The Formation of Papal...** p. 18, 19, 33.

⁶⁵ Etimologicamente, *aristocracia* implica en efecto la noción de gobierno de los hombres por una minoría considerada (por ella misma o por otros) como la de los “mejores”. MORSEL, Joseph. **La aristocracia medieval...** p. 13.

⁶⁶ *Ser obispo suponía [...], detentar poderes importantes: el obispo podía actuar localmente de igual a igual con los condes y vizcondes desde el punto de vista del ejercicio del poder legítimo.* Ibidem, p. 161.

Os religiosos, nesse período da Idade Média, portanto, não se limitavam a desempenhar somente a função de orientadores espirituais; eles participavam ativamente da realidade política de sua época, ou seja, um bispo – ou o papa, que no período em questão era bispo de Roma – poderia ser também um senhor de terras, uma vez que a igreja católica não se apresentava ainda como uma instituição coesa, onde se concentrariam todas as aquisições materiais; ela era subordinada ao poder laico representado aqui, nessa espacialidade, pela pessoa do imperador da Germânia. Se mesmo o regente germânico não conseguia desempenhar uma atuação governamental de maneira homogênea – o que possibilitava a insurgência e desenvolvimento de bolsões territoriais onde o poder era exercido sob características regionais⁶⁷, por nobres de titulação inferior – então esses também poderiam desempenhar o papel social de senhores aristocráticos a quem bispos, arcebispos, abades e monges deveriam reportar.

Os bispos precisavam lidar com uma série de questões cotidianas referentes ao seu “rebanho” mas que não deixavam de corresponder também a entraves relacionados à vida doméstica. De assuntos financeiros àqueles de moralidade cristã, o religioso precisava contemporizar as partes envolvidas para que a ordem social – umas das premissas da gestão de uma boa autoridade familiar – fosse mantida. Na resolução de tais contendas, o bispo acabava por adquirir experiência e familiaridade com os assuntos do domiciliar. Sua vontade de adentrar à realidade de uma esfera doméstica tanto quanto um *dominus* laico, os colocava em uma conjuntura um tanto quanto diferenciada; por mais que pertencessem à aristocracia, os bispos não seriam os “donos” do domiciliar, visto que o *paterfamilias* soberano é Deus. Sua função seria a de administrar as propriedades que cabem ao Senhor, àquele a quem tudo o que foi criado pertence. Isso não impedia, como alguns exemplos supracitados demonstram, que os mesmos pudessem desempenhar funções completamente flexíveis, estando por vezes no papel de *dispensator* de determinada *domus*, como mordomos ou mesmo sendo um *procurator*, supervisionando as funções de outros agentes a serviço do *paterfamilias*.

⁶⁷ O conceito de “regional” aqui utilizado, a título de ilustração, diz respeito à uma política local, e tal emprego de termo não tem uma acepção única; sua variação vai desde características sociopolíticas à geográficas.

Um supervisor (*episkopos*), escreveu o autor de Primeiro Timóteo 3:5, “tem de gerir seu próprio domicílio bem e ver que seus filhos obedecem-no com adequado respeito. Pois, se alguém não sabe como gerenciar sua própria família, então como ele pode cuidar da igreja de Deus?”⁶⁸(grifo do autor). Seguindo essa lógica, os bispos, então chamados de “mordomos” ou “supervisores” de Deus na terra, quiseram conhecer e se envolver com a sistematização da economia doméstica. Era preciso que eles se mostrassem aptos, certificando que sua capacidade, pautada na experiência adquirida com a vivência e os estudos era suficiente para gerir um domicílio. Somente assim, depois de comprovada a contemplação dos requisitos necessários para ser um *paterfamilias* é que sua credibilidade atingiria o campo do religioso, atendendo aos fiéis de suas igrejas.

1.4 Manter a ordem ou o cuidar dos homens e das terras

A ideia de “bem governar”, apresentada por Kristina Sessa no que tange a abordagem política da Itália na Antiguidade tardia não é assim tão inédita entre os medievalistas. Porém, esses outros autores que dissertaram sobre o tema enveredaram por um caminho diferente; que por vezes restringe e/ou mesmo inverte a lógica social própria que aqui buscamos apresentar. Em um subcapítulo de seu livro *As Artes de Governar*, numa seção dedicada ao papa Gregório I – conhecido posteriormente como São Gregório Magno –, Michel Senellart aborda uma questão de suma importância para a análise que desejamos construir. Para o autor, o papa tardo-antigo teria sido – e não Agostinho de Hipona – o responsável pela formação da noção política vigente durante a maior parte do mundo medieval. Gregório, segundo a visão de Michel Senellart, seria “*considerado como o inventor da concepção ministerial do poder secular, ou seja, da doutrina que subordina o poder civil à autoridade espiritual*”⁶⁹. Assim sendo, aplicada à nossa proposta de pesquisa, esta definição nos levaria a pensar que, aos detentores das riquezas materiais terrenas, restaria a submissão em relação àqueles que por meio da

⁶⁸ An overseer (*episkopos*), wrote the author of First Timothy 3:5, “must manage his own household well and see that his children obey him with proper respect. For if anyone does not know how to manage his own family, then how can he care for God’s church?” SESSA, Kristina. **The Formation of Papal...** p. 88.

⁶⁹ SENELLART, Michel. **As Artes de Governar**. São Paulo: Ed. 34, 2006, p. 90.

soberania conferida por Deus, representariam os propagadores de sua doutrina na terra. Um governo secular possuiria poucas possibilidades de ter sua autonomia reconhecida como uma categoria própria.

Temos em Sennellar o emprego do termo *regimen*, o qual abrangeria todos os requisitos necessários para a efetiva existência de um “bom governo”. O autor faz uso de duas definições aplicáveis ao conceito: a primeira seria aquela praticada por um superior, referente a um cuidado pastoral; em outras palavras, seria a postura adotada por religiosos – e por que não pelos nobres – para orientar a população no sentido espiritual. A segunda acepção está relacionada àquela atribuída à política clássica, como a que encontramos nas concepções de Hobbes. Porém, nos apropriaremos da noção de “bom governo” tomando uma terceira via: a da ordem doméstica, que projeta para os espaços públicos toda a bagagem de experiências referentes a ambientações domiciliares.

Para esse autor, *regimen*, essa aura que envolveria todos os elementos necessários para a existência de certa ordem, estava fundamentalmente pautado em atividades voltadas a um “cuidado das almas”. Ação que, em si, é indicadora de uma supremacia ideológica do clero sobre os agentes do poder durante os séculos medievais. Segundo Kristina Sessa, o exercício do poder e seu reconhecimento legítimo, herdados da Antiguidade, devem ser conceituados a partir da noção de *oikonomia*. Termo que confere significado à um universo de prerrogativas que ultrapassa a lógica do zelo pastoral para envolver também o controle de um espaço de sociabilidade e o domínio patrimonial como atribuições em si mesmas, não podendo ser dirigidas a nichos específicos como a diligência a terceiros. Portanto, *oikonomia*, é a associação de um poder ideológico com um domínio fundiário – não a predominância deste em detrimento do outro –, o que retoma a discussão iniciada sobre a correlação entre conhecimentos práticos e a realização de atividades de cunho espiritual. Em dado momento, ao Sumo Pontífice cabia a função de conciliar ambos aspectos acima citados; numa época em que seu título representava menor abrangência geográfica:

O título de “papa”, então, não possui a significação que terá mais tarde. *Primus inter pares* quanto à autoridade espiritual, Gregório não é muito mais que o bispo de Roma, juridicamente ainda dependente de Constantinopla, mas ameaçada pelos lombardos.

Esse isolamento, numa Itália desconjuntada, confere ao papa “uma posição de quase soberania temporal”, não sobre um Império cristão que ainda não existe, mas sobre sua cidade. **Assim misturam-se em sua função, preocupações espirituais e seculares** que não permitem opor, como se faz com frequência, a administração episcopal e poder político⁷⁰. (grifo nosso)

Ao se encarregar de dispensar atenção tanto às questões seculares quanto às do espírito, o Papa, aqui, desempenharia um papel de *paterfamilias*. Essa afirmação estaria acertada, caso não houvesse a tão estabelecida interpretação de que os religiosos não poderiam ser “donos” de nada, pois, tudo pertence a Deus. Então, o pontífice seria seu mordomo; um homem ocupando um cargo a serviço do Senhor.⁷¹

No caso da condessa, era esse o cargo que ela ocupava: a de gestor-mor de seus domínios, que, no entanto, dispunha da colaboração de diversos outros senhores de menor relevância política, poder aquisitivo ou título no controle de seu patrimônio: “*Matilda também frequentava assembleias públicas, resolveu disputas e casos seculares e eclesiásticos julgados em sua corte*”⁷². Isso, em nenhuma instância, deslegitima quaisquer ações de Matilda no sentido de orientar moral e espiritualmente pessoas pertencentes ao seu círculo social; haja vista a quantidade de passagens extraídas de seu epistolário onde consta o pedido de auxílio orientador por parte de papas, bispos, monges, abadessas e arcebispos. O fato de se envolver com assembleias públicas e com questões que sabidamente não pertenciam à sua alçada governamental, demonstra a confiança e credibilidade que agentes *extra-dominus* conferiam à sua capacidade administrativa, já demonstrada quando da condução de seus domínios. Da mesma forma, o conteúdo dessas cartas atestam o comprometimento que um clérigo deveria ter também de lidar com o cotidiano doméstico. Ambas as diretrizes não se anulam; elas precisam estar interligadas constantemente.

Em linhas gerais, podemos dizer que para Senellart, a junção do trabalho desempenhado por um sacerdote com as competências de um aristocrata laico resultaria na absorção dos poderes seculares no interior de uma “cultura

⁷⁰Ibidem, p. 91.

⁷¹ SESSA, Kristina. **The Formation of Papal...** p. 88.

⁷² HAY, David J. **The Campaigns of Countess Matilda of Canossa...** p. 104.

clerical”]; para Kristina Sessa, porém – reiterando a utilização de seus conceitos no viés deste trabalho – um aristocrata, como um *paterfamilias*, monopolizaria em si mesmo a incorporação e a realização de tais atribuições, como prerrogativas equacionadas por uma autoridade moral e doméstica, quer seja ele eclesiástico ou laico.

Autoridades familiares esperavam dominar quatro principais domínios de gestão imobiliária: administração de propriedade, ordenação social de dependentes, instrução e supervisão ética dos membros da sua família, e a cultivação ritual dos deuses. Aqueles que conseguiram foram elogiados por seus pares e reverenciado por seus subordinados⁷³. (tradução nossa)

Para desempenhar suas funções de forma a manter o bom andamento de suas propriedades, um gestor precisava trazer consigo uma gama de conhecimentos práticos aliada à sabedoria moral – fosse um sacerdote ou não. Portanto, era necessário tanto uma formação ligada às questões referentes à vida cotidiana, como uma conduta íntegra de caráter que, mais do que auxiliar seus dependentes, deveria servir de inspiração e modelo de comportamento a ser reproduzido. Nesse sentido, podemos encontrar na bibliografia referente à condessa, passagens de suas ações que remetem a tais aspectos:

Os palácios de Beatrice e Matilda eram verdadeiros tesouros de literatura e ciência. [...] Aqui também foram feitas vestimentas ricas em ouro e fio de prata para os clérigos e adoráveis panos de altar para as igrejas, e aqui, também foram modeladas e feitas roupas quentes para os pobres.

A ciência da química foi praticada pela Condessa e sua filha, que, em comum com as mulheres de seu tempo, eram hábeis na arte da cura. Com suas próprias mãos preparavam pomadas maravilhosas, compostas principalmente do óleo puro da

⁷³ *Householders were expected to master four principal domains of state management: property administration, the social ordering of dependents, their family members' ethical instruction and oversight, and the ritual cultivation of the gods. Those who succeeded were lauded by their peers and revered by their subordinates.* SESSA, Kristina. **The Formation of Papal...** p. 35.

oliveira, com as quais vestiam as chagas e as feridas dos pobres⁷⁴.
(tradução nossa)

A título de ilustração, a passagem acima dá mostras do fazer de um típico *dispensator*. Tirando todo o caráter apologético que Huddy imprime ao seu trabalho e atentando somente ao relato acerca do teor e da variedade de atividades realizadas no interior dos castelos pertencentes às aristocratas canossanas, é possível perceber toda a logística administrativa desempenhada pelas mesmas. Ou seja, ainda que pudesse dispor de considerável número de empregados a realizar tarefas cotidianas, Matilda – e sua mãe – pessoalmente deveria também se ocupar do trabalho de atender às necessidades dos carecentes, como uma maneira de dar exemplo de altruísmo aos seus dependentes. Tais atos de benevolência configuram expressões de amor ao próximo, que fazem parte da lógica da piedade, característica basilar para uma autoridade familiar.

De igual modo, por maior que fosse a riqueza que uma autoridade familiar dispunha, a moderação deveria estar presente em suas ações. Quaisquer tipos de excessos, nas mais diferentes esferas, de aplicação de punições à alimentação e festividades, tudo deveria ser feito com parcimônia. Um senhor que não possuísse controle sobre essas questões, não era bem visto; uma vez que julgavam-lhe incapaz de controlar outras áreas de sua jurisdição. Por sua vez, os bispos, desempenhando funções que remetiam ao cargo de mordomo, precisavam se ocupar com questões tais como:

Fraude fiscal em propriedades eclesiásticas, cobrar as receitas de inquilinos inadimplentes, clérigos que exibiam regras do celibato e cujos herdeiros cometeram crimes sexuais, cristãos que casaram-se novamente depois que seus cônjuges foram levados em cativo mas depois voltarem pra casa, escravos fugitivos que juntaram-se a mosteiros ou entraram na ordem da igreja, e bispos locais que desviaram riquezas da igreja para seu uso

⁷⁴ *The places of Beatrice and Matilda were veritable treasure-houses of literature and science. [...]. Here also were wrought in gold and silver thread rich vestments for the clergy and lovely altar cloths for the churches, and here, too, were fashioned and made warm garments for the poor. The science of chemistry was practiced by the Countess and her daughter, who, in common with the ladies of their time, were skilled in the art of healing. With their own hands they prepared wonderful salves, principally composed of the pure oil of the olive, with which they dressed the sores and wounds of the poor.* HUDDY, Mary E. **Matilda, Countess of Tuscany**... p. 107.

peçoal estão entre os muitos assuntos domésticos que preocupavam os bispos tardo-romanos⁷⁵. (tradução nossa)

Ainda que o excerto se refira a algumas das ocasiões em que a presença e a ciência de um bispo se faziam necessárias, as fontes nos apresentam passagens onde quem toma parte na resolução de tais contendas é Matilda. A condessa, por conta de toda sua trajetória de vida que culminou – ao menos para a explanação do contexto em questão – na tomada do controle de toda a herança que lhe fora deixada, desenvolveu um “plano de governo”; melhor dizendo, a regente mantinha um projeto, um *modus operandi* ao governar. Entretanto, era necessário que a população residente das suas propriedades pudesse conservar uma conduta afinada àquela ansiada pela responsável por tais domínios. O meio encontrado para a propagação de seu modelo de governo foi a utilização de material humano, agentes intermediários que pudessem fazer valer suas determinações e fiscalizassem as populações, tendo por finalidade a manutenção da ordem. A respeito da hierarquia, entendeu-se que a autoridade familiar era responsável por tudo o que o domiciliar contemplasse, por outro lado, os bispos foram designados como mordomos, representantes de Deus que é quem detém todas as propriedades na terra. Os religiosos seriam então seus administradores.

Escritores cristãos dentro e fora da Itália estavam igualmente à vontade em definir Deus como uma autoridade familiar. Pregando para uma audiência de fins do século VI, o bispo de Roma, Gregório denotou Deus como ambos **dominus** e **paterfamilias**: “quem podemos melhor tomar a ser o **paterfamilias** que nosso Criador, que reina sobre aqueles que criou, e governa seus eleitos no mundo da mesma forma como um **dominus** faz aqueles sujeitos a ele em sua casa?”⁷⁶(grifos do autor)

⁷⁵ *Tax fraud on ecclesiastical estates, collecting rents from delinquent tenants, clerics who flaunted celibacy rules and whose heirs committed sex crimes, Christians who remarried after their spouses were carried off into captivity but later returned home, fugitive slaves who joined monasteries or entered the church order, and local bishops who misappropriated the church's wealth for their personal use are among the many domestic matters that preoccupied late antique Roman bishops.* SESSA, Kristina. **The Formation of Papal...** p. 4.

⁷⁶ *Christian writers within and beyond Italy were equally at home with defining God as a householder. Preaching to a late sixth-century audience, Rome's bishop Gregory denoted God as both **dominus** and **paterfamilias**: “Who can we better take to be the **paterfamilias** than our Creator, who rules over those he created, and governs his elect in the world in the same way as a **dominus** does those subject to him in his house?” Ibidem, p. 69-70.*

Se mesmo religiosos poderiam exercer a mordomia para senhores laicos, à esses últimos cabia o cuidado e a segurança inclusive deste primeiro grupo. Era necessário à autoridade familiar ser a figura que representasse a proteção e o auxílio aos seus. Uma das ocasiões em que a condessa expos o exercício de seu poder e a diretriz de sua conduta se deu após a morte de Gregório VII, seguida da de seu breve sucessor, Desidério. O novo pontífice – então chamado de Urbano II – ao assumir, precisou lidar com a enorme lacuna que a morte de Gregório havia deixado nos fiéis e na estrutura da igreja⁷⁷, além das batalhas travadas com o rei dos germânicos, Henrique IV. Demonstrando ainda defender o posto papal e tudo (todos) que a ele fossem relacionados, Matilda investe substancialmente no apoio à causa do representante da igreja romana, expressando que o suporte e a aliança firmados por ela não se atinham a uma pessoa especificamente, e sim ao lugar ocupado pelo sucessor de Pedro. Mesmo com as mudanças de ocupantes a ascenderem a títulos pontifícios, por décadas, a senhora toscana manteve constante auxílio a eles⁷⁸; numa clara lealdade a Deus através da cooperação que conferia à seus representantes. É preciso notar que a condessa faz mais do que declarar seu apoio a Urbano II: ela assume o papel de defensora da correta ordem do trono de Pedro.

Matilda firma um compromisso com a ordem moral e toda a simbologia que o posto petrino carregava: trata-se do papel de guardiã de uma ordem que era espiritual, moral e patrimonial, como deveria ser desempenhada por uma *paterfamilias*. E, é preciso frisar: a condessa assume tal incumbência de liderança sem exercer, ou meramente seguir, qualquer função sacerdotal; ela não se coloca sob nenhum encargo religioso oficial, como Senellart levaria a supor. Se referindo ao papel assumido por Matilda diante da eleição do novo papa (Urbano II), Donizo,

⁷⁷ RUST, Leandro Duarte. **Colunas de São Pedro...** p. 211.

⁷⁸ DONIZONE. **Vita di Matilde di Canossa...** p. 151; *É justo, portanto, que, na presença do bispo de Reggio e outros homens prudentes, você convoque o bispo de Mântua e ordene-o para restaurar o que pertencia ao mosteiro e permitir que ele possua outras coisas em paz.* Carta de Urbano II à Matilda de Canossa enviada em 1096. **Medieval women's latin letters** ... Acesso em 12 abr. 2016; *Nós cobramos o seu amor, portanto, que você tem essa preciosidade restaurada para a igreja de Carpi, e não permita que o abade de Frassinoro ou qualquer outra pessoa incomode-a.* Carta de Pascoal II à Matilda de Canossa de data desconhecida. **Medieval women's latin letters** ... Acesso em 12 abr. 2016.

o monge canossano, biógrafo de sua família se refere a ela como “*filha de Pedro e serva fiel de Cristo*,”⁷⁹ uma vez que *frequentemente os enviados do papa Gregório procuravam Matilda, mas mais frequentemente correram para ela os mensageiros de Urbano*”⁸⁰. Temos aqui dois fatos que devemos analisar separadamente.

Primeiro, o monge relaciona a condessa à figura do santo fundador da igreja, colocando-a na condição de sua filha; mesmo tratamento usado por outros interlocutores seus ao se referirem à Matilda, como logo veremos. Embora sem ser literal, não é uma nomenclatura muito usual, dando notas da deferência concedida à ela. Segundo, o restante do trecho apresenta a governante dotada de certa perenidade em relação ao papel social que desempenhava; haja vista a frequente mudança de ocupantes do trono papal. Apesar da sucessão de pontífices, seus representantes igualmente recorrem a ela em busca de auxílio. Isso certifica seu comprometimento com a correta ordem do exercício da autoridade papal, muito mais do que com pessoas que, momentaneamente, ascendiam à cátedra de Pedro. A julgar pelas informações contidas no registro documental, podemos afirmar que o auxílio não se restringia a colaborações tangíveis, como doações, abrigo e financiamentos. Matilda cooperava igualmente com religiosos no tocante às questões do espírito, como aconselhamentos e orientações sobre a salvaguarda da fé. Dessa forma, a condessa revela sua atuação como *paterfamilias*; aliando novamente auxílio material com direcionamento espiritual.

Em outro momento, Donizo extraindo o fragmento de um poema escrito pelo bispo de Lucca, Rangerio, assinala: “*Após os lírios, devem ser oferecidas violetas à filha de Pedro, e para aspergir se é dado a ela, o orvalho da fonte de Deus.*”⁸¹ O próprio papa Gregório VII, em correspondência enviada à Matilda se refere à mesma como *filha mais amada de São Pedro, que a sua fé e confiança em receber o corpo do Senhor pode aumentar constantemente*.⁸² Mesmo nas *Crônicas Suábias*, onde o autor, ao falar sobre a condessa e seu segundo esposo diz: *Naquele tempo Wilberto estava hospedado com seu imperador Henrique na Lombardia e*

⁷⁹ DONIZONE. *Vita di Matilde di Canossa*... p. 149.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 151.

⁸¹ *Ibidem*, p. 155.

⁸² Carta enviada pelo Papa Gregório VII à Matilde de Toscana, condessa de Toscana, duquesa de Lorena, em 16 de fevereiro de 1077. *Medieval women's latin letters*... Acesso em 12 abr. 2016.

*estava conspirando com ele para tudo o que podia contra Duque Guelfo e sua esposa Matilda, a filha de São Pedro*⁸³. Ora, se o papa Gregório se auto intitula *vicarius* de Pedro e por conseguinte, denomina a condessa como filha deste, então, seria ele “mordomo” de Matilda? E se ele, um religioso, se coloca como “supervisor” do patrimônio da condessa, logo, a afirmação de que *o exercício terreno de gestão domiciliar tornou-se inextrincavelmente ligado à objetivos religiosos e fins cósmicos*⁸⁴, teria êxito por meio da sua posição e da moralidade que Matilda empregava à sua conduta de acordo com a posição social por ela ocupada?

De fato, [São] Jerônimo foi rápido para indicar que o bom **paterfamilias** era realmente um servil mordomo, que deve reconhecer o domínio do Senhor sobre sua riqueza terrena e administração. “Seus bens não são mais seus, mas uma mordomia confiada a você”⁸⁵. (grifo do autor) (tradução nossa)

Seguindo ainda o pensamento de que a boa gestão de um domiciliar e a atuação de seus agentes tinha como fim definido, atender a uma concepção espiritual, onde, através de suas obras, tanto a autoridade familiar como seus supervisores estariam circunstancialmente a serviço de Deus, temos a forma como a própria Matilda, por vezes, se apresentou em cartas enviadas à diferentes interlocutores: “*Esta que é Matilda pela graça de Deus*”⁸⁶, reafirmando a subordinação perante o *paterfamilias* supremo, reconhecendo que ela somente ocupava sua posição e detinha a capacidade de desempenhar as funções que dela decorriam porque Deus permitiu.

Assim sendo, a participação sociopolítica dos bispos, bem como a vontade dos mesmos em adentrarem a esfera doméstica, deve ser compreendida nos moldes de uma disposição que estava pautada não em uma ação pastoral, no sentido religioso, mas sim, no que toca às questões de poder, uma vez que, sendo o

⁸³ROBINSON. Ian S. **Eleventh-Century** Germany... p. 311.

⁸⁴ SESSA, Kristina. **The Formation of Papal**... p. 82.

⁸⁵*In fact, Jerome was quick to indicate that the good paterfamilias was actually a slavish steward, who must recognize the Lord's mastery over his earthly wealth and administration. "Your possessions are no longer your own but a stewardship entrusted to you". Ibidem, p. 69.*

⁸⁶ “*Matildis dei gratia si quid est*” presente em uma carta enviada por Matilda de Toscana, condessa da Toscana e duquesa da Lorena de destinação pública, em novembro-dezembro de 1106. **Medieval women's latin letters** ... Acesso em 12 abr. 2016.

domiciliar a aorta de toda a lógica social da Antiguidade e do Medievo na Itália, a não-inserção nesse meio acarretava em exclusão do que havia de mais substancial no que diz respeito à conduta de pessoas:

Gestão domiciliar ofereceu prelados a um sistema de conhecimentos ético e prático aplicados à tarefas mundanas de administrar uma importante instituição eclesiástica e ao trabalho mais difícil de forjar a preeminência moral. Seu significado histórico é igual (e talvez mesmo supere) paradigmas mais familiares de autoridade episcopal romana, como primado petrino e sucessão apostólica⁸⁷. (tradução nossa)

Portanto, mais do que fazer uso de sua aura vocacional, auxiliando os fiéis na resolução de pendências e problemas relativos ao espírito, os bispos também desejavam exercer influência sobre estes através de questões mais práticas, materiais. No entanto, para não ir contra seus preceitos de humildade, esses religiosos se declaravam como pessoas a serviço daquele a quem tudo pertencia. Isso, em linhas gerais, significava que agindo em nome de alguém que não está presente em matéria, eles almejavam desempenhar a função de um *paterfamilias*, porém, conferindo-lhe a alcunha de “mordomia”.

1.5 A mobilidade dos sujeitos ou uma crítica à concepção clássica de política na Idade Média

Mesmo com a explicação sobre qual conceito de político permeia este trabalho, bem como a breve contextualização que apresentamos com a finalidade de exemplificar como entendemos o panorama político no norte da Itália no século XI, sabemos que tais afirmações não são usuais e que os trabalhos referentes a este período ou a essa sociedade, no geral, focam ou discorrem sobre a vida e as relações de maneira um tanto quanto diferente. Com o intuito de reafirmar as diretrizes teóricas nas quais nos apoiamos, precisamos nos posicionar perante a formulação

⁸⁷ *Household management offered prelates a system of ethical and practical knowledge applicable to the mundane tasks of running a major ecclesiastical institution and to the harder job of forging moral preeminence. Its historical significance equals (and perhaps even surpasses) more familiar paradigms of Roman episcopal authority, like Petrine primacy and apostolic succession.* SESSA, Kristina. **The Formation of Papal...** p. 87-8.

historiográfica vigente. Ainda que reconheçamos a existência das “três ordens”, como Georges Duby destacou, sobretudo, na obra que leva esse nome,⁸⁸ entendemos que as inter-relações e os papéis sociais são muitos mais complexos e flexíveis e a dinâmica social flui com menos onisciência do que nominalmente considerados nesta fórmula. Visamos, isso posto, conferir a tais categorias, uma proposta mais adaptável, tendo consciência de que na referida sociedade, o sincretismo, a apropriação de costumes e as trocas culturais eram constantes. O que confere, aos agentes envolvidos, posturas menos engessadas em certas funções apenas, determinadas por uma fixação ideológica ou imaginária. Nosso objetivo é apresentar uma interpretação capaz de abarcar aspectos e práticas do poder, tanto laico quanto eclesiástico, de modo mais plurivalente.

1.5.1 O exercício do poder local e a condição aristocrática

A afirmação oferecida por Jérôme Baschet acerca da aristocracia medieval parece bastante clara: *“Em uma primeira abordagem, pode-se considerar que a aristocracia, classe dominante no Ocidente medieval, é caracterizada pela conjunção do comando dos homens, do poder sobre a terra e da atividade guerreira”*⁸⁹. Contém diversas nuances mas é inteligível. No entanto, para o historiador, aristocracia não é sinônimo de nobreza – ao menos não no período em que viveu Matilda. “Nobreza” somente se torna um conceito bem definido de categoria social ao final da Idade Média, antes disso era mais uma característica, uma qualidade do que outra coisa. Ser um detentor de “título” aristocrático exigia premissas das quais apenas algumas pessoas poderiam lançar mão, afinal, exercer domínio sobre o outro já expõe um traço de diferenciação embasado, sobretudo, no poder.⁹⁰ Matilda descendia da família imperial germânica, tendo a mãe, Beatrice como duquesa de Lorena e prima direta de Henrique III – o que lhe rendera propriedades também nessa região – mas, da mesma forma, encontrava entre seus antepassados, os fundadores da casa de Canossa, construída sobre um monte

⁸⁸ DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

⁸⁹ BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal: do ano 1000 à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006, p. 109.

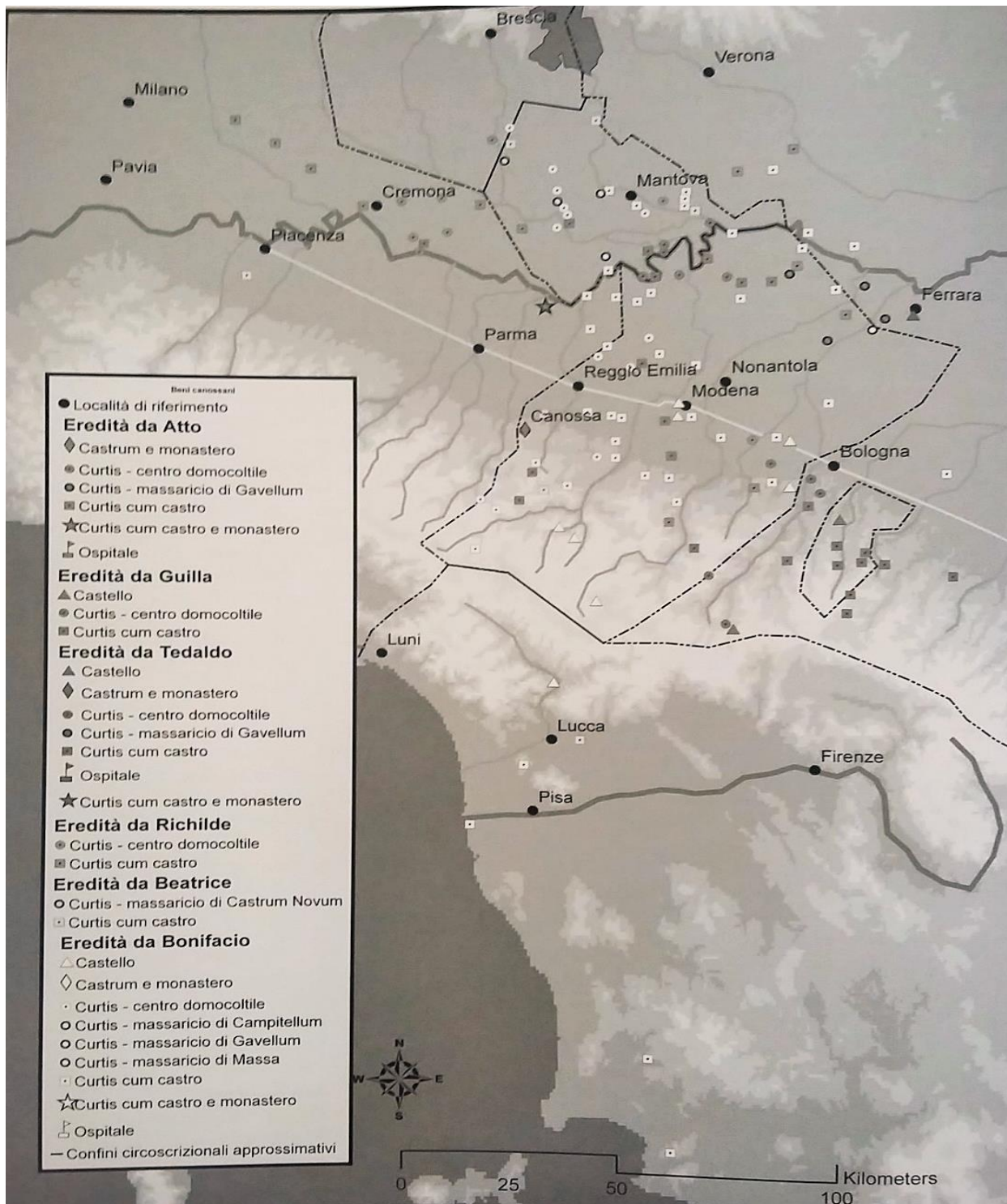
⁹⁰Ibidem, p. 110.

homônimo. Era única herdeira do considerável legado deixado por seu pai, Bonifácio III da Toscana, conde de Canossa, Lucca, Mântua, Modena, Pisa, Ferrara, Florença, Parma e Reggio. Portanto, nascera incontestavelmente pertencente à classe dos escolhidos para governar, daqueles a quem se devia obediência e respeito, aqueles responsáveis por prover seus dependentes⁹¹; uma vez que, como exemplifica Cláudia Bovo no seu trabalho acerca dos vínculos parentais:

A valorização da terra acarretou a atualização dos laços hierárquicos advindos de sua posse, introduzindo uma lógica exterior ao funcionamento da consanguinidade e da aliança, na qual aquele que possuísse mais terras, possuiria mais homens e, conseqüentemente, mais poder⁹².

⁹¹ RUST, Leandro Duarte. **Um príncipe medieval...** p. 106.

⁹² BOVO, Cláudia R. **Filiação, vassalagem e matrimônio no *Tristan de Béroul* (século XII).** Franca: UNESP, 2004, p. 28.



Mapa 02:
 “Bens canossanos”. LAZZARI, Tiziana. **Aziende fortificate, castelli e pievi:** Le basi patrimoniali dei poteri dei Canossa e le loro giuridizioni. In: CALZONA, Arturo. **Matilde e il tesoro dei Canossa tra castelli, monasteri e città.** Milano: Silvana Editoriale, 2008 p. 106.

Ainda que os dois grandes expoentes de poder na Idade Média, mencionados, sobretudo nos séculos XI e XII, tenham sido papado e império⁹³, os mesmos exerciam influência não de forma absoluta. Como já dissemos, a Igreja não era homogênea como se poderia supor, nem todas as prelazias se colocavam no papel de subordinação ao Sumo Pontífice. Além disso, temos na Itália medieval uma horda de poderes locais, que geriam as áreas e pessoas dependentes e ligadas a essa aristocracia, bem como a transformação estrutural do território através do processo de constituição das cidades.⁹⁴ Até mesmo para dirimir essa concepção de uma disputa travada única e exclusivamente entre papado e império, podemos encontrar diversas passagens onde o foco de atenção e preocupação estava concentrados nos aristocratas locais, como por exemplo, na senhora toscana. Não por conta do auxílio que esta despendia ao papado, mas sim, porque a mesma representava uma ameaça política para a realeza germânica; suas ações executadas em território adjacente, já ecoavam por outras partes do sul da Europa medieval causando desconforto; ou seja, a ideia de uma sociedade governada por uma hegemônica realeza germânica não nos parece muito assertiva, haja vista a sabida existência de aristocratas, como Matilda, que encabeçavam administrações governamentais dispostas sob a égide do poder local:

Mas quando ele (Henrique IV) veio para a Itália, foi recebido por emissários de Roma, que levavam um pacto de paz, e [ao mesmo tempo] um relatório chegou a ele de um empreendimento hostil à sua volta. Assim, retornou para a Alemanha e deixou para trás na Itália seu filho Conrado, que na época já era o herdeiro designado do reino, atribuindo-lhe a tarefa de trabalhar contra Matilda – essa ávida mulher que estava reivindicando quase toda a Itália – e retirar da mão de uma mulher esse reino que seria seu no futuro⁹⁵. (tradução nossa)

⁹³ RUST, Leandro D. **A Reforma Papal ...**

⁹⁴ GILLI, Patrick. **Cidades e Sociedades Urbanas na Itália Medieval: (século XII XIV)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, p. 23.

⁹⁵ *But when he came into Italy, he was met by envoys from Rome who bore a pact of peace, and [at the same time] a report reached him of a hostile enterprise at his back. Thus he returned to Germany and left behind in Italy his son Conrad, who at time was already the heir-designate of the kingdom, assigning to him the task of working against Mathilda – that grasping woman who was laying claim to almost all of Italy – and taking out of the hand of a woman that kingdom which would be his in the future.* MOMMSEN, Theodor; MORRISON, Karl. (Ed.). **Imperial lives & letters of the eleventh century**. Columbia: Columbia University Press, 2000, p. 118.

A estruturação social apresentada pela Europa Medieval foi uma herança do Império Romano e seu processo de ruralização econômica aliado às invasões vikings, fizeram-na constituída por latifúndios. Essas grandes extensões de terras abrigavam colonos que encaminhavam o resultado de seu trabalho para os proprietários das mesmas. Eram possessões produtivas em maior ou menor grau, responsáveis pela plantação e manufatura de diferentes produtos conforme a possibilidade de cultivo de cada uma. Os latifundiários ou senhores desses domínios não detinham a posse somente da terra em si, controlavam também os moinhos, – criaram, inclusive, um sistema compulsório de utilização por parte dos servos, tirando-lhes as alternativas de manejo, uma vez que eles deveriam pagar pelo uso dos mesmos – o direito de manipular a madeira extraídas das florestas da localidade e até mesmo a concessão pela prática da pesca nos pântanos e rios da região. Enfim, quaisquer tipos de recursos naturais que porventura existissem dentro das posses de um senhor lhe pertenciam e deveriam retornar em forma de bens, tesouros, itens de consumo e venda ou mesmo por meio de arrecadação.

A formação dos reinos germânicos em nada alterou a essência daquele processo. Naquela economia fundamentalmente agrária, os monarcas remuneravam seus servidores e guerreiros com terras, às quais se concediam muitas vezes imunidades. O detentor da terra desempenhava ali o papel de Estado, taxando, julgando, convocando. [...] Dessa forma os condes foram se apossando de poderes régios e implodindo o Estado carolíngio⁹⁶.

Se porventura adotássemos a afirmação acima como regra geral, excluiríamos toda a mobilidade social e autonomia de alguns personagens, uma vez que nem os “monarcas” detinham a capacidade de um controlo social pautado num sistema de “pagamento”, tampouco suas funções se resumiam às questões burocráticas. Um senhor de terras mantinha aliados por relações que não estavam restritas às recompensas materiais, uma vez que é sabida a existência de laços como o de amizade, por exemplo:

[...] mais além das motivações individuais as quais se recorre comumente, enfrentavam em realidade a grupos senhoriais e reativavam regularmente as redes de aliança, designadas com

⁹⁶ FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A idade média**: nascimento do ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 83.

frequência como **parentela** ou **parentes et amici**, sem que o caráter parental fosse seguro, nem sobretudo, claramente definido; estas redes se apoiavam indissolúvelmente em amizade, parentesco, fidelidade, vizinhança, etc⁹⁷. (grifos do autor) (tradução nossa)

Anita Guerreau-Jalabert, por exemplo, identifica diversas outras categorias de vínculos interpessoais que vão além da *consanguinitas* e dos supracitados laços de amizade, como *affinitas*, *cognatio*, *parentela*, *propinquitas* e *proximitas*⁹⁸. Existindo tal variedade de formas de relações interpessoais, fica difícil não conferir maleabilidade a uma obra afirmando que no “*plano social e político, o homem medieval tem de obedecer aos seus superiores, aos prelados, se se tratar de um elemento do clero, ou ao rei, ao senhor, aos chefes comunais, se se tratar de um leigo*”⁹⁹.

Da mesma forma, nem todo religioso estava subordinado exclusivamente a outro homem pertencente à Igreja, bem como nem todo trabalhador reportava suas ações a um aristocrata laico. Posto que, havia homens que não aceitavam e não se adequavam a essa doutrina de obediência; vide os exemplos de localidades matildinas – como a própria Mântua, *capoluogo*¹⁰⁰ de seus domínios – dispostas a se desligarem de seu governo para então formar sociedades organizadas horizontalmente, com direitos e responsabilidades distribuídos de maneira igual entre seus habitantes, sem a opressão de um sistema hierárquico. E a aristocracia precisava lidar com essas pessoas também. Fosse por meio de ataques, suspensão de benefícios ou mesmo isolamento.

Um revoltoso, normalmente não traria maiores problemas a um senhor porém, uma comunidade dissidente, insatisfeita com as ordens impostas indicava, além de diminuição na produção e na quantidade de indivíduos leais, possíveis

⁹⁷ [...] *más allá de las motivaciones individuales a las que se recurre comúnmente, enfrentaban em realidad a grupos señoriales y reactivaban regularmente las redes de alianzas, designadas com frequência como **parentela** o **parentes et amici**, sin que el carácter parental fuese seguro ni, sobre todo, claramente definido; estas redes se apoyaban indisolublemente em la amistad, el parentesco, la fidelidade, la vecindad, etc.* MORSEL, Joseph. **La aristocracia medieval...** p. 181.

⁹⁸ GUERREAU-JALABERT, Anita. **La désignation des relations et des groupes de parenté em latin médiéval.** *Archivum Latinitatis Medii Aevi*, tome 46-47, 1988, p. 67.

⁹⁹ LE GOFF, Jacques. **O homem medieval.** Lisboa: Editora Presença, 1989, p. 29.

¹⁰⁰ Na Itália, não há Estados, como no Brasil, portanto, não há capitais. A divisão se dá por regiões e cada região tem seu *capoluogo*, que seria a cidade mais importante da mesma. No tempo de Matilda, Mântua era o *capoluogo* dos domínios canossanos.

inimigos. Mas toda a estrutura social do norte da Itália, e suas adjacências, nos séculos XI e XII, foi construída a partir das influências de antepassados, imigrantes e incorporações; bem como pelo estabelecimento de alianças de diversas naturezas, o que não nos permite afirmar ou mesmo destacar uma linhagem “pura”, pautada única e simplesmente na ligação de consanguinidade, que não tenha recebido a integração de outras pessoas.

Pensar uma sociedade em termos de parentesco é assumir que o conjunto de relações que a constitui é socialmente construído, estando em dependência exclusiva da ordem cultural e não da natureza biológica. Dessa forma, ao analisarmos a sociedade medieval em termos de laços consangüíneos, precisamos ter em mente que os vínculos carnis são depreciados pelo discurso eclesiástico em favor de um laço simbólico superior. Frequentemente, este laço simbólico advém de relações prescritas por uma identidade cultural, assegurada por noções de pertencimento a um mesmo grupo de residência ou pela vinculação a uma mesma instituição, seja pelo partilhar das mesmas crenças ou ainda pelo desempenho das mesmas funções sociais¹⁰¹.

Segundo Morsel, analisar a linhagem sob conceitos “*onde o familiar esgota o parental e depende da esfera privada*” são formulações e acepções, oriundas da Modernidade pois, “*a adoção de **linhagem** como marco de referência para estas análises corresponde à transferência sobre a sociedade medieval de uma representação que, no entanto, não se define antes da época moderna*”¹⁰²(grifo do autor). Assim sendo, compreendemos que o risco de incorrer em frequentes anacronismos inadvertidamente acaba por limitar nossa capacidade de reflexão. Contudo, mais do que despejar a responsabilidade sobre os ombros daqueles que lemos, a ciência desse tipo de ocorrência serve, sobretudo, para estimular cada vez mais nossas pesquisas, apurar nossos olhos, afiar nossa percepção. Ponderar sobre o que está exposto de uma forma que não nos contempla, contribui no processo de trazeremos à tona reflexões sobre os silêncios, sobre as entrelinhas e os avessos.

¹⁰¹ BOVO, Cláudia R. **Filiação, vassalagem e matrimônio**... p. 33-4.

¹⁰² MORSEL, Joseph. **La aristocracia medieval**... p. 11.

1.5.2 Sobre o feudalismo

O termo feudalismo remete a uma associação direta do homem com a terra, e trata-se de uma definição acertada. Entretanto *feudalismo* e o exercício da dominação sobre homens e terras não podem ser sinônimos, uma vez que o primeiro termo destaca uma – dentre várias – modalidades de exercício do poder como relações interpessoais. Sua definição, parece-nos, contudo, mais eficaz do que sua aplicabilidade:

Pois o “feudalismo” não é antes de tudo um estado de espírito, esse complexo psicológico formado no pequeno mundo dos guerreiros que aos poucos foram se tornando nobres? Consciência, principalmente, da superioridade de um estado caracterizado pela especialização militar e que supõe o respeito de certas imposições morais, a prática de certas virtudes; ideia conjunta de que as relações sociais se organizam em função do companheirismo de combate; noções de homenagem, de dependência pessoal, doravante no primeiro plano e que se substituem a todas as formas anteriores de ligação política¹⁰³.

Georges Duby atesta o caráter mental da formação do feudalismo; em outras palavras, sua existência residia no campo das ideias, muito mais do que como uma instituição formal de coletividade ou uma prática condicionante de afazeres. Essa conceituação também é adotada por Joseph Morsel, que identifica uma particularidade mental do clero que se expande e atinge toda a sociedade aristocrática, de laicos a religiosos. Nesse sentido há uma sensível diferença entre os dois distintos grupos; a comunidade dos eclesiásticos se destaca do restante através da dominação ideológica que detém e pela maneira como enxerga a inserção do seu grupo no meio social. Porém ambas categorias não se separam literalmente, uma vez que, reciprocamente “*tem necessidade da outra para se reproduzir socialmente*”¹⁰⁴.

Dentre as formas de alienação de propriedade usuais na Idade Média, uma das mais frequentes era a doação; doação essa que se fazia à igreja, em grandes quantidades, por toda sorte de pessoas, por toda Europa, para as mais variadas casas

¹⁰³ DUBY, Georges. **A sociedade cavaleiresca**. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 50.

¹⁰⁴ MORSEL, Joseph. **La aristocracia medieval**... p. 198.

religiosas; porém, com um único propósito: “acertar as contas” com Deus através de contribuições materiais. Essa significativa generosidade para com o clero, automaticamente compensaria as falhas cometidas pelo doador. Alguns dependentes não eram proprietários de terras, eles apenas recebiam de senhores aristocratas o direito de usufruir das mesmas. Entretanto, na primeira Idade Média clássica, com o aumento da prática de doações, os inquilinos também passaram a doar igrejas com bens que de fato não lhe pertenciam. Os senhores, receosos de repreender seus súditos, pois se tratavam de donativos endereçados a templos da fé, viram seus rendimentos e posses diminuírem de modo considerável. Para não serem prejudicados por esse hábito adquirido, passaram a taxar as entidades beneficiadas¹⁰⁵. Esse exemplo ilustra mais uma vez que os dependentes de um *dominus* praticavam atos que desrespeitavam ou mesmo prejudicavam o modelo condutor adotado por um *paterfamilias*, o que cobrava deste que tomasse medidas protetivas no intuito de conservar a ordem de seu domiciliar.

A grande quantidade de mosteiros no século XII, oriunda de uma revitalização dessas instituições desde o século X se deu pelo apoio da aristocracia. O clero regular ganhava, portanto, um importante aliado no que se refere ao incentivo acerca da consolidação de casas monásticas. Mais do que uma espécie de “dízimo” cedido com a finalidade de redimir os homens de suas faltas, a construção desses espaços religiosos dava aos senhores de grandes domínios além da autonomia – do que antes era de competência da realeza –, mostras de sua distinção social, reforço político e reduto de produção agrícola. O fato, porém, de serem referenciais centros de oração e abrigarem os “homens de Deus” não tornava os mosteiros imunes a situações adversas. Eram eles também alvo de pilhagens e, estando ligados a um senhor, patrono da construção, os religiosos não tinham completa autonomia prática; por vezes, precisavam corresponder a interesses daqueles que os mantinham¹⁰⁶. Assim sendo, concebemos a lógica da circulação de bens de uma forma mais abrangente, que não se restringe às tradicionais formas de doação comumente representadas.

¹⁰⁵ FOURQUIN, Guy. **Senhorio e Feudalidade**... p. 153-4.

¹⁰⁶ LE GOFF, Jacques. **O homem medieval**... p. 42.

[...] condessa Matilda deu para o mosteiro de São Benedito localizado ao lado de Po, no qual o mosteiro, William presidia como abade naquela época, o palácio do castelo Ariano, com direito de propriedade, e concedeu para a igreja de São Próspero localizada no mesmo castelo com o dízimo que pertence à mesma igreja, com sua corte, tendo acesso e (o lugar) onde o jardim é cultivado. Ela também concedeu-lhe a igreja de São Donino localizada em Monte Vila e a igreja de São Próspero e a igreja de São Gregório de Antognano com todos os bens pertencentes a igreja, exceto o direito canônico da igreja de Reggio [...] ¹⁰⁷ (tradução nossa)

Mesmo dentre as camadas da população dotadas de menos recursos, as posições ocupadas pelos habitantes não eram igualitárias em relação ao senhoril; havia os camponeses, que trabalhavam, por exemplo, com manuseio e cultivo no interior da propriedade pois, era essa a sua real situação; no entanto, havia também aqueles que detinham a concessão de um pedaço de terra para semear. Estes deveriam pagar impostos à autoridade familiar, outros, no entanto, por alguma razão, lavravam terras completamente isentas de qualquer taxação; pontuamos igualmente a existência de trabalhadores temporários, que recebiam pagamento em troca dos serviços prestados. Ocorria uma espécie de divisão do terreno em três categorias. A primeira era de exploração do dono da propriedade; todos os rendimentos lhe pertenciam, a segunda era de direito concedido para as famílias que lá viviam e serviam seus senhores de maneira hereditária, que como barganha por retirarem da terra seu sustento, deviam pagamentos regulares – algo como o que hoje conhecemos por arrendamento – àquele que detinha a posse; e por fim, existia os espaços de uso comum, as florestas e porções de terras não cultivadas.

Essa multiplicidade nos tipos de ocupação e de relação com a terra, corrobora a afirmação de Duby de que o feudalismo – da maneira como usualmente se apresenta ¹⁰⁸ – é configurado muito mais por teorias do que por aplicabilidade

¹⁰⁷ [...] *countess Matilda gave to the monastery of St. Benedict located beside the Po, in which monastery William presided as abbot at that time, the palace from the castle Ariano with proprietary right, and conceded to it the church of St. Prosper located in the same castle with the tithe belonging to the same church, with its court, having both access and (the place) where the garden is cultivated. She also granted it the church of St. Donino located in Mt. Villa and the church of St. Prosper and the church of St. Gregory of Antognano with all possessions belonging to those churches, except the canonical right of the church of Reggio [...].* Carta enviada por Matilda de Canossa, de caráter público em 05 de outubro de 1092. **Medieval women's latin letters**... Acesso em 12 abr. 2016.

¹⁰⁸ BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal**...

prática. As relações entre camponeses e senhores feudais iam além das questões econômicas, elas atingiam o âmbito político. Os mecanismos de coerção utilizados pelos detentores do poder iam no sentido de manter seus trabalhadores agindo de acordo com as leis por ele estabelecidas, uma vez que ele era a autoridade também jurídica¹⁰⁹. Matilda falecera antes de ver o processo de urbanização concluído, mas por ter presenciado seu início e precisado lidar com as atribuições oriundas dessa nova configuração social, viu sua gestão igualmente sofrer alterações. A primeira reação fora de resistência; certamente que, percebendo quão prejudicial era para seu governo o movimento das comunidades que se desligavam de sua dominação, a condessa empregou esforços com o intuito de conter a mudança. Talvez por meio de ameaças, como fizera com Mântua, conseguira retardar o processo, porém sua constituição foi inevitável. Sobretudo pelo fato de que a nova identidade urbana contava com a participação de figuras destacadas:

O bispo se torna o verdadeiro coordenador da ação política da comunidade urbana diante do soberano. É em torno do bispo que se constituem as *clientelas vassálicas* de onde emergirão os comportamentos políticos e institucionais que darão nascimento à comuna¹¹⁰.

Os bispos poderiam ter se tornado, em dado momento, o centro da formação de relações feudo-vassálicas. Entretanto, isso teria muito pouco a dizer, uma vez que representa apenas um tipo de relação – e como já dito anteriormente, a aristocracia episcopal realizou ações que iam muito além de dependências clientelares.

Tem-se também a concepção de que os castelos constituem o seio da representação do poder senhorial, pautada em uma equação muito simples: maior quantidade de castelos é igual a um raio maior de dominação de um aristocrata. Podemos dizer que o resultado está certo, não fossem os elementos que constituem essa operação apresentarem valores invertidos. Acredita-se que as fortalezas são sinônimos de atividade cavalheiresca, ou seja: quanto mais castelos, maior o

¹⁰⁹ LE GOFF, Jacques. **O homem medieval...** p. 88-9.

¹¹⁰ GILLI, Patrick. **Cidades e Sociedades Urbanas...** p. 25.

número de guerreiros e maior a possibilidade de conquista de territórios ou vitórias em batalhas, afinal:

O castelo é o coração a um só tempo prático e simbólico do poder da aristocracia, de sua dominação sobre as terras e os homens. [...] Se a função defensiva é evidente, e até mesmo exibida, o castelo é, a princípio, um lugar de habitação para o senhor, seus próximos e seus soldados¹¹¹.

O castelo tem uma simbologia pois se destaca pela localização que lhe é reservada: geralmente sua construção se dá sobre montes, para que sua visualização seja possível mesmo à distância. Entretanto, sua existência pressupunha muito mais que fortalezas inexpugnáveis, paredes frias e fossos abissais. Pode ser mesmo que no seu interior habitassem somente as autoridades familiares e seu staff mais próximo; contudo, em seu entorno, havia uma lógica social – que lhe incluía – de vidas, costumes e culturas.

Na maior parte dos casos, o castelo constituía antes de tudo um lugar de habitação, um núcleo de exploração agrícola e artesanal e o centro nevrálgico de um conjunto complexo de direitos senhoriais. A fortificação servia assim, sobretudo, para proteger ao grupo doméstico ali residente contra as agressões e os golpes de mão; ao mesmo tempo, que a manifestação de um status social particular – separado e superior. Porém, esta manifestação se encontra sem dúvida mais vinculada às funções do castelo já mencionadas que ao próprio status social de seus habitantes: o castelo constitui um símbolo de dominação por ser o centro de um poder senhorial, e não tanto porque nele residem aristocratas¹¹². (tradução nossa)

Portanto, é a partir da presença da população ao entorno e sua relação com os castelos que cria-se a possibilidade da estruturação de uma *domus*; em se podendo dispor apenas dos habitantes do castelo para a configuração de uma esfera

¹¹¹ BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal...** p. 112-13.

¹¹² *En la mayor parte de los casos, el castillo constituía ante todo un lugar de habitación, un núcleo de explotación agrícola y artesanal y el centro neurálgico de un conjunto complejo de derechos señoriales. La fortificación servía así, sobre todo, para proteger al grupo doméstico allí residente contra las agresiones y los golpes de mano; al mismo tiempo que de manifestación de un estatus social particular – separado y superior –. Sin embargo, esta manifestación se encuentra sin duda más vinculada a las funciones del castillo ya mencionadas que al propio estatus social de sus habitantes: el castillo constituye un símbolo de dominación por ser el centro de un poder señorial, y no tanto porque en él residen aristocratas.* MORSEL, Joseph. **La aristocracia medieval...** p. 117.

doméstica, muitos dos cargos que identificamos dentro desta lógica social não poderiam, tampouco precisariam existir e sem a existência destes, a administração de uma autoridade familiar não faria sentido. Mesmo que identifiquemos Matilda como a figura central deste espaço, sem a presença de outros agentes com quem exercer a prática de resolução de problemas domésticos, sua atuação extra-*domus* ficaria comprometida.

1.6 Conclusão

Indubitavelmente não podemos aplicar as mesmas fórmulas, nomes e acepções à toda a Europa feudal; toda ela sofreu influência de diferentes locais: herança romana, latina, germânica... Portanto, os conceitos de patrimonialidade, senhorio, vassalagem, cidade, comuna, feudo, burgo, alódio, honra e tantos outros que encontramos na historiografia, tinham um significado na França e poderiam ter outro emprego – ou não ter equivalência – na Itália, por exemplo. Todavia, a relação existente entre os homens contemplou à toda a Idade Média, mesmo que em níveis e de fundamentações diferentes; da mesma forma que algumas prerrogativas de poder senhorial não podem ser ignoradas.

Das particularidades que pudemos levantar a respeito da gestão exercida por uma autoridade familiar laica, sobretudo na Idade Média dita Clássica, a condessa Matilda de Canossa atende à sua maioria. Entre transações de mostras de poder, relações sociais politicamente relevantes, atos de concessões ou doações de bens móveis ou imóveis, orientação e aconselhamento a membros da aristocracia episcopal e a seus subordinados, além de atenção e promoção de construções em homenagem a santos de devoção das populações setentrionais da Itália a esta *domus*, geriu durante trinta e nove anos, um vasto território heterogêneo em sua estrutura e que não era formado por um bloco único de terras e propriedades e sim, por diversos bolsões polvilhados pelo norte da Itália e, se levarmos em conta suas propriedades em território germânico, temos mais depositários da marca da última representante dos condes de Canossa na Germânia também. Matilda foi preparada para governar; os esforços empreendidos por seus pais e tutores desde que ela era ainda uma criança pequena foram no sentido de fazer dela uma governante completa, aliando educação religiosa (preceito indispensável para quaisquer pessoa

de considerável relevância), com experiência ética e ensinamentos bélicos, políticos e estratégicos que, aliados à sua capacidade de lançar mão dos mesmos da forma que melhor atendesse a manutenção da ordem social de seu domicílio, conferiram-lhe credenciais de um *bonus paterfamilias*.

2. AFIRMAÇÃO E LEGITIMAÇÃO COMO *PATERFAMILIAS*: O DIVÓRCIO E OS RUMOS DO PODER SENHORIAL DA CONDESSA DE CANOSSA

Acerca da apreensão e da concepção que muitos historiadores formulam sobre a Idade Média, conhecemos um considerável número de obras¹¹³ que apresentam o Medievo como detentor de uma lógica social que, numa afirmação bem simplista, corresponde muito mais à Modernidade. Tais reflexões, por vezes, não problematizam ou mesmo não abordam a inegável diversidade de constituições sociais existentes no período e acabam por apresentar uma realidade passível de ser separada em grupos sociais muito bem delimitados e conscientes de suas funções, compostos por agentes que não transpõem, em momento nenhum, tais divisões¹¹⁴. Como vimos no capítulo anterior, esses anacronismos podem se apresentar quanto ao que diz respeito à funcionalidade dos castelos, por exemplo. Porém, veremos que essa não é uma particularidade de questões relacionadas com aspectos materiais; o estabelecimento e desenvolvimento das ações e relações humanas receberam igual atribuição determinante.

No que tange as associações interpessoais, o casamento representava uma situação onde a falta de distinção entre seus modelos resultou, com frequência, em textos compostos por visões unilaterais, guiadas por um pensamento que coloca o matrimônio como uma das “saídas” possíveis para leigos se afastarem do pecado¹¹⁵. Considerado como um associação espiritual, estabelecida entre os cônjuges, seria este o espaço aceitável para o envolvimento carnal e teria,

¹¹³ BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal...*; DUBY, Georges. *A sociedade cavaleiresca...*; BOLTON, Brenda. *A reforma da Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1983; FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média...*; LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

¹¹⁴ MORSEL, Joseph. *La aristocracia medieval...*

¹¹⁵ DUBY, Georges. *Eva e os padres...*; BERNOS, Marcel et alii. *O fruto proibido...*

inicialmente, como propósito, a procriação¹¹⁶. Há, uma concepção pré-estabelecida em relação à Idade Média acerca dos papéis desempenhados pelos consortes no casamento. Não na cerimônia do enlace, mas em toda a experiência compartilhada por duas pessoas sob essa denominação. No entanto, para que seja possível compreender os motivos que levam muitos autores a demarcarem os papéis sociais no seio dessa relação, precisamos inicialmente assimilar, de uma maneira mais ampla, quais posições são estabelecidas por boa parte da historiografia, para homes e mulheres na Idade Média.

2.1 Lugar social feminino numa atmosfera de preponderante misoginia

Os textos aos quais temos acesso e que abordam a questão da regulação social perpassam, de uma forma ou de outra, por certo adestramento tanto do corpo quanto da mente em relação ao corpo. Assim sendo, cabia aos aristocratas – diante de uma realidade de poder descentralizado – assegurar a ordem pública, cuidando em conter ou banir quaisquer tipos de insurgências ou perturbação. Os detentores do poder sempre lançaram mão da propagação de medidas protetivas, como um meio de pulverizar sobre a sociedade, normativas que pudessem disciplinar os indivíduos garantindo o controle coletivo

Os príncipes acreditavam-se também responsáveis pela educação dos homens e das mulheres que se reuniam em torno deles. Era uma velha tradição. Na época carolíngia, o palácio do rei era uma escola de boas maneiras. [...]Ensinava em particular os guerreiros a tratar segundo as conveniências as mulheres das quais se aproximavam no círculo dos príncipes¹¹⁷.

Contudo, a responsabilidade do cuidado das almas ainda é atribuída aos religiosos; mesmo que já tenhamos discutido sobre as funções competentes a um *paterfamilias* e que, por conseguinte, incluíam essas questões. Fato é que os detentores da cultura hegemônica, que, neste caso, era sinônimo de cultura escrita, eram os monges, padres, bispos, abades, arcebispos, capelães e arcediáconos.

¹¹⁶ GUERREAU-JALABERT, Anita. **La parenté dans l'Europe médiévale et moderna**: à propos d'une synthèse récente. *L'Homme*, n. 110, tome 29, 1989, p. 78.

¹¹⁷ DUBY, Georges. **Eva e os padres...** 1989 p. 117-8.

Com as mudanças nas relações estabelecidas entre esses eclesiásticos e a população laica, houve também mudanças nos preceitos por eles estabelecidos. Com a ascensão de ordens monásticas pertencentes ao clero regular no século VIII, mais e mais pessoas aderiam a uma conduta pautada no asceticismo, recolhidas em desertos ou em estruturas localizadas bem distantes dos grandes centros ou da presença de aglomerado de pessoas. A falta de convívio com leigos produziu textos mais rígidos, com punições mais severas e determinações de conduta menos flexíveis. A partir de meados do século X, no entanto, a cultura monástica deu lugar a uma maior elevação do clero secular, que resultou na construção de catedrais e uma relação próxima com os fiéis¹¹⁸. Esse estreitamento possibilitou uma maior interferência dos pensamentos disseminados pelos clérigos nas populações. Se a aristocracia se encarregava de manter a ordem social se valendo de mecanismos tais como a propagação do temor; fosse relacionando-o a questões físicas, com prejuízos materiais, tais como fome, perda de privilégios e credibilidade. Os religiosos, atuavam e colaboravam com essa estrutura de um modo mais subjetivo, porém não menos eficaz, associando os atos considerados como faltas à máculas espirituais. Pecado.

Os religiosos do século XI tomam para si a missão de difundir meios e facilitar o acesso de todos à salvação. Falam sobre as mulheres, mas não lhes deixam falar; se propõem a ser sua voz, sem que, no entanto, tenham criado mecanismos de adaptação baseados em opiniões emitidas pelas mesmas. Para alguns deles, a única mulher que, habitando a Terra, se viu livre da mácula do pecado original foi a Virgem Maria, que concebeu sem que seu corpo fosse violado pela semente do mal através da prática dos atos mais impuros e reprováveis, todas as outras mulheres são descendentes de Eva e, portanto, carregam consigo a mancha do repreensível, da luxúria, da artilosidade e da enganação. A palavra atinge mais diretamente às mulheres, uma vez que são elas os seres que mais necessitam de cuidados¹¹⁹.

E é através dessa figura específica que as pregações surtiam mais efeito e os religiosos, cientes disso, dirigiam seus sermões a elas de acordo com sua classe

¹¹⁸ DUBY, Georges. **Eva e os padres...**

¹¹⁹ DUBY, Georges & PERROT, Michelle. **História das Mulheres...** p. 29-30.

social, idade, letramento e condição de vida¹²⁰. Os homens tendiam a reproduzir comportamentos misóginos a partir da influência que a cultura clerical lhes implicava. No entanto, com o “abrandamento” nas regulamentações, e o encurtamento das distâncias entre eles e as mulheres, esperava-se que elas se comportassem como ditavam as orientações recebidas e reproduzissem no interior de seus lares tais condutas prescritas. Como as diretrizes passadas eram adaptadas de acordo com a realidade social de cada ouvinte, as aristocratas, por exemplo, eram usadas pelos clérigos como elo de ligação entre seus discursos e os ouvidos – e por que não dizer aos bolsos – de seus cônjuges ou pais ou irmãos. Sugerindo-lhes financiamentos de novas igrejas, doações para determinadas ordens¹²¹. Tudo isso realizado com o intuito de garantir a salvação das almas daquela família. Esse foi um recurso muito utilizado na arrecadação de fundos: promover a prática das doações como um meio de agradar a Deus através do financiamento das obras administradas por seus representantes na Terra. Em algumas cartas de Matilda é possível encontrar como indicativo da causa da doação a salvação de sua própria alma e/ou da alma dos seus:

[...] pedimos e responsabilizamos você especialmente à dividir esta parcela do feudo de Briey que eu ofereci ao bem-aventurado Pedro e **dei para a cura e salvação de minha alma e de minha mãe de bem-aventurada memória**, cuja piedosa memória eu carrego sempre em meu peito, para manter os servos de Deus, como está contido na carta que fizemos¹²². (grifo nosso) (tradução nossa)

A relação dos clérigos com Matilda, no entanto, era mais direta, uma vez que ela detinha a capacidade de realizar doações em seu nome. Contudo, mesmo que ela tenha frequentemente praticado benfeitorias durante toda sua vida, sua rede de contatos dentro da igreja era formada por aqueles que recorriam a ela em busca também de auxílio e aconselhamento moral.

¹²⁰ PILOSU, Mario. **A Mulher, a Luxúria e a Igreja...**

¹²¹ DUBY, Georges. **Eva e os Padres...** p.88-90.

¹²² [...] *we ask and charge you especially to divide that parcel of the fief of Briey which I offer to blessed Peter and give for the cure and salvation of my soul and of my mother of blessed memory, whose pious memory I carry always in my breast, to maintain the servants of God, as is contained in the charter we made* Carta enviada por Matilda de Canossa a Alberto de Briey e sua esposa Ida entre 1095 e 1110. **Medieval women's latin letters** ... Acesso em 23 mar. 2016.

Sob muitos aspectos da tradição cristã, qualquer característica que fizesse a mulher chamar a atenção do homem para sua beleza exterior era condenada, como o vestuário suntuoso e chamativo. A Igreja reprovava essa ostentação, pois, julgava como má conduta a utilização de adornos supérfluos para seduzir os homens e porque o corpo era por si só impuro, por representar o inverso da alma e qualquer forma de evidenciá-lo era repreendida. O Estado também dava sua contribuição, com leis que pregavam a importância da utilização de um vestuário austero¹²³. Se Matilda era, contudo, um membro do alto estrato social composto por aqueles que detêm o poder e, por conseguinte, produtora ou reprodutora de tais comportamentos mais simples, não o fazia pelas mesmas razões daquelas propagadas pelos religiosos. A aristocrata mantinha a moderação quanto à sua forma de se apresentar não porque os religiosos jugavam uma conduta de ostentação condenável, mas porque ela, como uma *dominae* deveria transmitir às suas populações dependentes os exemplos de humildade e frugalidade, de acordo com uma das três características primordiais atribuídas a um *dominus* descritas no capítulo anterior, essa postura corresponderia à moderação.

Com efeito, entre o final do século XI e o início do século XIV assistimos a diversas mudanças importantes, tanto na história social como na religiosa, se é que se podem separar uma da outra. Pelo lado social, o nascimento e desenvolvimento da nova classe burguesa têm efeitos imediatos sobre a hagiografia, sobretudo sobre a sua componente social e sobre o conceito de santidade¹²⁴.

Mesmo sendo uma autoridade familiar, a senhora toscana era uma mulher e de todas as categorias utilizadas para classificar as mulheres, três abrangem todas elas e se sobressaem: virgem, mulher casada e viúva. Sempre se enfatiza a possibilidade da prática da castidade nessas três categorias, pois se a mulher – ser mais propenso ao pecado – poderia permanecer casta, todas as outras pessoas conseguiriam também. Este “padrão”, tendo sido difundido pela cultura clerical, está inserido em um contexto que apresenta uma clara vontade dos eclesiásticos de se sobreporem ao poder laico. Vejamos.

¹²³ PILOSU, Mario. **A Mulher, a Luxúria e a Igreja...** p. 129-31.

¹²⁴ *Ibidem*, p. 151.

No período compreendido entre os séculos XI e XII, levados, aparentemente, por um inconformismo diante do panorama formado pelos religiosos da época, alguns clérigos passaram a formular novas compreensões acerca do papel que os membros da igreja, pastores escolhidos, vinham desempenhando. As práticas de simonia e concubinato, por exemplo, deveriam ser combatidas energicamente, de acordo com o pensamento dos “reformadores”. Durante o pontificado de Leão IX, tais concepções começaram a tomar mais forma. Após a morte do pontífice uma figura, que até então representava apenas um diácono, passa a ter maior visibilidade: Hildebrando de Soana, que se dirige à Galia com a finalidade de continuar o combate contra os contraventores¹²⁵. Ao ser eleito papa, em 1073, Gregório VII continuava seu envolvimento com a formulação de diretrizes que condenassem determinadas posturas simoníacas. Ainda que, como pontuou Rust acerca do recorrente uso da expressão “Reforma” em associação direta com o referido pontífice, atribuindo-lhe um comportamento de dedicação *sui generis* à aplicação de tal conjunto de normativas, seja “*envolvê-lo em comportamentos de um clérigo do século XIX, obrigando-o a testemunhar um pensamento sócio-religioso familiar à nossa época, mas alheio à sua época histórica*”¹²⁶; podemos vê-lo protagonizando episódios que abarcavam questões envolvendo expoentes do poder laico – o que para muitos pode ser considerado como fora de sua ‘jurisdição’ – como o episódio da Penitência de Canossa, onde, após excomungar o imperador da Germânia, concede-lhe uma audiência graças à “*mediação de Matilda*”¹²⁷.

Após essa contextualização partamos para a incompatibilidade: se o pontífice era o principal representante da cultura escrita, por conseguinte, a normatização imposta à conduta das pessoas, religiosas ou não tinha seu aval, já que ele era o símbolo de uma remodelação no interior da igreja e atuava ativamente no ataque aos adúlteros, simoníacos e praticantes do concubinato. Assim sendo, ele também tinha conhecimento acerca das regulações impostas às mulheres. E aqui o problema se apresenta. Qual a paridade entre a tutela e a misoginia que tinha como alvo as damas e a conduta da condessa Matilda de Canossa? Ou melhor: em que

¹²⁵ RUST, Leandro D. **Colunas de São Pedro...** p.83.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 144.

¹²⁷ DONIZONE. **Vita di Matilde di Canossa...** p. 129,131.

momento, Gregório VII dispensou o mesmo julgamento conferido à senhora toscana às outras mulheres? Nenhum.

Ainda que as mulheres seguissem a todas as orientações contidas nos registros eclesiásticos que lhes são dadas, sempre havia outro problema; para esses religiosos: elas falam muito e mal. Essa tagarelice poderia vir a prejudicar a comunidade; e esse perigo eminente fez com que moralistas criassem normas também em torno da fala das mulheres, assim “*a palavra das mulheres deve ser excluída de qualquer dimensão pública e colocada no privado*”¹²⁸. Não nos parece, contudo, que a palavra dita por Matilda era assim tão dispensável. A jogar pelo alto índice de pessoas que lhe escreviam ou lhe procuravam para que tal senhora tomasse parte na resolução de conflitos e determinações de leis dentro de suas terras. O excerto acima apresenta uma concepção entre privado e público diferente daquela que retratamos anteriormente; com indicações de uma inversão acerca da relevância de ambas. Para nossa reflexão, o “privado” apresenta uma importância crucial para o desenvolvimento de relações interpessoais nos espaços “públicos”.

A quantidade de normas e preceitos que encontramos conferidos a conduta ideal feminina era tão ampla que se formos analisar cada uma em comparação com a postura de qualquer mulher, sabemos que todas seriam acusadas de transgressão.

Se se acreditasse nos seus tutores, senhores das posições de poder, se se escutassem apenas os seus directores de consciência e os modelos que eles lhes apontam ao longo dos seus tratados e sermões, as mulheres estariam encerradas numa rede tão emaranhada de regras que elas não poderiam nem mexer-se nem falar¹²⁹.

Se aplicarmos essa mesma lógica à conduta social de Matilda não encontramos quase nenhuma similaridade. Uma vez que ela agia de maneira inversa não só dentro do seu casamento ou de sua casa enquanto ainda tinha como potencial tutor seu padrasto e posteriormente seu marido, mas também nos aspectos públicos. O fato é que, por mais que houvesse uma maciça propaganda clerical de contenção social, a condessa era menos atingida por ela do que outras mulheres; maior

¹²⁸ DUBY, Georges & PERROT, Michelle. **História das Mulheres...** p. 135.

¹²⁹ Ibidem, p. 217.

mobilidade lhe era permitida e a condescendência por parte dos padres e, por consequência, da sociedade era maior. Além disso, representar a aorta de sua *domus*, irrigando sua ideologia através de suas redes de contato, não permitia a nenhum religioso – nem mesmo os papas ousaram fazê-lo – ou a algum aristocrata, afrontar-lhe sem que recebesse em contrapartida os reflexos de um governo bem organizado, alicerçado sobre alianças importantes e aparelhado com fortificações das mais variadas naturezas que se tornaram, ao serem colocadas sob a jurisdição de uma única personagem, um escudo contra ataques e uma segurança para os simpatizantes.

A respeito de uma visão clássica e genérica sobre o casamento, Charles de La Roncière apresenta o matrimônio como uma adesão incontestável. Ao se casarem, ainda que a contragosto, as mulheres não desejavam voltar para a vida de solteira. Esse tipo de generalização coloca o casamento como um “bom negócio”, como se, independentemente da camada social a qual a esposa pertencia, tampouco dos problemas ocorridos no seio do leito conjugal, tudo era compensado pela união. Como se ela fosse maior que qualquer questão:

Depois de casadas, mesmo sem seu consentimento, nenhuma mulher queria perder seu marido. Para que isso não acontecesse, elas realizavam todo tipo de simpatia que garantia mantê-lo sempre atraído, ou impotente caso estivessem se engraçando com outras mulheres¹³⁰.

O fato de não somente se conformarem com a nova situação ou se calarem frente a mudança, mas de empreenderem ações, recorrerem a artifícios com a intenção de não se separarem apresentam duas alternativas possíveis: ou essa era uma campanha, mais uma propaganda da cultura letrada para não ter que lidar com casos de divórcio, ou então, se essa era a prática usual, somente reafirma a eficácia que a difusão de uma concepção misógina e díspar tinha em atingir todos os níveis sociais.

¹³⁰ BERNOS, Marcel et alii. **O fruto proibido...** p. 98.

2.2 Conceituando as linhagens senhoriais no século XI

Poderíamos dizer que Matilda descendia dos tradicionais condes de Canossa. Mas o que define tradição? Ou mesmo, o que determina a obtenção de tão destacado título? Seria a capacidade de identificar o maior número possível de antepassados ou a possibilidade de confirmação de pertencimento a ascendências imemoriais? Talvez sejam as respostas derivadas destes questionamentos, as referências mais imediatas que acionamos quando lidamos com questões relativas à progênie, no entanto, como se propõe este trabalho durante a maior parte de sua formulação, precisamos problematizar também esta denominação.

Se adotarmos a lógica de que membros de uma mesma família são aqueles que detêm o mesmo “sobrenome”, ou a mesma denominação, logo temos a condessa como último membro de uma linhagem muito curta, uma vez que o primeiro conde canossano que Donizo identifica é seu bisavô, Adalberto Atto, pai de Tedaldo de Canossa, avô de Bonifácio de Canossa. Porém, como a ideia de abiogênese não nos contempla, ainda que tenha sido o primeiro a ter seu nome associado à localidade do monte de Canossa, Adalberto descendia de alguém; sendo este Sigefredo, um membro do condado de Lucca¹³¹. Mesmo não estando em momento nenhum de sua vida relacionado com o castelo localizado na Itália setentrional e que recebeu o nome do monte que o comportava, o mesmo ainda é identificado como um ancestral dos aristocratas de Canossa. Esse é mais um exemplo de que, ao contrário do que afirmam muitos historiadores, como, por exemplo, Marc Bloch, a consolidação da aristocracia não se fundamentava exclusivamente ou majoritariamente em uma estrutura vertical de consanguinidade.¹³² Mais assertivo é, portanto, dizer que sua formação, conservação e disseminação estava diretamente ligada com a capacidade de se

¹³¹ LAZZARI, Tiziana. *Aziende Fortificate Castelli e Pievi...* p. 97.

¹³² BLOCH, Marc. *A sociedade feudal...* p. 167.

estabelecer através da territorialidade¹³³. Seguindo ainda esta reflexão de uma aristocracia que se apresentava sob o que Anita Guerreau-Jalabert definiu como topolinhagem, Joseph Morsel descarta igualmente uma trajetória familiar na qual somente o parentesco paterno figure como elemento constitutivo de uma possível legitimação deste tipo de relação:

Estas “topolinagens” não constituem propriamente uma “linhagem” (a saber, linhagens patrilineares), porque embora a transmissão do castelo se realize preferencialmente por via do varão (segundo o princípio de reserva do poder para os homens), pode igualmente passar às filhas em caso de ausência de filhos, sem que a continuidade do nome se veja necessariamente interrompida¹³⁴.

Matilda, portanto, desafia a lógica de linhagens pautadas em consanguinidade e descendência. A utilização do nome de uma determinada localidade ou de um castelo, em subsequência do nome de alguém, certamente era acionada justamente para associar o mesmo com a posse de propriedades, baseada numa cultura de poder através da patrimonialidade. Podemos, portanto, dizer que Matilda era a condessa **da** [grifo nosso] Toscana imediatamente fazia com que o receptor de tal informação lhe atribuisse o destacamento social próprio dos membros de estratos mais elevados. Por essa razão também é que, durante sua vida, ao menor vislumbre de que essa riqueza fundiária pudesse ser associada a outrem, os interessados não mediam esforços para efetivá-la.

Durante a Idade Média, o casamento não representa apenas um ato de união entre duas pessoas. Quando um casal contraía núpcias, muitas outras questões se vinculavam. Uma delas certamente passa por um anseio da manutenção das linhagens. São observáveis certos esforços empreendidos pela família e por religiosos próximos no sentido de promover a aproximação de determinados

¹³³ PÉREZ, Mariel. “**La aristocracia altomedieval**: legados historiográficos y tendencias de investigación”. *Medievalista*. n. 15, 2014. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA15/perez1503.html>>. Acesso em 11 fev. 2016.

¹³⁴ *Estos “topolinajes” no constituyen propriamente un “linaje” (es decir, linajes patrilineales), porque aunque la transmisión del castillo se realice preferentemente por via de varón (según el principio de reserva del poder para los hombres), puede igualmente pasar a las hijas en caso de ausencia de hijos, sin que la continuidad del nombre se vea necesariamente interrumpida.* MORSEL, Joseph. **La aristocracia medieval...** p. 122.

herdeiros para que se garantisse a conservação e, certamente, a expansão de patrimônios.

2.3 A condessa e o casamento: uma ameaça à linhagem de Canossa

No poema de Donizo a representação da dinastia que nasce com Adalberto Atto é sem dúvida um elemento central, ao ponto que foi possível atribuir legitimamente ao texto a função principal de “criação” da identidade familiar de Canossa. Uma criação da identidade que vem de uma cuidadosa e finalística seleção da memória – do silêncio como das palavras – e que tem um único ponto de chegada na figura de Matilda. As miniaturas são um contraponto preciso aos versos do poema nesta operação: das sete imagens somente duas são estranhas à representação da dinastia. O fundador biológico da descendência, Sigefredo, apesar de já ser dito *princeps* não é protagonista de alguma ação concreta na narração [...]. É Adalberto, dito Atto o *primus princeps*, aquele que é escolhido como verdadeiro fundador, um dos quais [Donizo] descreve as façanhas militares, que constrói Canossa, que se torna conde e que gera e acumula um grande patrimônio fundiário¹³⁵. (tradução nossa)

A morte de Bonifácio, em 1052, conferiu visibilidade para sua viúva e sua filha ainda infante. Com o passar do tempo, essa evidência foi obviamente resultado da forma de governar adotada por ambas, porém, num primeiro momento, o interesse estava diretamente associado com a notável fortuna que estava em suas mãos. O casamento era um mecanismo de manutenção e expansão de riquezas muito utilizado; famílias viam em suas filhas a expressão da possibilidade de angariar influentes aliados unindo-se a eles através de laços matrimoniais. O enlace normalmente beneficiava ambas as partes, porém, poderia igualmente suscitar a fúria de pessoas a quem o mesmo pudesse significar algum tipo de entrave:

¹³⁵ *Nel poema di Donizone la rappresentazione della dinastia che nasce con Adalberto Atto è senza dubbio un elemento centrale, al punto che è stato possibile attribuire legittimamente al testo la funzione precipua di “creazione” dell’identità familiare dei Canossa. Una creazione dell’identità che nasce da un’accurata e finalistica selezione della memoria – dai silenzi così come dalle parole – e che ha un punto di arrivo univoco nella figura di Matilde. Le miniature costituiscono un contrappunto preciso ai versi del poema in questa operazione: delle sette immagini solo due sono estranee alla rappresentazione della dinastia. Il capostipite biologico della discendenza, Sigefredo, pur essendo già detto princeps non è protagonista di alcuna azione concreta nella narrazione [...]. È Adalberto, detto Atto il primus princeps, colui che viene scelto come vero capostipite, colui di cui vengono descritte le gesta militari, che costruisce Canossa, che diventa conte e che riesce ad accumulare un grande patrimonio fondiario.* LAZZARI, Tiziana. **Miniature e versi...** p. 61-2.

Desde os anos 1050 que se encontram exemplos do consentimento senhorial no segundo casamento de viúvas ou no casamento dos herdeiros na parte Norte da França e na Lotaríngia. Os costumes deste vasto sector já admitiam – e assim continuará a ser nos tempos seguintes – o duplo princípio da aptidão sucessória da mulher e da obrigação para esta de obter o consentimento do senhor no seu casamento em primeiras ou segundas núpcias¹³⁶.

Era comum a viúvas, que por ventura desejassem se casar novamente, reportar sua vontade ao soberano. No caso de Beatrice, esse anúncio deveria contar com o consentimento do imperador Henrique III. Porém, a mãe de Matilda não comunicou seu enlace, contraído com o conde Godofredo III, chamado “o Barbudo”, duque da Alta Lorena (1044-7), duque da Baixa Lorena (1065-9), margrave da Toscana (1054-69) um primo distante, que contou com o auxílio do papa Leão IX para que o casamento se efetivasse. Influenciado pela desaprovação do casamento de Beatrice com um inimigo declarado, o imperador – um dos principais interessados em tomar para si a riqueza canossana –, se dirige à Itália em uma atmosfera de conflito anunciado¹³⁷, acusando Beatrice de ter cometido o crime de lesa-majestade, uma vez que ela não lhe reportou suas decisões, impedindo assim, Henrique de ter qualquer direito sobre seus bens: “*Beatrice veio a se render ao imperador e, embora ela tenha jurado fidelidade, ela foi feita prisioneira por causa de seu marido*”¹³⁸.

“*Quando o concílio tinha sido solenemente celebrado, o imperador, fortalecido pela bênção do papa, retornou para Lombardia. Em sua chegada lá, ele astutamente levou prisioneiras tanto Beatrice quanto a única filha de Bonifácio, chamada Matilda*”¹³⁹. Além de leva-las sequestradas, o imperador também confisca seus bens, tomando para si as posses dos domínios e riquezas. Em 1056, Godofredo se dirige para a Germânia, com a finalidade de resgatar sua esposa e sua enteada.

¹³⁶FOURQUIN, Guy. **Senhorio e Feudalidade**... p. 149.

¹³⁷ HOUGHTON, Robert. **Representations of collective action in Mantua and Parma, c. 1000-c.1120**. Escócia: University of St Andrews, 2012, p. 38.

¹³⁸ *Beatrice came to surrender to the emperor and, although she had sworn fidelity, she was held prisoner because of her husband*. ROBINSON, Ian S. **Eleventh-Century Germany**... p. 100.

¹³⁹ “*When the council had been solemnly celebrated, the emperor, strengthened by the pope’s blessing, returned to Lombardy. On his arrival there he cunningly took prisoner both Beatrice and the only daughter of Boniface, named Matilda*”. SUTRI, Bonizo of. “**Book to a friend**” ... p. 195.

Henrique III morre neste mesmo ano, não sem antes conceder a liberdade às suas prisioneiras.

Até o século XI, o casamento da aristocracia era uma instituição predominantemente dominada pelas grandes famílias. As uniões eram estabelecidas, em sua grande maioria, pelos patriarcas, que casavam seus filhos com intuítos principalmente de formar alianças políticas, aumentar territórios e confirmar poder¹⁴⁰.

Se, por um lado, temos Beatrice de Lorena, a viúva do marquês Bonifácio que se casou com Godofredo, duque da Baixa Lorena, para que seu patrimônio fundiário fosse mantido a salvo da cobiça do imperador germânico, quase simultaneamente, temos Matilda prometida em casamento ao filho homônimo de seu padrasto. Isto frente a uma ação que tinha o mesmo propósito daquela executada por sua mãe, mas que, de forma diversa da primeira, ainda não possuía autonomia para opinar a respeito do contrato. A decisão de que uma união fosse estabelecida com a finalidade de proteger os domínios canossanos da gana do soberano germânico foi eficaz nesse sentido. Mas não partiu de Matilda. Logo, como poderemos ver no decorrer deste trabalho, quando atingiu idade suficiente para adotar decisões independentes e pôde tomar as próprias providências em relação ao casamento, a partir de uma lógica social existente no período, a margravina foi influenciada, mesmo que indiretamente, a assumir uma posição de senhor e administrador sobre aquilo que lhe havia sido deixado.

Como o casamento foi feito por procuração, na data em que foi levado a termo, a outra parte contraente, a saber, Godofredo ‘o Corcunda’, não estava presente na Itália, tendo sido a união acordada entre seus pais. Dessa forma, Matilda não conheceu pessoalmente nesta ocasião aquele que seria/era seu esposo.

Por circunstância de um estado de saúde debilitado do esposo de Beatrice, Matilda e a mãe se dirigiram para Bulhão no ano de 1069, onde Godofredo se encontrava. No Natal deste mesmo ano, o duque lorenense morre em seu castelo de Verdun, não sem antes presenciar a cerimônia de casamento de seu filho com a

¹⁴⁰ SILVA, Carolina Gual da. “**Até que a morte os separe**”: casamento reformado nos séculos XI-XII. São Paulo, 2008, p. 38-9.

enteada. Ao que tudo indica, Matilda permanece junto ao marido na Lorena tendo sua mãe, novamente viúva, retornado sozinha para a Itália:

No dia 28 de setembro deste ano [1071] Beatrice, sozinha em Frassinoro, faz uma doação "para a alma de minha amada filha Matilda", o que parece indicar que Matilda estava muito longe dela. É possível, portanto, que Beatrice voltou para a Itália sozinha após a morte de Godofredo o velho; se assim foi, ela não teria deixado Matilda não tivesse ela já casado¹⁴¹. (tradução nossa)

Para Matilda, entretanto, não foi possível adquirir muitos benefícios com o casamento com Godofredo, uma vez que a decisão tomada pela mãe primava por sua segurança física, mais do que monetária e, como pontuado acima, a condessa agia com autonomia militar, jurídica, econômica. É possível que Matilda tenha levado para a união toda a sua experiência política – de observar a gestão da mãe e do padrasto, uma vez que a relação de comprometimento entre as partes deveria ser recíproca; os filhos deviam obediência aos pais e estes “*também tinham de fornecer uma educação adequada e ajudar seus filhos a fazer boas escolhas na vida, tais como com quem se casar ou quando entrar na vida política ou ir para a guerra*”¹⁴² – e bélica, uma vez que recebera exímio treinamento militar. Contudo, esse tipo específico de conhecimento não fora muito útil para Godofredo, pois, ao que tudo indica, mesmo casada, a condessa continuou agindo com liberdade governamental, não alinhando interesses pessoais aos do cônjuge. Tanto assim o é, que Matilda pediu o divórcio sem ter tido filhos que a mantivesse ligada de alguma forma ao esposo. Godofredo se recusou a se divorciar de Matilda, pois, a separação poderia lhe prejudicar financeiramente, uma vez que, se a esposa viesse a falecer, o montante de seu patrimônio – que como indicado outrora não era nada modesto – seria automaticamente dado em posse a ele.

¹⁴¹ *On the 28th of September of this year Beatrice, alone at Frassinoro, makes a donation 'for the soul of my beloved daughter Matilda,' which seems to indicate that Matilda is very far from her. It is possible, therefore, that Beatrice returned to Italy alone after the death of Godfrey the elder; if this were so, she would hardly have left Matilda had she not been already married.* DUFF, Nora. **Matilda of Tuscany**... p. 107.

¹⁴² SESSA, Kristina. **The Formation of Papal**... p. 10-11.

Permanecendo na Lorena pelo período de aproximadamente dois anos, a condessa abandona a residência dos duques da Lorena e conseqüentemente o leito conjugal e volta para a Itália, sua terra Natal, chegando em Mântua em 1072¹⁴³. Alguns historiadores afirmam que Godofredo se dirigiu à Itália em 1073, participando de concílios e ainda se auto intitulado como conde da Toscana, com o intuito de levar novamente Matilda pra a Lorena. Nessas ocasiões, Beatrice, como detentora local da autoridade, estava presente, porém, não sua filha¹⁴⁴.

2.4 O divórcio como meio de afirmação de um *dominus*

A julgar por algumas teorias antropológicas, o casamento sempre foi sinônimo de contrato: contrato da expansão do parentesco, em que as partes envolvidas acordam a entrada na vida conjugal como inserção familiar.¹⁴⁵ No entanto, com o passar do tempo, aprofundando as particularidades presentes em cada união, as sociedades modificaram esta relação social. No contexto de nossa pesquisa, por exemplo, o casamento passava por transformações, implicadas, sobretudo, na forma de dispor dos bens possuídos por ambos:

Antes do ano mil, com efeito, a esposa parece conservar, no seio do grupo conjugal, uma clara autonomia jurídica: ela gera seus próprios bens hereditários; o marido lhe doa o que se chama de *sponsalium*, isto é, um terço de toda a sua parte da herança, às vezes até a metade, e isso para que “faça dela o que quiser” [...]. No século XI, tudo muda [...]. E agora é o marido que detém a gestão dos bens hereditários da esposa¹⁴⁶.

De acordo com a supracitada afirmação, Matilda perdeu a posse da administração de seus domínios quando contraiu núpcias com ‘o Corcunda’, duque da Alta e Baixa Lorena. Porém, o fragmento também demonstra que havia um precedente de autonomia das mulheres sobre suas posses. Durante o tempo que os esposos permaneceram juntos, ficou claro que os interesses de ambos não convergiam. O duque apoiava o imperador Henrique IV, enquanto Matilda se

¹⁴³ SPIKE, Michèle. **Tuscan countess...** p. 65.

¹⁴⁴ DUFF, Nora. **Matilda of Tuscany...** p. 113.

¹⁴⁵ LÉVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis, Vozes, 1982.

¹⁴⁶ DUBY, Georges. **A sociedade cavaleiresca...** p. 75.

articulava em proximidade com interesses da Igreja, sobretudo a romana. Assim sendo, ela precisou se desligar do esposo para poder se movimentar no interior daquilo que lhe pertencia por herança e direito. Obviamente essa retomada não se deu tão logo a condessa chegou à Mântua; a separação dos corpos antecedia qualquer atitude maior de desligamento. No entanto, no mesmo ano em que chega em seus domínios, Godofredo falece, permitindo à viúva que os tramites de reapropriação ocorressem de modo mais tranquilo.

Analisando a narrativa de Donizo de maneira linear, não encontramos registros que tratam do episódio do divórcio, tampouco a existência de Godofredo como esposo de Matilda é mencionada. O segundo livro, que trata especificamente da vida de Matilda, se inicia com um preâmbulo laudatório, como que preparando o leitor para um contato com uma das mais magnânimas representantes do gênero humano. O texto passa, em seguida, à ida do imperador Henrique IV à Toscana, em 1077, em referência ao episódio conhecido como ‘penitência de Canossa’. Tendo o primeiro livro terminado com um relato sobre a morte da duquesa Beatrice e o sentimento que envolvia a ocasião, em 1076, tem-se um hiato de um ano. A ausência de registros da existência da relação entre Matilda e Godofredo em sua biografia atesta que a união de ambos não tinha importância para a condessa a ponto de não ser deixadas informações sobre a mesma para a posteridade em uma obra inteiramente apologética e que, talvez, essa ligação representasse demérito para a imagem de Matilda.

É importante destacar que a primeira das cartas que Matilda assina sozinha é emitida em 8 de Fevereiro de 1073, ou seja, depois de deixar a corte dos duques da Lorena e se separar do marido. Como o conteúdo da carta diz respeito a uma tomada de decisão por parte de Matilda em relação aos pedidos de uma abadessa, visualizamos a governante em poses de seus plenos poderes de autoridade familiar:

Mas já que ninguém havia se apresentado há que se contestar ou atuar desde então contra o referido mosteiro, então a já citada abadessa, Eritha, junto com o já citado Gerard, seu advogado, pediu a já citada senhora Matilda e o já citado Flaipertus, juiz e embaixador do senhor imperador, para Deus e para a recompensa da alma do senhor imperador, para estabelecer a proteção do senhor imperador sobre eles e a propriedade acima citada, de tal

forma que nenhum homem, nenhuma pessoa, grande ou pequena, presumindo alienar o partido do mosteiro supracitado sem julgamento legal¹⁴⁷. (tradução nossa)

Um exemplo de que Matilda pertencia a um estrato social composto por uma minoria detentora de poder e que, portanto, nem todas as “regulamentações” sociais impostas às mulheres se aplicavam a ela é o fato de que, tendo sido acusada por Godofredo ‘o Corcunda’ de traição, no Concílio de Worms, realizado em 24 de janeiro de 1076 onde o imperador Henrique IV reunido com uma horda de bispos germânicos e alguns aristocratas exigiam a renúncia do papa Gregório VII,¹⁴⁸ não recebeu nem um tipo de punição. Segundo o marido ultrajado, após abandoná-lo, Matilda cometeu adultério com o papa Gregório VII e deveria ser severamente punida por isso e, este último – e, provavelmente, boa parte dos bispos imperiais reunidos –, muito melhor do que outras pessoas sabia que havia um tipo de sanção a ser aplicada à religiosos que se envolvessem com fiéis:

Se um sacerdote cometeu a fornicção com a sua filha espiritual, deve saber que cometeu um pecado grave de adultério. A mulher, por seu lado, se é laica, deve abandonar todos os seus bens, doá-los ao pobre e servir o Senhor, como convertida num convento, até a morte¹⁴⁹.

Se o adultério aconteceu ou foi resultado do desespero de um ex-marido que viu toda a considerável fortuna de Matilda se esvaír por entre seus dedos não tem grande importância. O fato de que o pontífice não parece ter se abalado com a acusação, tampouco tomou medidas para comprovar sua falácia, debruça sobre o comportamento de alguém que, aplicando regulamentações a outros, não parece exercer auto cobrança, isso ou estamos diante de mais um caso onde as penas

¹⁴⁷ *But since no one had presented himself there who would dispute or act thenceforth against the aforesaid monastery, then the aforesaid abbess, Eritha, together with the aforesaid Gerard, her advocate, petitioned the aforesaid lady Matilda and the aforesaid Flaipertus, judge and ambassador of the lord emperor, for God and for reward of his lord emperor's soul, to establish the lord emperor's protection over them and the aforesaid property, such that no man, no person great or small, would presume to divest the party of the aforesaid monastery without lawful judgment.* Carta enviada por Matilda de Toscana, condessa de Toscana, duquesa de Lorena, de caráter público em 08 de fevereiro de 1073. **Medieval women's latin letters** ... Acesso em 16 abr. 2016.

¹⁴⁸ SPIKE, Michèle. **Tuscan countess**... p. 271.

¹⁴⁹ FLAMBOROUGH, Roberto de. **Liber Poenitentialis**, trad. de J. J. F. Firth, Toronto, 1971, p. 234 apud PILOSU, Mario. **A mulher, a luxúria e a igreja**... p. 103.

correspondem ao status social do indivíduo e são adaptadas e adaptáveis às diferentes ocasiões.

2.5 A gestão canossana

Muito embora durante o seu casamento com Godofredo, as ações de Beatrice não tivessem sido dissociadas das do seu cônjuge, no fim da vida do duque lorenense já é possível perceber certa movimentação adversa da duquesa em relação às medidas políticas por ele tomadas. Tanto assim o é que, tão logo seu companheiro durante longos e intensos quinze anos veio a óbito, ela passa a exercer uma gestão que se desenvolve no sentido de retomar o poder sobre seus domínios. Trata-se do anseio de uma governante que viu, ao longo dos anos, suas possíveis decisões e a condução do notável marquesado da Toscana, ser descaracterizado pelas vias escolhidas por Godofredo da Lorena. Em busca de retomar o controle sobre o que lhe pertencia, não tardou em trabalhar no sentido de conduzir seu patrimônio por caminhos mais ajustados à sua forma de gerir.

Godofredo morreu em dezembro de 1069 em Verdum na presença de Beatrice, Matilda e seu filho, Godofredo, casado com Matilda. Em seu retorno da Lorena Beatrice encontrou Alexandre em Siena, onde ela enfatizou sua relação com ele a fim de estabilizar seu próprio governo. [...] Sejam quais foram as inclinações independentes que Godofredo perseguira, foram substituídas por alianças com Alexandre e Gregório VII, com quem Matilda tornou-se muito próxima¹⁵⁰. (tradução nossa)

A sabida relação entre Anselmo de Lucca II, sobrinho daquele que tinha sido eleito como papa Alexandre II, que em dado momento também se aproximou da família canossana, e aquela estabelecida com Gregório VII, anterior à sua

¹⁵⁰ *Godfrey died in December 1069 at Verdum in the presence of Beatrice, Matilda, and his son, Godfrey, married to Matilda. On her return from Lotharingia Beatrice met Alexander at Siena, where she emphasized her relationship with him in order to stabilize her own rule. In the fall of 1070 she spent much time with him when he was in Lucca. Whatever independent inclinations that Godfrey had pursued were superseded by alliances with Alexander and Gregory VII, with whom Matilda became exceedingly close.* STROLL, Mary. **Popes and antipopes: the politics of eleventh century church reform.** Brill: Leiden, Boston, 2012, p. 230.

eleição, quando ainda ocupava o cargo de bispo da igreja de São Pedro ‘além dos muros’, parece ter se iniciado após a morte de Godofredo, esposo de Beatrice, indicando que os *modus operandi* de governar de ambos eram díspares. Mais do que registrado através da historiografia essa rápida movimentação de Beatrice em reestruturar seu ducado, as fontes discorrem fartamente sobre essa questão, que pouco a pouco perde as características deixadas pelo falecido duque lorenense e cada vez mais apresenta as linhas de administração das mulheres de Canossa, iniciada por Beatrice e seguida até o fim da vida por Matilda.

Apesar de ser constituída por um núcleo familiar composto por poucos integrantes, a jurisdição dos Canossa nem sempre apresentou um único membro como titular; tendo seguido por três gerações o costume de ser passada do pai para o filho, quando Bonifácio morre, em 1052, a linhagem tem como seu sucessor direto Godofredo, esposo de sua viúva Beatrice. Durante os anos de 1056 à 1069, que é o tempo que dura a ‘época’ de Godofredo à frente da administração dos domínios, findada com sua morte, a duquesa, também de origem lorenense, mas que carrega os títulos canossanos, aparece como coadjuvante da gestão do esposo; sendo mais notada ou referenciada quando este não se encontra presente¹⁵¹. Muito confortável sob os títulos que adquirira por conta do casamento, não parece ter se esforçado para deixar que as possessões e posições políticas seguissem em separado. Mas não é o que se espera de casamentos? A união? Provavelmente; mas a julgar pelo comportamento de Beatrice após a morte de seu cônjuge, ela não estava de comum acordo com a condução dos negócios da família, ou seja, em dado momento, ela não via esse matrimônio como uma junção de patrimônio, mas sim, como a absorção do patrimônio canossano pelo da Alta e Baixa Lorena.

A titularidade de Beatrice é para ser vista como titularidade suplente ou indireta: é dito explicitamente no segundo dos plácitos presididos por Beatrice sozinha (Florença, 1061) (<<senhora Beatrice duquesa e marquesa, a esposa do gloriosíssimo duque Godofredo [...]>>); que é confirmada, de uma parte, da circunstância que Beatrice julga quando sabemos estar Godofredo longe da Itália, e de outra, da constatação que

¹⁵¹ Ibidem, p. 229.

Godofredo conduz a emissão de plácitos sempre sozinho¹⁵².
(tradução nossa)

Ou seja, quando age conjuntamente com Godofredo, sua posição é secundária, de auxiliar apenas. Quando, porém, é Matilda a pessoa que divide a condução do ofício de governar com Beatrice, essa parceria é feita de maneira conjunta. Há um início em que a filha apenas assiste e auxilia a mãe, obviamente para aprender a execução de tais tarefas, mas posteriormente, elas atuam de maneira colaborativa, de forma igual. As cartas que temos, assinadas por Beatrice pertencem à datas posteriores à morte de Godofredo. Nelas, a duquesa se apresenta como *dux et comitissa*¹⁵³ e *comitissa*¹⁵⁴. Nos plácitos, que não são redigidos por ela, ela é citada como *comitissa*, *marchionissa* e *ducatrix* (nem sempre as três titulações aparecem juntas) mas sempre como *dominae*. *Comitissa*, bem como *marchionissa*, associado à *come* e *marchio*, é um termo comum na linhagem senhorial italiana, por sua vez, *ducatrix*, feminino de *dux* não pertencia ao vocabulário usual dessa localidade; sua utilização remete a titulações características da Germânia. Ou seja, mesmo pertencendo à casa de Canossa, da região da Toscana, da Itália setentrional, há a referência ao seu parentesco teutônico. Matilda, entretanto, em nenhuma carta se apresenta como esposa de Godofredo, ou viúva deste. Ela, por não desejar ver seus domínios continuarem atrelados e sendo engolidos por aqueles pertencentes aos duques da Lorena, após a morte do padrasto, acompanhando os movimentos de

¹⁵² *La titolarità di Beatrice è da vedere come titolarità supplente o vicaria: è detta esplicitamente tale nel secondo dei placiti presieduti dalla sola Beatrice (Firenze, 1061) (<<domian Beatrix ducitrix et marchionissa, uxor Gottedredi gloriosissimi ducis [...]>>); tale è confermata, da una parte, dalla circostanza che Beatrice placita quando sappiamo essere Goffredo lontano dall'Italia, e dall'altra dalla constatazione che Goffredo placita sempre da solo.* BERTOLINI, Margherita G. **Studi canossiani**. Pàtron Editore: Bologna, 2004, p. 58.

¹⁵³ *In nomine sanctae et individuae trinitatis. Beatrix, gratia dei dux et comitissa, et Matilda, dilecta eius filia, canonicis sanctae Lvcensis aeccliesiae x in perpetuum.* Carta enviada por Beatrice em 18 de abril de 1072-76 de caráter público. **Medieval women's latin letters** ...Acesso em 08 jan. 2016.

¹⁵⁴ *Nos quidem in dei nomine Beatrix comitissa, filia quondam bone memorie Frederici ducis, et Matilda, filia eius et filiam quondam Bonefacii ducis et marchionis, que professe sumus lege vivere Salicha, consenciente mihi, que supra Mathilde, Gotefredo duce viro meo [...].* Carta enviada por Beatrice em 18 de Agosto de 1073 de caráter público. **Medieval women's latin letters** Acesso em 29 mar. 2016.

reestruturação do governo executados pela mãe, abandona o marido em Verdum, e retorna para a Itália.

A atividade judiciária canossana na Toscana parece desdobrar preferivelmente na cidade, dentro ou fora dos muros, mais que no território; em sedes institucionais como os palácios régios, mas não exclusivamente nesse, quando mesmo são; em determinados locais, em vez de em outro, com qualquer variante temporal na cidade preferida¹⁵⁵. (tradução nossa)

Há um hiato considerável entre o último plácito presidido por Bonifácio – em 18 de junho de 1051, no condado de Modena¹⁵⁶ – e o primeiro que Godofredo preside em terras canossanas – 16 de maio de 1058, no condado de Chiusi¹⁵⁷. Durante aproximadamente sete anos, não encontramos registro de que a família toscana presidiu algum plácito e a duquesa Beatrice somente vai fazê-lo em 1061. E durante dez anos só preside mais duas reuniões. Isso em face do que foi preservado. Não se trata, portanto, de uma constatação de que não houve qualquer tipo de deliberação nesse período e, sim, de que a documentação disponível apresenta esse lapso.

São 13 os plácitos entre maio de 1058 e julho de 1068 juntos e duas as ‘composições’. Nove são os plácitos presididos somente por Godofredo (oito em Toscana, um no condado de Rimini), um de seus mensageiros (Giulianova). Às duas ‘composições’ participaram seus mensageiros. Beatrice agiu como ‘vice’ de Godofredo seu marido nos três plácitos que ele presidiu, todos na marca de Tuscia¹⁵⁸. (tradução nossa)

¹⁵⁵ *L'attività giudiziaria canossiana in Toscana sembra svolgersi preferibilmente nelle città, dentro o fuori le mura, più che nel territorio; in sedi istituzionali come i palazzi regi, ma non esclusivamente in essi, quandanche ci siano; in determinate città piuttosto che in altre, con qualche varianete temporale nella città preferita.* BERTOLINI, Margherita G. **Studi canossiani** p. 50.

¹⁵⁶ Plácito 389. MANARESI, Cesare. **I Placiti del “Regnum Italiae”**. Instituto Palazzo Borromini: Roma, 1960, p. 201.

¹⁵⁷ Plácito 405. *Ibidem*, p. 239.

¹⁵⁸ *Sono 13 i placiti tra il maggio 1058 ed il luglio 1068 giuntici e due le ‘compositiones’. Nove sono i plácito presieduti dal solo Goffredo (otto in Toscana, uno nel comitato di Rimini), uno da suoi messi (a Giulianova). Alle due ‘compositiones’ partecipano suoi messi. Beatrice agisce come ‘vice’ di Goffredo suo marito nei tre placiti da lei presieduti, tutti nella marca di Tuscia.* BERTOLINI, Margherita G. **Studi canossiani...** p. 12.

Diferentemente do que foi posto sobre a forma partilhada com que Beatrice e Matilda dividiam a condução das reuniões, quando a primeira participa de plácitos com o duque lorenense, seu segundo marido, o faz como uma auxiliar deste, demonstrando a maneira subordinativa que essa relação se apresentava no espaço doméstico canossano quando Godofredo ainda vivia.

Plácitos:¹⁵⁹

Presidido por	Data	Local	Denominação conferida
Beatrice	8 de novembro de 1061	Florença	<i>Dux</i>
Beatrice	1 de dezembro de 1061	Florença	<i>Domina/ductrix/marchionissa</i>
Beatrice	11 de julho de 1068	Lucca	<i>Domina</i>
Beatrice	25 de maio de 1070	Florença	<i>Domna/ducatrrix/commitissa</i>
Beatrice	8 de novembro de 1070	Lucca	<i>Domina</i>
Beatrice e Matilda	7 de junho de 1072	Siena	<i>Domina/comitissa/ducatrrix et eius filia</i>
Beatrice e Matilda	9 de julho de 1072	Perugia	<i>Domina/comitissa/ducatrrix et filia comitis[as] et ducatricis</i>
Beatrice e Godofredo, seu genro	17 de janeiro de 1073	Pisa	<i>Domina/ducatrrix cum duce/marchione</i>
Matilda	8 de fevereiro de 1073	Lucca	<i>Domina/marchionissa/ducatrrix</i>
Beatrice	27 de fevereiro de 1073	Florença	<i>Domina/ductrix/marchionissa</i>
Beatrice	19 de abril de 1073	Arezzo	<i>Domina</i>
Matilda	4 de março de 1074	Pisa	<i>Domina/ducatrrix/marchionissa</i>
Beatrice e Matilda	7 de maio de 1075	Florença	<i>Domina/comitissa atque dilecta filia</i>

¹⁵⁹ Todas as informações utilizadas para a composição dessa tabela estão em: MANARESI, Cesare. **I Placiti del “Regnum Italiae”**. Instituto Palazzo Borromini: Roma, 1960, p. 257-373.

Matilda	23 de outubro de 1075	Pisa	<i>Domina/comitissa/ducatrrix</i>
Beatrice	15 de março de 1073	Pisa	<i>Domina/ducatrrix/marchionissa</i>
Beatrice	1-24 de março de 1073	Florença	<i>Ductricis/marchionisse</i>
Matilda	19 de junho de 1077	Lucca	<i>Domina/marchionissa/duca[trix]</i>
Matilda	27 de junho de 1077	Pisa	<i>Domina/marchionissa/ducatrrix</i>
Matilda	11 de fevereiro de 1078	Pisa	<i>Domina/dux/marchionissa</i>
Matilda	19 de fevereiro de 1078	Siena	<i>Domina/comitissa/ducatrrix</i>
Matilda	7 de setembro de 1079	Ferrara	<i>Dom[na]/duca[trix]</i>
Matilda	23 de novembro de 1079	Ferrara	<i>Domina/ducatrrix/comitissa</i>
Matilda	26 de março de 1080	Viterbo (condado toscano)	<i>Domna/marchionissa/ducatrrix</i>

Além da nomenclatura contida nos plácitos em referência à forma como Beatrice e Matilda eram apresentadas em relação à sua posição e titularidade, outro registro merece atenção: as pessoas presentes nessas reuniões. No plácito de 7 de junho de 1072, presidido pela *domina* Beatrice *comitissa ac ducatrix* e Matilda *eius filia*, em que estava presente Raginério e Bernardo companheiros do condado de Chiusi – província de Siena, propriedade canossana – e bispos chiusinos e *Pagano de Cornsena, Hildebrando filho de Vuidonis, e Hugo e seu filho Supi, e Tegizo, e Saxo filho de um certo Hildebando, e Huberto filho de Boki, e muitos outros*¹⁶⁰. Todos esses citados são vassalos das senhoras supracitadas. E se compararmos com plácitos realizados em outras ocasiões e localidades, podemos identificar a presença de diferentes personagens, que num breve panorama nos mostram a quantidade de homens que o marquesado da Toscana tinha sob seu comando. A lógica da realização dos plácitos é doméstica (de acordo com a concepção moderna do termo)

¹⁶⁰ Plácito 426. MANARESI, Cesare. **I Placiti del “Regnum Italiae...** p. 305.

num espaço público (também à luz do que é considerado atualmente como público); ou seja, diz respeito aos domínios da pessoa que os presidem, mas detém toda a ‘legitimidade’ conferida à uma assembleia ‘oficial’. Portanto, os plácitos e as cartas são diferentes formas de registrar ações pertencentes a um espaço de poder do *paterfamilias*.

A década de 1070 aparentemente representou o período de maior movimentação para as aristocratas canossanas. Presidiram e/ou participaram de plácitos em oito regiões diferentes, demonstrando quão ativas Matilda e Beatrice eram, no que dizia respeito à função de controlar seus domínios. Somente ‘trabalharam’ em conjunto em três oportunidades, porém, há que se notar que – pela proximidade das datas de alguns plácitos – elas dividiam as responsabilidades; ou seja, enquanto Beatrice estava na Florença, Matilda se encontrava em Lucca. Isso demonstra que a condessa já atuava como representante dos domínios canossanos mesmo antes da morte de sua mãe. O compromisso de gerir o patrimônio foi assumido e realizado por ambas. O epistolário matildino, por sua vez, se torna mais abundante já no século XII, talvez a idade um pouco avançada e a enfermidade que lhe afligia tinham dificultado sua movimentação e esse foi o meio usado para continuar atuando na resolução de conflitos e efetuando doações e determinações sem precisar se deslocar com tanta frequência.

Assim como os plácitos, as cartas também apresentam um raio de atuação notável por parte das senhoras toscanas, apesar de serem quase que totalmente posteriores a estes. As duas únicas cartas de Matilda que possuem as mesmas datas de plácitos – 8 de fevereiro de 1073 e 26 de março de 1080 – apresentam o mesmo conteúdo. Apesar da distância temporal que os separam, tanto cartas quanto documentação de plácitos têm a mesma finalidade: são demonstrativos das ações administrativas da margravina. São essas, prerrogativas da função de ambas como *paterfamilia*. Lembrando que dois dos pressupostos básicos para ser considerado como tal se apoiam justamente na questão da administração de propriedade e da ordenação de relações sociais¹⁶¹. Pois esse tipo de administração não se sustenta pelo discurso, unicamente. É preciso ação. Se faz necessário a existência de uma aliança entre retórica e prática e que se faça uso das

¹⁶¹ SESSA, Kristina. **The Formation of Papal Authority**... p. 6.

mesmas de maneira conjunta. Um gestor que apenas profere o que planeja executar, não dispõe da lealdade e da confiança de seus dependentes por muito tempo; da mesma forma, realizar empreendimentos sem que haja uma justificativa para os mesmos, não dificulta o cumprimento do que foi prescrito. Os plácitos são exercícios de oratória; são ocasiões em que os decretos, as ordens são tornadas públicas. Porém, somente contando com uma credibilidade que precede a efetuação da plenária é que pode-se esperar que o que ali foi falado seja colocado em prática. É necessário ser uma autoridade para que os envolvidos no conteúdo dos documentos acatem as decisões e executem-nas. E Beatrice somente se tornou essa autoridade quando se viu novamente viúva.

Foi baseando-se nessa prerrogativa, tanto Beatrice quanto Matilda empreendem mecanismos que assegurassem o cumprimento de suas determinações, como a imposição do *bannum*, por exemplo.

*Et tunc Beatrix ductrix per consolationem suprascriptorum iudicum, per fustem quem sua detinebat manu, misit bannum domni regis super predictum abbatem et advocatum eius et super iam dictam sortem et res, qualiter supra leguntur, ad partem iam dicte ecclesie et monasterii sancte Marie in mancuseos aureos duomilia, ut nullus quislibet homo, magna parvaque persona, iam dictum abbatem et advocatum eius vel eorum sucessores ad partem predominati monasterii de predominata sorte et res, sicut superius legitur, audead eos devestire sine legali iudicio*¹⁶².

As cartas – ferramentas mais utilizadas por Matilda – acabam por desempenhar papel semelhante aos documentos produzidos nos plácitos: são ações administrativas, atos políticos executados que tem como finalidade a resolução de conflitos, para que, dentro de seus domínios, a ordem social se mantenha estabelecida

[...] com a consciência de que nenhum bispo de Parma, a quem o mosteiro está sujeito, deve ter o poder de governar a dita terra e igreja e propriedades pertencentes a ele ou aqueles que residem nele, ou de causar qualquer problema ou aquartelamento ou foreamento, imposto ou taxa ou por qualquer outra razão. E nem o citado bispo, nem a abadessa a qualquer momento deve ter

¹⁶² Plácito 413. MANARESI, Cesare. **I Placiti del “Regnum Italiae...** p. 263.

licença ou poder de mudar vantagens ou dar em benefício para o mesmo mosteiro quer através de carta ou petição ou qualquer outra forma ou título, mas deve permanecer perpetuamente para o uso e as despesas da abadessa e as santas freiras servindo Deus no mesmo mosteiro e igreja. Mas se o bispo de Parma ou a abadessa do mosteiro acima não observarem este acordo para dizer o significado, então a referida terra com a referida igreja e com bens pertencentes a ele, deve vir ao poder e controle do bispo de Mântua e deve permanecer em seu poder até que o bispo de Parma ou a abadessa do supracitado mosteiro observar firmemente o sentido da acima mencionada, mantendo, no entanto, sempre obediência reservada para a santa igreja de Mântua, sobre a referida igreja¹⁶³. (tradução nossa)

Dar ordens e impor limites a personagens que são autoridades – espirituais e políticas, como já vimos anteriormente pelos papéis sociais ocupados por religiosos – requer a segurança de que se ocupa um lugar superior aos interlocutores e demais envolvidos no conteúdo da carta. Isso significa que Beatrice, autora dessa epístola, em específico, em 1073 já retomara o posto de governante da Toscana e que, portanto, suas reivindicações seriam acatadas. No excerto acima, podemos observar mais do que uma simples determinação. É um documento que apresenta ordens que remetem à marca de Canossa, com as características que, enfim, ela conseguiu ter.

¹⁶³ *cum stipulacione subnixa, eo vero tenore, ut nullus Parmensis episcopus, cui ipsum monasterium subditus est, abead potestatem iam dictam terram et ecclesiam et res ad eas pertinentes vel in eis residentes dominandi aut aliquam molestacionem faciendi neque [albe]rgariam aut fodrum, coltam vel placitum vel per ullam aliam occasionem. Et neque predictus episcopus neque abbatissa quocumque tempore eidem monasterio preposita abead licenciam vel potestatem comutandi aut in beneficium dandi neque per libellum aut per precariam neque per infiteosin nec per ullum alium modum vel titulum, set in perpetuum manead ad usum et sumptum abbatisse et sanctarum monialium in eodem monasterio et ecclesia deo serviencium. Quod si Parmensis episcopus vel abbatissa predicti monasterii hoc secundum iam dictum tenorem non observaverint, tunc predicta terra cum prenominata ecclesia et cum rebus ad eas pertinentibus deveniant in virtute et potestatem Mantuani episcopi et tamdiu in sua potestate permaneant, quousque Parmensis episcopus vel abbatissa prefati monasterii suprascriptum tenorem firmiter observaverint, salva tamen semper et retempta obediencia sancte Mantuane ecclesie de predicta ecclesia. **Medieval women's latin letters ...** Acesso em 12 abr. 2016.*

2.6 O divórcio e a manutenção dos laços de interesses

Os enlaces matrimoniais não eram os únicos tipos de relações estabelecidas como meio de atender a interesses políticos. Um religioso que conseguisse a simpatia e a confiança de um importante senhor poderia angariar generosas doações para sua instituição de origem, um detentor de possessões que firmasse vínculo com outro de menor “patente” via ali um aliado e defensor em potencial das decisões tomadas por ele; como Matilda que, segundo os escritos de Donizo encontrava simpatia até mesmo no imperador do Oriente e que podia lançar mão de cavaleiros a lhe atender de prontidão na Rússia, França, Britânia e Saxônia,¹⁶⁴ por exemplo:

Institucionalmente, a Itália reconstrói o império em dois níveis: de um lado, o norte da Itália (antigo Regnum Lombardie) constitui o reino da Itália que desde 951 foi unido ao reino germânico de Oto I. Como este mesmo rei acedeu à dignidade imperial em 962, linhas estruturais ligam desde então a história do império e a da Itália, pelo menos a do Norte¹⁶⁵.

Mesmo sendo detentora de uma das maiores fortunas fundiárias da Europa Medieval, Matilda não tinha em seus patrimônios, bens engessados. Tendo a posse legal da herança que lhe fora deixada, poderia usufruir da mesma como bem lhe aprouvesse. Como afirmou Guy Fourquin a respeito de como os bens eram tratados na Idade Média, a “*patrimonialidade*” não inclui apenas a hereditariedade do feudo. Significa também que se pode dar, vender, trocar, comprometer o mesmo como se fosse um alódio¹⁶⁶. Exemplos não faltam nas fontes deixadas por Matilda. O ato de movimentar o direito sobre seus patrimônios, realocando administradores, concedendo propriedades ou patrocinando empreendimentos, não fazia com que sua riqueza diminuísse; uma vez que, como dito acima, não é o fator quantidade que prevalece no que se refere à poder patrimonial; montantes são importantes sim, porém, o uso que era feitos dos mesmos – e isso inclui as pessoas que colaboravam

¹⁶⁴ DONIZONE. *Vita di Matilde di Canossa*... p. 125.

¹⁶⁵ GILLI, Patrick. *Cidades e Sociedades Urbanas*... p. 24.

¹⁶⁶ FOURQUIN, Guy. *Senhorio e Feudalidade*... p. 150.

com a administração dessas propriedades, peças importantes para reforçar sua malha social. Portanto, doações destinadas a personalidades conhecidas, que gozavam de certo prestígio social eram feitas com bastante frequência por Matilda. No fragmento abaixo, temos um documento atestando uma doação da condessa – pela data, já detentora de uma idade avançada – à abadessa Dorothy, gestora do monastério de São Paulo próximo à Parma:

[...] portanto, para o monastério de São Paulo o apóstolo localizado nos arredores de Parma, onde agora a senhora Dorothy com a aprovação de Deus, é sabida para presidir a abadia, eu Matilda, condessa e duquesa e filha do falecido Bonifácio, que também era duque e marquês, para a cura de minha alma e de meus pais, cedo, entrego e estabeleço e com todo direito que pertence a mim, confirmo a igreja de Santa Maria de Bosco, que é da corte de Campitello, com vinte hectares de terra pertencentes à mesma igreja e também terras de Castellare, e terras de Prevvaldo e uma propriedade que era governada e trabalhada pelo homem que era chamado Galbacci, e um campo na corte de Castelluchio, que era anteriormente de Richard, e também um campo que era da esposa do sacerdote Theutaldino, e também um campo de Coazia, além disso uma mansão, que foi trabalhada por homens chamados Waldoni, e um campo de Bosceto e também uma mansão, que é governada por homens chamados Ermerathi, tudo e de tudo, completamente, qualquer que seja o território supracitado, são conhecidos por me pertencerem de qualquer maneira, sem qualquer contradição ou recuperação minha ou de meus herdeiros ou de representante de herdeiros. Na verdade eu penhor e prometo que eu, como acima condessa Matilda, defenderei a supracitada doação, como lido acima, inteiramente de qualquer homem contraditor¹⁶⁷. (tradução nossa)

¹⁶⁷ *therefore to the monastery of St. Paul the apostle located in the outskirts of Parma, where now lady Dorothy with God's assent is known to preside as abbess, I Matilda, countess and duchess and daughter of late Boniface, who was likewise duke and marquis, for the healing of my soul and of my parents, concede, hand over and establish and with all right belonging to me confirm the church of St. Mary of Bosco, which is of the court of Campitello, with twelve acres of land belonging to the same church, and also land from Castellare and land of Prevvaldo and one estate which was governed and labored by men who are called Galbacci, and one field at the court of Castelluchio, which was formerly of Richard, and also one field, which was of the wife of the priest Theutaldino, and also a field of Coazia, moreoever a manse, which was labored by men who are called Waldoni, and a field of Bosceto and also a manse, which is ruled by men who are called Ermerathi, everything and from everything completely, whatever thence in the abovenoted territories is known to belong to me in any way, without any contradiction or reclamation of me or my heirs or representatives of heirs. Indeed I pledge and promise that I, as above countess Matilda, will defend the abovenoted donation, as read above, entirely from any man contradicting.* Carta enviada por Matilda de Canossa, de caráter público em 24 de janeiro de 1107. **Medieval women's latin letters** ... Acesso em 04 abr. 2016.

Além da beneficiária, é possível identificar a ciência que a senhora de Canossa tinha de seus servos e das propriedades por eles administradas, pois, como um *dominus* a condessa precisava demonstrar conhecimento sobre aquilo que tangia sua esfera doméstica. Foi então, através da experiência adquirida realizando uma boa gestão domiciliar, que ela logrou a confiança de outros atores que pertenciam ao campo do público, ou seja, extra *dominus* e pôde se entranhar na urdidura sociopolítica do período. É possível notar também, pela data da carta a autônoma destreza com a qual desenvolvia suas funções pós-divórcio.

Aparentemente Matilda manifestou ao papa Gregório VII uma vontade de se recolher em alguma ordem religiosa. Não se conhece a intenção por trás do pedido, no entanto, a resposta que o pontífice lhe enviou – além de evidentemente surtir efeito, uma vez que a condessa continuou sua vida fora dos muros de uma fundação monástica – ainda parece pertencer à lógica de demarcação de poder, e igualmente de rendimento de graças a Deus através da patrimonialidade:

Quão grande é meu cuidado e minha devoção incessante ao seu bem-estar e ao de sua parentela, somente ele sabe quem sonda os mistérios do coração e quem entende melhor do que eu mesmo. Mas se você pesar o assunto com cuidado você vai, penso eu, perceber que eu deveria tomar cuidado, pelo amor que tenho a você, que você não deve abandonar aqueles [que pertencem a você] a fim de que você possa dedicar-se exclusivamente à salvação de sua própria alma¹⁶⁸. (tradução nossa)

Quem seria a parentela de uma mulher orfã, viúva e sem irmãos? Quem são esses que dependem de Matilda a quem o papa aconselha a continuar cuidando? Quem são esses que a condessa não pode abandonar? Quem se não os membros da sua *domus*? Se restringíssemos os dependentes de Matilda apenas ao seu núcleo familiar, obviamente as palavras de Gregório não fariam sentido. Por conseguinte, a adoção de uma vida de reclusão não era a única alternativa para quem desejasse se dedicar a Deus. Pela data da correspondência é possível observar que a condessa

¹⁶⁸ *How great are my care and my unceasing devotion to your welfare and that of your kindred, he alone knows who searches the mysteries of the heart and who understands better than I myself. But if you weigh the matter carefully you will, I think, perceive that I ought to take care, by the love I bear you, that you should not abandon those [who belong to you] in order that you may devote yourself solely to the salvation of your own soul.* *Epistolae collectae*. Book I, 47, p. 71. Carta enviada por Gregório VII à Matilda de Canossa em 16 de fevereiro de 1074. **THE CORRESPONDENCE OF POPE GREGORY VII...** p. 23.

já está separada de Godofredo há algum tempo; entretanto, se aliarmos as doações que ela continua realizando à forma com a qual o pontífice se dirige a ela, insistindo na sua permanência no “mundo” temos uma realidade de demonstrações de poder que não parecem ter sido afetadas pelo divórcio, o que, de acordo com a tradição canônica era um delito grave; o que nos leva à reflexão que o significado de um *dominus* excedia a importância social dada a alguém que provocou uma separação. Isso não só lhe conferia autolegitimação, mas deixa claro que aos olhos dos outros – parentela e membros dos espaços públicos como um todo – um ato aparentemente condenável não deveria pesar sobre Matilda pois ela faz parte de uma lógica maior, onde desempenha uma função social e política central.

2.7 Conclusão

Não ignoramos a existência de uma realidade misógina com fortes tradições patrísticas no interior da Itália durante o Medievo; no entanto, não podemos colocar todas as relações matrimoniais e seus atores dentro de uma única forma que impossibilite a movimentação dos mesmos e restrinja seu poder de autonomia e gestão. Mais do que isso, não podemos ignorar a existência de casos – como o da condessa Matilda – onde tal realidade não se aplica, ou se existe, é perfeitamente suplantada por outras questões que acabam por confluir em uma realização de ações pessoais, deslocadas e desligadas de uma soberania ou tutela masculina.

Tendo governado por trinta e nove anos os domínios que lhe pertenciam, não raras vezes Matilda despertou a oposição de alguns poderosos, de seu próprio marido, religiosos – sobretudo daqueles ligados à corte germânica – e mesmo do imperador Henrique IV. Pois, além de não apoiá-lo no conflito travado contra o papado, implicando assim em relevante perda de financiamento para a corte germânica, a condessa através do aumento da fortuna que lhe fora dada por herança, e da maneira com que geria esse montante, ameaçava-o. Mesmo tentativas de ataque por parte do imperador foram registradas em epístolas sobre a condessa que apontavam sua vitória. O que podemos observar é que ações desempenhadas por atores sociais – que no caso desta análise se ateve às mulheres – tinham um significado para o laicado um tanto quanto diferente da justificativa que os textos

religiosos apresentavam. As atitudes de comedimento postural por parte dos aristocratas laicos, por exemplo, estavam muito mais associadas ao fato de que seus dependentes se espelhavam neles do que propriamente em um total cumprimento de medidas normativas impostas por clérigos.

Para nós, mais do que desafiar a imposição social estabelecida pelos religiosos, Matilda fez de um acontecimento que ainda hoje é tido como sinal de fracasso e transformou-o num dos eventos mais politicamente relevantes de sua trajetória: o divórcio. Aqui não há tutela necessária, uma vez que, no período de dois anos em que esteve junto do marido, houve a oportunidade de que ela existisse, a condessa se apropriou de um autocontrole necessário e útil, tendo em vista a quantidade de pessoas que dependiam da sua administração. Matilda era responsável por seu domicílio; uma esposa que “abandona” o leito matrimonial, na lógica da esfera doméstica, jamais pode ser comparada com uma governante que fracassa com seu povo.

3. COMO A TRADIÇÃO CRISTÃ DE REALIZAÇÃO DE CONCÍLIOS NOS LEVA À MÂNTUA, EM 1064, ONDE OS RUMOS DA IGREJA E DO IMPÉRIO FORAM DIRECIONADOS À ESFERA DOMÉSTICA CANOSSANA

Num período em que os concílios já tinham se consolidado no interior da agenda da cristandade ocidental, onde as disputas pela ascensão ao trono papal abrangeram boa parte do laicado aristocrático do Ocidente Medieval e religiosos de diversas localidades e naturezas, a ocasião da realização de um concílio, e sua própria convocação, contava com consistentes mobilizações por parte dos bispos. Isso porque as deliberações oriundas de tal assembleia iam moldando as ações e posições da igreja subsequentemente. Numa atmosfera de instabilidade e conflitos, por conta da requisição de dois bispos – simultaneamente – à sucessão pontifícia, um novo concílio foi convocado. O local escolhido para a realização do mesmo, no ano de 1064 foi Mântua, território medular dos domínios da casa de Canossa. A realização, atuação, condução e desdobramento do que foi chamado de Concílio de Mântua muito tem a nos oferecer no que tange a esfera doméstica canossana e a ação política de Godofredo da Lorena, Beatrice e Matilda.

3.1 Os concílios através dos séculos

Ao longo dos séculos a igreja realiza concílios em seu interior para a tomada de decisões. Os primeiros registros de sua existência remetem ao século I, quando a igreja ainda não havia se dividido entre Ocidental e Oriental e, por esse motivo, por algum tempo ainda foi possível a realização de concílios ecumênicos, no sentido lato do termo, ou seja, que pudessem convocar os bispos de forma universal, em sua totalidade. Sua estrutura tinha, o senado romano como protótipo de inspiração e inicialmente, as convocações visavam a resolução de questões referentes à condução da igreja. Porém, não havia pretensão de que essa prática se tornasse um evento tão intrinsecamente relevante para a trajetória eclesial, como veremos ainda. A necessidade foi o fio condutor de seu apelo. No entanto, à medida

que os séculos passavam, as assembleias anteriores – dado os resultados geralmente positivos conquistados – criaram um precedente de legitimidade e referência no interior da igreja. Mas afinal, o que é um concílio? Qual o significado social e histórico tanto para a vida religiosa quanto para os personagens e a conjuntura que permeia esse trabalho? Para que possamos chegar às respostas, precisamos apresentar os concílios de uma forma um pouco mais detalhada, elencando suas características, particularidades e propósitos. No entanto, as explicações e exemplos relacionados a estas assembleias são constituídos de uma conotação panorâmica, uma vez que apreender referências prévias sobre sua configuração será de suma importância posteriormente, quando as mesmas estiverem diretamente relacionadas com o tema deste trabalho.

Um concílio *significa, principalmente, qualquer tipo de assembleia, até mesmo uma secular*¹⁶⁹. Contudo, apesar dessa definição abrangente e genérica, nos ateremos às reuniões relacionadas à igreja; tendo estas contado, um bom número de vezes, com a presença de laicos – sobretudo se seus nomes estivessem acompanhados de títulos reais ou aristocráticos.

Por um lado, os grandes concílios da antiguidade, reunidos pela iniciativa da autoridade imperial e celebrados à sua sombra, tiveram sua caracterização no fluxo da tradição do cristianismo oriental de língua grega. Aparecem neles três elementos: em primeiro lugar, a concepção primordial na formulação das “profissões de fé” (*oroi*); umas profissões que estão inspiradas na necessidade vital de “dar conta da fé”, embora estão condicionadas, em grande medida, pela confrontação com as correntes heréticas, às profissões são adicionadas algumas normas disciplinares para a vida interna das comunidades (*cânones*). Em segundo lugar, a participação nas tarefas conciliares se mostra “aberta” tanto aos teólogos como aos laicos, enquanto essencial (mas não exclusiva) a intervenção dos bispos, e pouco a pouco se converteu em *conditio sine qua non* a participação dos cinco patriarcas apostólicos. Finalmente, constituem um fator de especial importância a participação de

¹⁶⁹ HEFELE, Charles. **History of the councils of the church**. Oregon, USA: Books for the ages, 1997, vol. 1, p. 10.

representantes dos ambientes monásticos, dado seu crescente prestígio espiritual e social¹⁷⁰. (tradução nossa)

Como o excerto ressalta, esta era uma condição e/ou caracterização dos concílios da Antiguidade. No entanto, durante a Idade Média, estes apresentam uma configuração um pouco diferente. Aqui, eles tem seu alcance de participantes reduzidos à igreja latina – e em alguns casos, apenas à romana, fazendo com que os concílios convocados sob a denominação de ecumênicos ou gerais ficassem restritos à esse raio de alcance. Os concílios contavam não apenas com a presença de laicos, mas poderiam, inclusive, ser convocados por eles, como o caso da reunião ocorrida em Basileia, em 28 de outubro de 1061, recrutada pela imperatriz Agnes da Germânia. Nesse período, os concílios já haviam se firmado como um evento de suma importância dentro da experiência eclesiástica; contavam, inclusive, com uma lógica própria, onde

[...] as normas para a disciplina da comunidade se transformam em uma verdadeira legislação social, destinada a regular aspectos da vida da “cristandade” [...]. O direito canônico adquire assim, uma centralidade eclesial, desconhecida no primeiro milênio¹⁷¹. (tradução nossa)

A principal característica de constituição dos concílios, aqui, é a presença dos bispos. Porém, para que seja considerado como tal, e não como um sínodo, por exemplo, a presença do papa ou de seus legados, ou mesmo o consentimento prévio é imprescindível. Nos antigos concílios ecumênicos, os decretos precisavam da confirmação tanto do papa, quanto do imperador.

¹⁷⁰ *Por un lado, los grandes concilios de la antigüedad, reunidos por la iniciativa de la autoridad imperial y celebrados bajo su sombra, tuvieron su caracterización en el cauce de la tradición del cristianismo oriental de lengua griega. Aparecen en ellos tres elementos: en primer lugar, la concentración primordial en la formulación de las «profesiones de fe» (oroi); unas profesiones que están inspiradas en la necesidad vital e «dar cuenta de la fe», aunque están condicionadas en gran medida por la confrontación con las corrientes heréticas; a las profesiones se añaden algunas normas disciplinarias para la vida interna de las comunidades (cañones). En segundo lugar, la participación en las tareas conciliares se muestra «abierta» tanto a los teólogos como a los laicos, aunque es esencial (pero no exclusiva) la intervención de los obispos, y poco a poco se convirtió en conditio sine qua non la participación de los cinco patriarcas apostólicos (pentarchia). Finalmente, constituye un factor de especial importancia la participación de representantes de los ambientes monásticos, dado su creciente prestigio espiritual y social.* ALBERIGO, Giuseppe. **Historia de los concilios ecuménicos**. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1993, p. 11-12.

¹⁷¹ [...] as normas para la disciplina de la comunidad se transforman en una verdadera legislación social, destinada a regular aspectos cruciales de la vida de la «cristiandad» [...]. El derecho canónico adquire así una centralidad eclesial, desconocida en el primer milenio. Ibidem, p. 12.

Posteriormente, somente o sucessor de São Pedro poderia validá-los. Qualquer grave ameaça à condução da vida cristã era motivo mais que suficiente para a convocação de um concílio; fosse essa ameaça interna como a necessidade de regulamentar a conduta dos religiosos (Latrão II, 1123), ou externa, como o seu posicionamento ante o surgimento de novas religiões (Trento, 1545-63); e as deliberações deveriam ser acatadas por toda a comunidade eclesiástica. Não menos importante foi o papel desempenhado pelo papa Leão IX em relação à realização e legitimação dos concílios. Durante os cinco anos de seu pontificado (1049-1054), ele efetuou um número de assembleias muito superior ao de outros papas; *celebrou quatro concílios em Roma, mas também reuniu sínodos em Pavia, Reims, Magonza, Siponto, Vercelli e Mântua*¹⁷², o primeiro já na Páscoa de 1049. Essas frequentes reuniões deram a tônica da gestão de Leão IX, uma vez que, sendo a característica estrutural desse papado, foram usadas por ele como ‘palcos’ da divulgação da reforma. Em linhas gerais, surge aqui um mecanismo de retroalimentação: o papa promove suas ideias com frequência, dada a regularidade dos concílios, que por contarem com a presença e estímulo do Sumo Sacerdote, acabam por ser legitimados com uma importância maior do que a conquistada até então; por sua vez, isso confere aos ocupantes do trono de São Pedro, garantias de validação às decisões empreendidas nessas ocasiões.

A realização dos concílios é também bastante fluída. Não há uma regularidade pré-estabelecida com intervalos fixos. O que possibilita ou permite esses encontros são as demandas da igreja, a necessidade da tomada de decisões em conjunto, uma vez que as orientações surgidas no núcleo de tais assembleias se propagavam para diversas localidades. No entanto, no período compreendido em meados do século XI, a sua realização se tornou muito mais recorrente. Encontramos notáveis mudanças ocorridas no interior da igreja, como a ascensão do cardinalato, que – agora reunido em um colégio – concentrava poderes deliberativos, sendo responsável, a partir de 1059 pela escolha dos papas. Bem

¹⁷² *celebrò quattro concili a Roma, ma riuni anche sinodi a Pavia, Reims, Magonza, Siponto, Vercelli e Mantova.* FALCONIERI, Tommaso di Carpegna. Roma e Leone IX. In: CANTARELLA, Glauco Maria; CALZONA, Arturo. **La reliquia del sangue di Cristo: Mantova, l'Italia e l'Europa al tempo di Leone IX.** Mantova: Scripta Edizioni, 2012, p. 326.

como a influência massiva do monge beneditino Hildebrando, que antes de ascender ao trono papal em 1073 ocupou os distintos cargos de *cardeal-subdiácono*, *tesoureiro da Igreja Romana*, e *abade de S. Paulo*¹⁷³, além de *arcediogo e chanceler da Igreja romana*¹⁷⁴ a partir de 1059, o que lhe permitira adquirir conhecimento e experiência nos assuntos referentes à política eclesiástica. Desde a década de quarenta do século XI, é possível perceber a presença do religioso de Soana, incentivando e participando da trajetória de papas reformistas, como o bispo de Toul, Bruno, que foi sagrado papa em 21 de fevereiro de 1049, recebendo o nome de Leão IX¹⁷⁵, e que, apesar de continuar se mantendo leal ao império germânico – dada sua origem – agiu com tenacidade e vigor, pelos cinco anos que durou seu pontificado, promulgando modificações na Sé romana e servindo de inspiração – ao menos no sentido reformador – aos seus sucessores.

Foi assim, portanto, mesmo com sua flexibilidade e alterações estruturais que os concílios gerais, sobretudo aqueles ocorridos na Idade Média, se configuraram como elementos de fundamental importância e legitimidade para a agenda eclesiástica do Ocidente. Mesmo em vista de todas as mudanças ocorridas no seio da Igreja – e conseqüentemente na vida social – essas assembleias deliberativas se mantiveram como um ponto de referência, que oferecia aos religiosos um ambiente para tomadas de decisões e aos fiéis, em geral, a licitude das orientações procedentes destas.

3.2 A dança canossana

Se restringimos nesse trabalho o legado da casa de Canossa substancialmente a quatro personagens – Bonifácio, Godofredo, Beatrice e Matilda – precisamos identificar com certo detalhe as formas como os mesmos estabeleciam suas relações sociais, uma vez que, como veremos, não há uma coesão, tampouco um projeto político tradicionalmente linear entre eles. Sobretudo quando o marquesado se manteve sob a gestão, simultaneamente, de Bonifácio e Godofredo,

¹⁷³ HEFELE, Charles. **History of the councils of the church** ... p. 11.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 13.

¹⁷⁵ STROLL, Mary. **Popes and antipopes...** p. 34.

o que vemos é a presença de uma constante oscilação que ora pende mais para uma parte do clero, ora para outra¹⁷⁶, ora se aparta, ora se aproxima da corte imperial, deixando claro que quando se trata desses dois senhores, nem sempre uma das opções exclui a outra; nem sempre se está do mesmo ‘lado’. Expliquemos:

Bonifácio era vassalo do imperador da Germânia, Conrado II que, morrendo em 1039, deixa o posto de soberano para ser assumido por seu filho, Henrique III. No mesmo ano, tinha se dirigido mais ao norte, em auxílio de Henrique contra o conde de Champagne, Odo.¹⁷⁷ Da mesma forma, o marquês da Toscana, pela deferência que despendia à família imperial, esteve presente na coroação de Henrique como novo regente, em 1046, prestando-lhe juramento. Como a cerimônia ocorreu em Roma, aproveitando a estada na Itália, o soberano se deslocou para a parte setentrional do país, visitando Canossa. Quando retornou para a Germânia, o margrave toscano o acompanhou, assegurando sua proteção e integridade, como forma de manter a cordialidade ao seu senhor. No entanto, a visita de Henrique à região da Toscana serviu para lhe mostrar quão extenso era o poder de Bonifácio nestas paragens e isso o deixou apreensivo, uma vez que um aristocrata dispendo de tão considerável domínio representava uma ameaça. O regente germânico empreendeu algumas ações com a finalidade de diminuir a autonomia do marquês Canossano, ou mesmo para conseguir ter maior controle sobre a região. Uma dessas medidas foi a determinação do papa Clemente – sob orientação de Henrique – de que as igrejas da Toscana e da Lombardia não mais se reportariam à Milão, sua ‘prestação de contas’ deveria remeter à Ravenna, ou se preferir, onde os olhos do imperador podiam alcançar de maneira mais nítida¹⁷⁸. O

¹⁷⁶ Por vezes, o trono papal foi ocupado por religiosos que não tinham origem romana, como o já citado Leão IX, oriundo da Germânia e que, como tal, contava com a proximidade do Imperador; que nessa época tinha entre seus servos, Bonifácio. Ou como o sucessor de seu sucessor, Estevão IX, irmão do duque da Lorena, Godofredo, e que, conseqüentemente, dispunha do suporte de um dos aristocratas com maior concentração fundiária do período. Esses religiosos, antes de serem sagrados pontífices, sendo eles bispos ou abades, formaram uma rede de aliança e apoio, que acabaram por se transformar em sua ‘corte’ papal. No caso de Leão, por exemplo, houve resistência por parte do clero romano em aceitar sua presença e por vezes, as ideias não estavam de acordo. Ou seja, um apoiador do papa, não necessariamente seria um simpatizante dos eclesiásticos de Roma. De acordo com a movimentação social de Bonifácio, e igualmente de Godofredo, entre esses grupos, suas relações se estreitavam ou se afastavam do séquito papal ou imperial (e os usamos aqui apenas como referência a título de ilustração, e não como os dois únicos polos de poder passíveis de associação).

¹⁷⁷ DUFF, Nora. **Matilda of Tuscany**... p. 18.

¹⁷⁸ RUST, Leandro Duarte. **‘Colunas de São Pedro’** ... p. 154.

próprio biógrafo Donizo relata duas ocasiões em que o rei tentou capturar Bonifácio; ou seja, nem mesmo a ‘história oficial’ da casa de Canossa fez questão de omitir os problemas e desentendimentos existentes entre os dois senhores. É claro que o tom usado pelo monge é o de que o soberano perseguia o fiel e justo Bonifácio, que, nós sabemos, era um aristocrata que não primava pelo cumprimento dessas duas características, já que as rugas eram relatadas até mesmo pelo religioso destacado para registrar a memória canossana oficialmente.

Aumentava a cada dia o poder do príncipe Bonifácio
Mas a sua fidelidade justamente o manteve benigno.
Ao invés o rei do qual se é falado, tocado por grande inveja,
com mente cruel pensou de prender com uma emboscada
ele, que ninguém no mundo nunca poderia capturar¹⁷⁹. (tradução
nossa)

Clemente II, que havia sido entronizado por Henrique III, morreu subitamente em 1047, mas antes teve tempo de conferir ao imperador o direito de nomear o ocupante do trono papal. Ou seja, qualquer que fosse a origem do religioso a suceder São Pedro, este sempre reportaria ao rei germânico; em linhas gerais não haveria autonomia do líder da igreja em relação à corte laica germânica.

Se valendo desse poder, Henrique entronizou Poppo, bispo de Brixen, então chamado Dámaso II. Contudo, outro religioso ressurgiu de um cisma, anterior à eleição de Clemente II, reivindicando o posto pontifício: Bento IX. Este último recebeu o apoio de Bonifácio de Canossa para ascender ao trono papal. O soberano, desgostoso desse posicionamento apresentado pelo marquês, sob ameaça de invasão, o obrigou a mudar o foco, redirecionar seu apoio e entronizar Dámaso.¹⁸⁰ Esses recorrentes desentendimentos entre o margrave toscano e o soberano germânico se desdobraram até a morte de Bonifácio, em 1052.

¹⁷⁹ *Aumentava ogni giorno il potere de principe Bonifacio
Ma la sua fedeltà giustamente lo manteneva benigno.
Invece il re di cui s'è parlato, toccato da grande invidia,
con mente crudele pensò di prendere con un agguato
lui, che nessuno al mondo poté mai catturare.* DONIZONE. *Vita di Matilde di Canossa...* p. 93.

¹⁸⁰ GOLINELLI, Paolo. *Matilda e i Canossa...* p. 107.

Foi durante o pontificado deste papa [Vitor] que o glorioso duque e margrave Bonifácio morreu, deixando as crianças como seus herdeiros. Não muito depois, no entanto, Duque Godofredo, um homem magnífico, mais ativo nos assuntos militares, veio à Itália e tomou sua viúva como esposa¹⁸¹. (tradução nossa)

Como dito anteriormente, a relação entre o gestor da casa de Canossa e o imperador Henrique nos anos anteriores à morte do marquês não era das mais tranquilas. São dois representantes de espaços de poder suficientemente significativos, que quando aliados, entendem a extensão do suporte mútuo, mas que, quando em situação de conflito de interesses, na mesma proporção, representam ameaça bilateral. Não se trata de relação de forças entre pessoas e sim, entre o lugar social que estas ocupam. Não é contenda pessoal. O que se coloca em questão é disputa entre o que eles simbolizavam politicamente e não quem eram. Prova disso é o fato de que, após a morte de Bonifácio, o ímpeto de Henrique III em se beneficiar dos rendimentos de seu oponente, o fizeram suspender todos os privilégios de jurisdição desse marquesado.

Com a morte de Bonifácio, o imperador Henrique III provavelmente presumira que o maior obstáculo entre ele e a fortuna da casa de Canossa não mais existia, e que era questão de tempo até que ele conseguisse integrar esse considerável patrimônio à corte germânica. A viúva Beatrice não representava uma ameaça, uma vez que essa não figurava como alguém que compactuasse com as ações de Bonifácio, tampouco aparentava o menor indício de que daria continuidade à política do falecido marido. Qual não deve ter sido a surpresa do soberano quando, somente dois anos depois, em 1054, recebe a notícia de que esta sua prima de descendência germânica e lorenense, se casou – sem o seu consentimento – com o também duque da Lorena, Godofredo. Talvez se Beatrice tivesse se casado com algum aliado político ou vassalo leal de Henrique, o problema, para ele, pudesse ser de menor incidência, ou mesmo poderia facilitar seu acesso à riqueza canossana. No entanto, assim como tivera acontecido com Bonifácio, o imperador, por algumas vezes, havia entrado em contenda com

¹⁸¹ *It was during the pontificate of this pope that the glorious duke and margrave Boniface died, leaving infants as his heirs. Not long afterwards, however, Duke Godfrey, a magnificent man, most active in military affairs, came to Italy and took his widow to wife.* SUTRI, Bonizo of. **“Book to a friend”**... p. 194.

Godofredo que, potencializado pela realização do casamento, nessa ocasião, havia se tornado *persona non grata* aos olhos do rei.

A principal preocupação do império não era os Normandos, mas a segurança de meia Itália contra a combinada casa de Lorena e Canossa. Dos ducados, Lorena era o perigo mais sério. Ao contrário dos outros, não foi um território tribal, mas uma coleção de senhorios sob Duque Gozelo até sua morte em 1044. Seu filho, Godofredo o Barbudo, co-duque da Alta Lorena, queria ser investido com os territórios de seu pai, mas Henrique III não toleraria sua afirmação a uma reivindicação de direito hereditário, e eles entraram em confronto¹⁸². (tradução nossa)

Ainda antes do casamento, no ano de 1053, a relação da corte germânica com o papado, então representado pela pessoa do papa Leão IX era bastante amistosa. Tanto que o pontífice atende a um pedido do soberano que, nesse caso, recaí sobre Godofredo:

Durante seu pontificado Leão passou quase tanto tempo no reino Germânico como em Roma e ele manteve-se dedicado à Toul, à Lorena e à Germânia. ‘Leão teve um ardente desejo de fortalecer a comunidade’ e dar suporte leal ao imperador em tempos de crise, excomungando os rebeldes Godofredo, duque da Alta Lorena e Conde Balduíno V de Flandres e mediação no conflito com o reino da Hungria¹⁸³. (tradução nossa)

Apesar de fazer, como seu antecessor, uma política de enfrentamento à corte imperial, o que diferencia Godofredo de Bonifácio não é a motivação; mas sim, o direcionamento desta. O pai de Matilda, empreendia esforços no sentido de estabilizar e cravar de vez a relevância e o legado da casa de Canossa, que vinha

¹⁸² *The main concern of the empire was not the Normans, but the security of middle Italy against the combined houses of Lotharingia and Canossa. Of the others it was not a tribal territory, but a collection of lordships under Duke Gozelo until his death in 1044. His son, Godfrey the Bearded, co-duke of Upper Lotharingia, wanted to be invested with his father's territory, but Henry III would not tolerate his assertion to a claim by hereditary right, and they clashed.* STROLL, Mary. **Popes and antipopes...** p. 55.

¹⁸³ *During his pontificate Leo spent almost as much time in the German kingdom as in Rome and he remained devoted to Toul, to Lotharingia and to Germani. ‘Leo had a burning desire to strengthen the commonwealth’ and gave loyal support to the emperor in times of crisis, excommunicating the rebels Godfrey, duke of Upper Lotharingia and Count Baldwin V of Flanders and mediating in the conflict with the kingdom of Hungary.* ROBINSON, Ian S. **The papal reform of the eleventh century...** p. 9.

sendo galgado ao longo dos anos por seus antepassados. Já o duque da Lorena advogava em causa própria, uma causa que não deixou de ser lorenense nem mesmo quando este assumiu o marquesado da Toscana por conta de seu casamento com Beatrice. Numa primeira e genérica análise, poderíamos colocar os dois senhores em pé de igualdade quanto ao propósito de suas empresas: a fixação e expansão dos espaços de poder por eles ocupados. Porém, se esse exame tem como ponto de partida o marquesado toscano, é certo que o duque lorenense pode ser situado em uma posição divergente daquela intencionada por Bonifácio. Todas as ações executadas por Godofredo remetiam à Lorena; jamais à Canossa. Para ele, todo o patrimônio existente no norte da Itália, que fora somado ao seu, representava apenas um apêndice do seu desejo de expansão de domínios. E ainda aqui, não há o apoio ou a participação conjunta e concorde de Beatrice. São vozes destoante dentro de uma mesma casa. Godofredo se envolve tanto com o papado quanto com o império.

Não podemos perder de vista, no entanto, que em nenhum dos dois casos – nem mesmo quando nenhuma das opções acima é escolhida – o duque opera como um agente auxiliar, colocando a casa Lorena/Canossa à disposição de forças maiores. O que acontece é o inverso: a aliança, ou apoio se estabelece no sentido de beneficiá-lo. A dita “Alta Política” é acionada quando há a possibilidade de que seus integrantes, ou sua influência, de alguma forma cooperem e sigam de encontro com os anseios dessa casa.

Mantendo como ponto de referência central de análise a casa de Canossa, o matrimônio de Beatrice com Godofredo conferiu ao marquesado toscano uma vinculação patrimonial alinhada à uma política senhorial externa, que por sua vez, carregava em sua trajetória pregressa, uma série de conflitos e disputas com a corte imperial. Ou seja, um poder senhorial que já tinha sido marcado, muitas vezes de forma negativa, por Bonifácio, se encontra numa situação em que outro poder que não dispõe de reputação impoluta, anseia por absorvê-lo. Quando Bonifácio morre, o legado canossano passa por um período de reestruturação compulsória. A alteração da lógica de um poder consistentemente local para uma posição de reportar e pertencer a uma política de outra localidade acabaria por descaracterizá-lo.

Já mencionamos que o duque lorenense tivera desentendimentos com o Imperador, porém, após o primeiro contrair núpcias com Beatrice, o soberano devolve as prerrogativas jurisdicionais que havia subtraído da casa de Canossa quando da morte de Bonifácio. Talvez fosse essa uma tentativa de manter o ducado Loreno, um poder considerável, juntamente, então, com o marquesado toscano, como aliado. A ação não manteve Godofredo por perto. Tão logo se instalou no norte da Itália, deu início ao processo de imprimir a marca da Lorena nessa localidade.

Beatrice, quando casada com Bonifácio, não aparece muito na historiografia à frente de grandes empresas. Sua presença é relatada em concílios, entronizações, cerimônias de diferentes naturezas, mas não há a evidenciação de uma política que a represente, ou que a coloque como um agente político da casa de Canossa. Durante seu casamento com Godofredo, sua conduta não recebe grande destaque. O motivo, porém, não é uma inércia consciente ou falta de interesse sobre o que tange a gestão dos domínios; a presença do esposo lorenense é que não lhe concede espaço para articular as experiências políticas do consolidado e respeitado marquesado da Toscana da forma que julgava ser a mais correta. Como vimos no capítulo anterior, é possível perceber Beatrice começando a se articular de forma gradual, no sentido de retomar o controle sobre suas possessões e voltar a imprimir a marca canossana ao seu patrimônio, no período que envolve o concílio de Mântua. Porém, por algum tempo ainda não vemos essa dissociação de forma clara, uma vez que havia uma influência muito marcante por parte do esposo sobre seu governo; Godofredo era o representante da casa de Canossa, a associação da sua figura à esse marquesado era algo esperado. Essa tomada de autonomia pode ser atestadas através dos plácitos apresentados no capítulo anterior, por exemplo. Mas a completa demarcação de sua política somente se efetiva após a morte de Godofredo. Beatrice imprime sua marca, passando por um período de experiências e adaptações e Matilda, por fim, através de todo o conhecimento que adquiriu e de sua personalidade de gestora, afirma a marca canossana; ou melhor, a marca matildina.

Dizemos isso, pois identificamos esses quatro personagens como desempenhando quatro tipos de governo, que, apesar de sucessivos¹⁸⁴, se apresentam de maneira distinta. Temos, primeiramente, Bonifácio, que por mais que definitivamente realizasse uma política canossana, apresenta um *modus operandi* diferente até mesmo daquele efetivado por sua esposa – que havia convivido por um tempo considerável com ele – e de sua filha. O marquês oscila não somente entre aproximações e distanciamentos com corte imperial e papado; suas ações também, por vezes, beiravam a heresia¹⁸⁵. Godofredo, como já dissemos, passeia pelas relações que alguém com sua fortuna e posição normalmente estabelece com seus interlocutores, sempre tentando angariar benefícios para seu governo lorenense e para a preservação e expansão de sua fortuna. O marquês toscano, consolida o nome e a posição de poder local de sua linhagem. O duque da Lorena age no sentido de transformar o notável marquesado em sua colônia; não como fusão ou sincretismo, e sim, como mais um polo de incorporação e reprodução da política lorenense.

Beatrice, por sua vez, governou sozinha por muito pouco tempo e em ocasiões espaçadas. A primeira delas se deu após o falecimento do primeiro marido, que menos de dois anos depois teve sua posição ocupada por Godofredo da Lorena. O fato aqui é a incongruência de proposições. Como já tomamos ciência do tipo de política que o duque quisera aplicar à casa toscana, seguimos afirmando que a viúva de Bonifácio não compactuava com esse direcionamento, uma vez que o mesmo descaracterizaria o legado que fora construído pelos antepassados canossanos. Para evitar que isso se efetivasse, Beatrice se empenhou não em retomar completamente o que havia sido deixado e efetivado por Bonifácio, mas em garantir que a posição de poder local que a casa de Canossa galgara no norte da Itália fosse consumida por

¹⁸⁴ Como dito em oportunidades anteriores, não nos pautamos apenas em descendência e parentesco por consanguinidade, uma vez que, na data do concílio de Mântua, quem respondia pelo marquesado da Toscana era a duquesa Beatrice, viúva do marquês Bonifácio e que não tinha ‘sangue’ canossano e seu marido atual, o duque da Lorena, Godofredo. Se estabelecêssemos parâmetros de descendência direta para assegurar a legitimidade do governante, esse período poderia ser visto então, como uma entressafra entre a terceira e quarta geração, o que para nós não faz muito sentido, uma vez que a quantidade de significativos episódios que tiveram seu marco nessa época e que contou com a ampla participação da casa de Canossa, não podem ser ignorados.

¹⁸⁵ O abade Guido de Pomposa (1008-46) pede à Bonifácio que não pratique mais a venda de igrejas e aplica-lhe punição. Pedro Damiano também já havia alertado o marquês sobre tais práticas. Ver: DONIZONE. *Vita di Matilde di Canossa...* p. 101.

uma política exterior. Quando fica viúva novamente, em 1069, já conta com o auxílio de Matilda na gestão dos domínios, porém estes ainda se encontram ameaçados pela sombra lorenense – como vimos no capítulo anterior – uma vez que a morte de Godofredo abriu espaço para uma dupla investida simultânea por parte de seu herdeiro homônimo: Godofredo, o esposo de Matilda, com a morte do pai, assume o ducado da Alta e Baixa Lorena e conseqüentemente, arroga o marquesado da Toscana. Não podemos precisar se seu intuito era dar continuidade à política do seu genitor, mas certamente não se empenharia em seguir o governo característico de sua sogra e/ou esposa.

Por fim temos Matilda, que apesar de governar com a mãe por certo tempo, após a morte desta, em 1076, dá início a uma individual e longa gestão de trinta e nove anos, sendo caracterizada por sua tenacidade e poder de decisão frente a diversos contratemplos e infortúnios ocorridos nesse período. Por isso identificamos os quatro governos como diferentes. Ainda que Matilda estivesse em conformidade com a política aplicada por Beatrice em vida, o fato de ter comandado os domínios canossanos sem nenhuma interferência interna a partir de 1076 até sua morte, em 1115, nos permite visualizar de maneira mais aberta as características de sua gestão à frente de uma das maiores fortunas fundiárias do norte da Itália medieval.

3.3 Características e sequência de alguns pontificados reformistas onde a proximidade dos Canossa nas questões da ‘Alta Política’ se torna mais evidente

Certa vez, voltando de Verdun, passando por Liège, o papa Leão IX conheceu o arcebispo de Saint-Laurent, Frederico. A empatia entre eles foi imediata e motivo mais que suficiente para que o pontífice levasse o religioso consigo para a Itália em 1051¹⁸⁶. Foi considerado um homem piedoso, apesar de ser um papa combativo militarmente; sobretudo porque foi no tempo em que permaneceu sob a coroa papal que se deu uma maior incidência de normandos no sul da Itália, ocupando principalmente a Calábria e Cápua. O problema se agravou quando eles

¹⁸⁶ GLAESNER, Henri. **Un mariage fertile en consequences:** (Godefroid le Barbu et Béatrice de Toscane). In: *Revue d'histoire ecclésiastique*, 1947, p. 379.

entraram em combate com os habitantes da região, matando-os, saqueando suas propriedades e as das igrejas. Afim de tentar controlá-los, o papa foi pedir o auxílio do imperador, para que esse lhe fornecesse suporte bélico

Depois que o papa tinha feito muitas queixas sobre os atos de violência e as injúrias perpetradas pelos Normandos, que detinham as propriedades de São Pedro por força, contra sua vontade, o imperador atribuiu uma força militar para ajudá-lo a expulsá-los de lá. (...) Subsequentemente, contudo, depois de muitos deles se apressaram para a terra fértil e sua força aumentada, fez guerra aos nativos e oprimiram-nos; eles usurparam para si um domínio injusto; eles arrebataram pela força dos herdeiros legítimos seus castelos, estados, aldeias, casas, até mesmos suas esposas, de acordo com sua vontade; eles saquearam as propriedades da igreja; finalmente eles jogaram em confusão, na medida em que a sua força lhes permitiu, todas as leis divinas e humanas e na verdade eles não se submetiam nem ao papa nem ao imperador, apenas pagando hipocrisia a eles¹⁸⁷.
(tradução nossa)

Durante o pontificado de Leão IX, diversos sínodos foram realizados; não só na Itália, mas em países como a França e a Alemanha. Estes discutiam a simonia e o nicolaísmo praticado no interior da igreja. Por conta de um sonho que colocava seu papel de líder espiritual em evidência, o papa realizou também um concílio em Mântua, retornando da Hungria, em 1053. Isso mostra que, por toda essa extensão geográfica, da Hungria a Roma, o ponto de referência de realização desse tipo de assembleia foi os domínios – ou para ser mais preciso, a ‘capital’ – canossanos. No entanto, nem o peso social que tem um concílio ou a presença de um papa, por si só, garantiam o bom andamento, tampouco a finalização desta assembleia.

¹⁸⁷ *After the pope had made many complaints about the acts of violence and the injuries perpetrated by the Normans, who held the property of St Peter by force against his will, the emperor assigned a military force to help him to expel them from there. (...) Subsequently, however, after very many of them hastened to the fertile land and their strength increased, they made war on the natives themselves and oppressed them; they usurped for themselves an unjust dominion; they snatched by force from the lawful heirs their castles, estates, villages, houses, even their wives, according to their will; they plundered the property of churches; finally they threw into confusion, as far as their strength enabled them, all the divine and human laws and indeed they submitted neither to the pope nor to the emperor, merely paying lip-service to them.* ROBINSON. Ian S. **Eleventh-century Germany**... p. 93-4.

Retornando para a Itália, portanto, ele [Leão IX] decidiu realizar um concílio em Mântua, mas ele foi lançado em desordem por uma facção de bispos que temiam a gravidade de seu justo julgamento. Os homens de seus séquitos, fomentadores de crime, provocaram um repentino tumulto contra o cortejo do senhor papa (...). Eles tentaram derrubar seus servos diante de seus olhos, que foram desarmados e fugiram com ele para o refúgio e dirigiram-se para trás das portas da igreja, para impedi-los de encontrar segurança lá, de modo que uma tempestade de flechas e pedras voou sobre a cabeça do santo homem e feriu alguns homens que desejavam defendê-lo com suas vestes. Por causa deste tumulto, que foi sufocado com extrema dificuldade, o concílio não procedeu com o mesmo rigor com o qual começou¹⁸⁸. (tradução nossa)

Isso aconteceu no ano de 1053, depois da Páscoa, posterior à realização de um sínodo por Leão em Roma. Os invasores prometeram submissão à Sé, mas após exigências feitas pelo papa, que reivindicava propriedades da igreja que haviam sido rapinadas, e vendo que eram mais numerosos do que o exército que o sumo pontífice conseguira angariar, rejeitaram as propostas e disseram que preferiam lutar. Não há como declarar guerra abertamente ao papado – e consequentemente ao império – sem sofrer as consequências desses atos, por alguns pontificados futuros.

O ano de 1054 não fora marcado somente pela morte de Leão IX, mas também, pela cisão definitiva – e até agora irrevogável – entre a igreja latina e a igreja ortodoxa oriental¹⁸⁹. Depois de sua morte, mais um bispo germânico ascendeu ao trono papal: o prelado Gebhard de Eichstädt, recebendo, em 1055, o nome de Vitor II. Apesar de também empunhar a bandeira reformista, seu pontificado de dois anos não lhe permitiu grandes realizações. Em 1057, no entanto,

¹⁸⁸ *Return to Italy, therefore, he decided to hold a council in Mantua, but it was thrown into disorder by a faction of bishops who feared the severity of his just judgement. The men of their households, fomenters of crime, provoked a sudden tumult against the household of the lord pope (...) They tried before his eyes to strike down his servants, who were disarmed and fleeing to him for refuge and to drive them back from the doors of the church, to prevent them from finding safety there, so that a storm of arrows and stones flew about the head of the holy man and wounded some men who desired to defend him with their garments. Because of this tumult, which was quelled with extreme difficulty, the council did not proceed with the same rigour with which it had begun.* The life of Pope Leo IX. ROBINSON, Ian S. **The papal reform of the eleventh century...** p. 145.

¹⁸⁹ ALBERIGO, Giuseppe. **Historia de los concilios ecuménicos...** p. 159.

eis que o pontífice escolhido é o abade de Montecassino, Frederico da Lorena, então chamado de Estevão IX. Este religioso, diferindo dos papas anteriores de origem germânica ou mesmo romana, era lorenense, irmão do duque Godofredo da Lorena, segundo esposo de Beatrice da Toscana. Por ser bem próximo do papa Leão e seu chanceler, além de cardeal romano, dispunha de distinta reputação, porém, sua eleição ocorreu de maneira apressada, sem que a corte germânica pudesse ser avisada de antemão, ou mesmo consultada. Ou seja, não foi uma escolha realizada nos moldes tradicionais, com o aval do império.¹⁹⁰

A entronização de Estevão IX que tinha ocorrido, como dissemos, em condições muito excepcionais, havia revelado com uma nova luz o prelado que muitos dos italianos tinham inicialmente considerado como um apoiante ou apoio do imperialismo. Ele havia criado em torno dele uma corrente de simpatia que incluía Godofredo, irmão do pontífice, por sua vez beneficiado; começamos a olhar para ele, também, como um instrumento que pudesse utilmente servir para enfraquecer a autoridade gradualmente imperial¹⁹¹. (tradução nossa)

Apesar de todas as promessas embutidas na eleição de Estevão – tanto por sua origem aristocrática, quanto por ter sido abade da notável Montecassino – seu pontificado foi curto: teve fim com sua morte, em 29 de março de 1058. Porém, como papa *reforçou a esfera de influência papal controlando Montecassino e a terra sancti Benedicti, e também os arcebispados de Benevento e Salerno*¹⁹²; além de, como seu irmão Godofredo, afirmar seu posicionamento contra os Normandos. Realizou a nomeação de Pedro Damiano como *bispo cardeal de Ostia*, além de ter decretado que não deveria *haver nenhuma eleição até Hildebrando retornar. Estevão sabia que Hildebrando não permitiria a nobreza romana controlar a eleição de seu sucessor, e que ele daria a Godofredo uma voz forte.*¹⁹³ Além de

¹⁹⁰ CANTARELLA, Glauco M. **L'imortale Matilde di Canossa**. In: CALZONA, Arturo. *Matilde e il tesoro dei Canossa tra castelli, monasteri e città*. Milano: Silvana Editoriale, 2008, p. 60.

¹⁹¹ *L'intronisation d'Étienne IX qui s'était opérée, nous l'avons dit, dans des conditions tout à fait exceptionnelles, avait fait paraître sous un jour nouveau ce prélat que bien des Italiens avaient pu d'abord regarder comme un partisan ou un soutien de l'impérialisme. Il s'était créé autour de lui un courant de sympathie dont Godefroid, frère du pontife, bénéficiait à son tour; on commençait à le regarder, lui aussi, comme un instrument dont on pourrait se servir utilement pour affaiblir peu à peu l'autorité impériale.* GLAESNER, Henri. **Un mariage fertile en conséquences...** p. 403.

¹⁹² STROLL, Mary. **Popes and antipopes...** p. 65.

¹⁹³ *Ibidem*, p. 66.

conferir à Hildebrando honras e responsabilidades de um ‘sucessor’ temporário do trono pontifício, ainda pensou em como colaborar com a política do irmão. No entanto, podemos considerar que Estevão foi o último papa eleito que não concorreu ao trono papal com outro reclamante simultâneo. O sucessor de Estevão foi escolhido a partir de uma disputa com outro papa, abrindo caminho para uma série de cismas ocorridos ao longo das eleições papais.

Deixemos um pouco de lado os feitos característicos do pontificado de Estevão e vamos partir para algo que o envolve mas que diz respeito também à outros personagens e conjunturas. Quando o abade Frederico, de Montecassino é eleito papa, seu irmão já se encontra casado com uma marquesa e duquesa do norte da Itália e, portanto, está em vias de implantação da política da Alta e Baixa Lorena nessa localidade. A escolha de Frederico como Sumo Pontífice romano – no interior da Itália – invariavelmente seria útil para os projetos de Godofredo. É um particular e bem definido ponto de ligação entre papado e a casa de Canossa. Talvez seja seu início. Porém vemos que essa relação perdura por muitos anos e pontificados.

Não menos importante é o fato de que os dois sucessores subsequentes de Estevão também são originários de dioceses localizadas no interior das possessões canossanas. Não entendamos esse vínculo, porém, como uma situação que coloca a casa de Canossa à serviço do papado, tal qual apresentam alguns autores; É o trono pontifício, nas pessoas de seus ocupantes, que depende do marquesado toscano, sua influência, gerência e subsídio. As colocações dão margem para interpretação contrária, é verdade. Mas os domínios de Beatrice não se apresentam como uma espécie de vassalo do trono papal. Os movimentos executados por essa família aristocrata e que beneficiam o papado tem, por finalidade, atender a seus próprios interesses, inseridos na dinâmica de manutenção da ordem das dependências dessa circunscrição administrativa. O elo se inicia com Godofredo/política lorenense e Estevão IX/papado. Canossa é incluída por tabela. Porém, com o passar do tempo e a dissociação do governo toscano do de Godofredo, poderemos perceber que a relação com a família de Matilda se manteve ainda bem próxima.

No início do ano (1059) após a morte de Estevão, um Concílio geral para analisar a nomeação de seu sucessor foi convocada em Siena, que estava incluída no Marquesado de Beatrice.

A Condessa e sua filha estavam presentes nas deliberações, que eram da mais harmoniosa natureza. A nomeação do Bispo de Florença proposta por Hildebrando, e que tinha recebido a aprovação do Governo Imperial, foi saudada com entusiasmo, e ele foi aceito sem um voto de discordância¹⁹⁴. (tradução nossa)

Vemos aqui, uma assembleia da importância de um concílio geral, convocada para decidir a escolha de um novo pontífice, ser realizada no interior do território canossano. Dois pontos aqui, de fato, são importantes: a relevância de um concílio para a prática cristã e, igualmente, a pertinência do lugar escolhido para o acontecimento. Já em 1059, o destaque da família do norte da Itália se mostra presente. Se quisermos apresentar o argumento de que a escolha do local, como sendo de propriedade da casa de Canossa/Lorena, se deu por configurar em um território ‘neutro’, daí podemos chegar, basicamente, a duas conclusões: a primeira, a de que, mesmo que representasse um domínio isento de influência, fosse do papado romano ou da corte imperial germânica, esta família aristocrática desempenhava um terceiro poder, autônomo. Em segundo lugar, se a primeira opção – excluindo propriedades eclesiásticas e imperiais – para receber um evento dessa natureza fazia parte do marquesado toscano, podemos supor que, para as pessoas envolvidas na organização e na deliberação do concílio, os Canossa não tinham ‘concorrentes’ equivalentes em nível de poder e influência. O concílio não teve como finalidade apenas destacar um nome para sucessor de Estevão IX; esta assembleia, realizada em Siena também o elegeu. Não foi Roma o berço da sua nomeação, como era de se esperar, foram os domínios canossanos os escolhidos para receber tal decisão. Nem mesmo outras localidades foram citadas como possibilidades; a escolha de Siena parecia ser a mais conveniente.

O sucessor de Estevão IX, Nicolau II, apesar de ter permanecido também por pouco tempo como sumo pontífice – até 1061 – têm, em sua trajetória, marcos de alguns acontecimentos significativos para a realidade da época. Sua

¹⁹⁴ *Early in the year (1059) following Stephen's death, a general Council to consider the appointment of his successor was convened at Siena, which was included in the Marquisate of Beatrice.*

The Countess and her daughter were present at the deliberations, which were of a most harmonious nature. The nomination of the Bishop of Florence proposed by Hildebrand, and which had received the approbation of the Imperial Government, was hailed with enthusiasm, and he was accepted without a vote of dissent. HUDDY, Mary E. **Matilda, Countess of Tuscany**... p. 67-8.

própria eleição não se deu de maneira tranquila, pois, seu nome não era um consenso entre os fiéis e religiosos, que foram deixados ‘órfãos’ quando seu antecessor morrera no ano de 1058. Houve uma perturbação causada por um grupo formado por uma parcela do povo romano que encabeçado pelos condes de Galeria e de Túsculo, elegeram o cardeal de Velletri, chamado João, atribuindo-lhe o nome pontifício de Bento X. No entanto, o futuro Nicolau II contava com a simpatia e apoio de personagens que igualmente desfrutavam de poder de convencimento e imposição tanto quanto os aristocratas citados acima. O bispo de Florença foi o escolhido de Hildebrando de Soana, de Godofredo de Lorena – nesse período também detentor do título de margrave da Toscana, por conta de seu matrimônio com Beatrice, em 1054 e que, portanto, era o senhor sobre os domínios dos quais o episcopado dele fazia parte – e dos Normandos representados por seu príncipe Ricardo de Cápua¹⁹⁵. Notemos aqui que os Normandos, que não contavam com a simpatia de Estevão IX, tampouco de seus antecessores, agora figuravam do mesmo ‘lado’ que seu irmão, Godofredo. Como veremos, as relações que se estabelecem, os acordos firmados ou as parcerias não são vitalícias. Cada personagem se movimenta entre seu círculo social da maneira que mais lhe favorece política e socialmente. Foi inclusive durante o pontificado de Nicolau que uma aliança com os normandos, sabidos inimigos dos romanos, foi estipulada.

A associação oriunda do casamento de Godofredo com Beatrice logo se estabeleceu como um notável foco de poder, fazendo com que o apoio de ambos fosse desejado por muitos. Talvez a primeira demonstração de como o suporte que os duques poderiam oferecer era realmente significativo foi a contrapartida dada pelos religiosos reformadores, que elegeram como Papa – sem o aval do império Germânico, como era costumeiro – o irmão de Godofredo, Frederico da Lorena, então denominado em 1057, Papa Estevão IX. Essa decisão originou-se no partido de reformadores Romano, que precisava angariar apoiadores suficientemente capazes de fazer frente aos grupos inimigos que insistiam em não acatar suas decisões

Os sucessores de Estevão IX eram ambos bispos Toscanos – Gerard de Florença, subsequentemente Papa Nicolau II (1058-

¹⁹⁵ RUST, Leandro Duarte. ‘Colunas de São Pedro’ ... p. 170.

61) e Anselmo I de Lucca, subsequentemente Papa Alexandre II (1061-73) – que, como papas, conservaram suas sés na Toscana e suas estreitas conexões com Margrave Godofredo. A aliança entre a reforma do papado e a casa de Canossa-Lorena sobreviveu a morte do Margrave Godofredo (1069) e tornou-se ainda mais forte quando o ofício de margrave foi exercido por Beatrice de Toscana e sua filha Matilda, tanto a quem foram dedicadas apoiantes de Gregório VII¹⁹⁶. (tradução nossa)

O fragmento acima traz informações relevantes acerca de datas e personagens que devemos observar. Porém, há igualmente outro fator que não pode ser ignorado e se encontra na maneira utilizada pelo autor para estruturar seu texto. Quando Ian Stuart Robinson aponta ‘a casa de Canossa-Lorena’, colocada nesses termos, como se representasse uma unidade, seu posicionamento se apresenta de forma contrária àquele defendido por nós. Não havia uma coligação das duas casas. Como já dito, Godofredo quis incorporar os domínios canossanos aos seus, e Beatrice, por sua vez, foi seguindo por outra direção. Que os dois cônjuges tinham uma relação, sim; que houve uma coalizão das possessões de forma tranquila e naturalmente dada, não. Outrossim, dizer que esta hipotética aliança ‘sobreviveu à morte do Margrave Godofredo’, é ignorar a existência e a atuação após a sua morte de Godofredo, “o Corcunda”. Da forma como está posta, a afirmação carrega a impressão de que Beatrice e Matilda foram as herdeiras materiais e conceituais do duque da Lorena.

Ter presenciado a ascensão de bispos toscanos ao papado poderia não ter significado nada para os condes da Toscana. No entanto, na decisão de manter suas sedes espirituais nos domínios dos Canossa, enxergamos mais do que simples saudosismo ou vontade de manter laços afetivos com suas origens. Tanto Alexandre como Nicolau mantiveram vínculos simultaneamente com dois episcopados. Prática considerada ilícita. Mesmo quando foram bispos de Roma, continuaram sendo bispo de Florença (Nicolau) e de Lucca (Alexandre). Foram estas decisões,

¹⁹⁶ *Stephen IX's successor were both Tuscan bishops – Gerard of Florence, subsequently Pope Nicholas II (1058-61) e Anselm I of Lucca, subsequently Pope Alexander II (1061-73) – who, popes, retained their sees in Tuscany and their close connection with Margrave Godfrey. The alliance between the reform papacy and the house of Canossa-Lotharingia survived the death of Margrave Godfrey (1069) and became even stronger when the office of margrave was exercised by Beatrice of Tuscany and her daughter Matilda, both of whom were devoted supporters of Gregory VII.* ROBINSON, Ian S. **The papal reform of the eleventh century**... p. 10.

portanto, políticas. Não desejavam se desligar do condado de Canossa. Conservar um elo com aristocratas que tinham poder para defender seus interesses e proteger seu pontificado gerava, como contrapartida, uma aproximação que conferia prestígio e benefício para ambas as partes.

O fato de Nicolau ter sido o escolhido para o trono papal não significou aceitação dos personagens que se opuseram anteriormente à escolha de seu nome. Seu pontificado não seguiu em quietude, tendo ele que lidar, até o fim da vida, com tenazes investidas e ameaças por parte dos romanos inimigos, por exemplo. Para tornar sua permanência no papado um pouco mais tranquila e para fazer frente a seus opositores, o papa toma a decisão de se associar aos os Normandos, conhecidos inimigos da Santa Sé. Essa aliança se estabeleceu a partir do enfeudamento dado por Nicolau a dois príncipes Normandos (Ricardo de Cápua e Roberto Guiscardo) sobre terras que eles tinham conquistados. *A cabeça da cristandade uniu forças com a maior potência militar da época. Simultaneamente, a reforma papal adquiriu suserania ao longo de todo o sul da Itália e jurisdição eclesiástica sobre os territórios Arábicos e Bizantinos que já tinham sido atribuídos à igreja Oriental*¹⁹⁷. Essa parceria estabelecida com os Normandos foi o que deu segurança ao papa para tomar uma atitude tão brusca em relação ao grupo de famílias aristocratas romanas que sempre se envolveu com questões eclesiásticas. Vejamos.

Não houve um perdão concedido aos Normandos por tudo¹⁹⁸ que eles fizeram contra o papado e parte dos sulistas italianos no passado; é um claro acordo

¹⁹⁷ *The head of Christendom had joined forces with the strongest military power of that era. Simultaneously, the reform papacy gained suzerainty over all of southern Italy and ecclesiastical jurisdiction over those Arabic and Byzantine territories that had previously been assigned to the Eastern church.* WEINFURTER, Stefan. **The salian century: Main currents in an age of transition.** University of Pennsylvania Press: Philadelphia, 1999, p. 117.

¹⁹⁸ A partir da primeira década do século XI, os normandos passaram a habitar o sul da península. Inicialmente sua presença era bem quista pelos habitantes dessas paragens, já que um grupo de peregrinos havia ajudado os moradores de Salerno contra os sarracenos. Com o passar do tempo, os normandos foram expandindo seu lugar de ocupação, nem sempre de maneira pacífica. Em 1027, receberam a autorização do imperador Conrado de se instalarem no sul da Itália, uma vez que sua presença era vista pelo soberano como um possível contrapeso à presença bizantina. Durante o século XI, a existência desse grupo é sempre mencionada por estar ligada às questões políticas e personagens fundamentais do período. Alguns senhores normandos foram investidos pelo imperador Henrique III com possessões e terras, um dos fatores que aumentaram seu poder e influência, já se aliaram com Bonifácio, ou mesmo com Godofredo. Entraram em conflito com Leão IX, posteriormente ganharam a antipatia de Frederico da Lorena. Num outro momento o Papa Nicolau II recorreu ao auxílio desses. Enfim, são só alguns exemplos úteis para ilustrar a participação normanda no medievo italiano do século XI.

de conveniência. Enquanto o papa permite que eles se apropriem formalmente das terras que haviam pilhado, recebe, em contrapartida promessa de fidelidade e proteção. Aqui, o papado – mais representativo símbolo da cristandade ocidental da época – recorre à ajuda de um grupo de laicos, que não comungavam da fé cristã, até então, para lhe ajudar. Esse grupo, por sua vez não pode receber bens materiais em troca, mas compreende-se que ter uma legitimidade conferida pelo sumo pontífice tem um grande peso social.

No concílio de Latrão, realizado em abril de 1059 e convocado com a finalidade de estabelecer uma normativa quanto às futuras eleições papais – tomando como exemplo a sua própria conturbada nomeação; sabendo poder contar com o respaldo dos Normandos, promulga a *In Nomine Domini*¹⁹⁹; uma bula papal que conferia a um colégio de cardeais a decisão sobre a escolha dos ocupantes do posto pontifício:

Entrementes Nicolau II, que agia em pleno acordo com o [...] movimento reformador sempre mais forte, no curso de um concílio havia emitido um decreto sobre a eleição dos papas, que, [...] excluía no modo mais absoluto os laicos deste ato²⁰⁰.
(tradução nossa)

Os laicos ‘excluídos’ da participação de tão importante escolha, certamente não englobavam todos aqueles que não seguiam uma carreira religiosa. Há que se prestar atenção nos recortes que as colocações permitem: esses laicos diziam respeito àquela parcela de aristocratas romanos que por muito tempo se envolvia e interferia nesse tipo de decisão. O imperador da Germânia, contudo, não fazia parte desses excluídos. Se assim fosse, os acontecimentos seguintes não teriam se apresentado com as conhecidas configurações. Expliquemos: se houve uma “crise” durante um determinado período no seio da regência imperial, ela se deu, sobretudo, pelos ajustes que foram feitos por conta das mudanças sucessivas à morte de Henrique III – como o episódio de Kaiserswerth²⁰¹, onde o herdeiro do

¹⁹⁹ RUST, Leandro Duarte. ‘Colunas de São Pedro’ ... p. 172.

²⁰⁰ *Nel frattempo Niccolò II, che agiva in pieno accordo con il [...] movimento roformatore sempre più forte, nel corso di un concilio aveva emanato un decreto sull'elezione dei papi, che, [...] escludeva nel modo più assoluto i laici da questo atto.* GOLINELLI, Paolo. **Matilda e i Canossa**... p. 146.

²⁰¹ WEINFURTER, Stefan. **The salian century**... p. 118-9.

trono imperial, sem idade necessária para ocupar o posto, é sequestrado dessa ilha pelo arcebispo Anno de Colônia – e não porque a cúria romana não mais reconhecia a legitimidade do poder da corte germânica. Aliás, o que aconteceu na referida ilha germânica precisa ser melhor exposto, uma vez que abrigou manobras e ações que alteraram significativamente os rumos do império germânico e conseqüentemente, do que mantinha alguma conexão com este, fossem pessoas, relações sociais ou localidades.

3.4 Um arcebispo em vias de gestão temporal

Ainda que fosse arcebispo de uma região localizada em território germânico e que, portanto, esperava-se que fosse um partidário do governante imperial, Anno de Colônia, buscava não se opor ao papado romano de maneira tão incisiva: *“Uma vez que o papado era o principal patrono da igreja de Colônia, Anno tinha um motivo para evitar polêmica entre o papado e a igreja imperial. Especula-se que sua preocupação mais do que um compromisso com os ideais da reforma regiam sua conduta”*.²⁰² Temos também, nesse período, o surgimento da *pataria*, movimento de religiosos que ansiava por – resgatando a conduta ascética dos apóstolos de Cristo – dizimar a simonia e o concubinato; desejo esse que ia no coração de muitos religiosos, como o abade Hildebrando da próspera igreja de S. Paulo fora dos muros, que empreendia esforços nesse sentido, sendo um exímio porta-voz papal em tais questões, viajando e disseminando estas convicções; e o bispo milanês Anselmo, nomeado bispo de Lucca, que apesar de um início de vida religiosa ligada à corte Germânica, com o passar do tempo, se aproximou mais da igreja romana, sobretudo do papa e da família dos Canossanos. O próprio Pontífice buscava uma maior autonomia por parte do clero romano. Nesse mesmo período quando o Imperador Henrique III falece, em 1056, deixa o reino da Germânia a ser governado pela viúva, Imperatriz Agnes, uma vez que seu filho, Henrique IV não possuía maioria legal para assumir o posto.

²⁰² *Since the papacy was the principal patron of the church of Cologne, Anno had a motive for avoiding controversy between the papacy and the imperial church. It is speculated that this concern more than a commitment to the ideals of the reform governed his conduct.* STROLL, Mary. **Popes and antipopes...** p. 206.

Porém, há a intervenção de um membro externo à família real que modifica o curso dos acontecimentos. Anno, o arcebispo de Colônia, que era *o mais poderoso entre os prelados do tempo*²⁰³; uma força que não podia, nem queria ser ignorada

Enquanto isso os arcebispos, bispos, abades, duques e condes da Germânia realizaram uma assembleia em que eles decidiram que a imperatriz deveria, doravante, viver afastada. Eles julgaram inapropriado que o reino deva ser sujeitado a um governante feminino, em primeiro lugar, porque ela era uma freira e era impróprio para ela preocupar-se com assuntos seculares, em segundo lugar, porque seu senhor parecia ter atingido a maturidade. Eles determinaram por consenso geral de que o venerável Arcebispo Anno de Colônia deveria exercer o governo para o rei e a rainha e, destituindo Wilbert, eles fizeram Gregório de Vercelli chanceler do reino italiano²⁰⁴. (tradução nossa)

Não podemos perder de vista, no entanto, que se trata de um texto produzido vinte anos depois do ocorrido. Outros autores relatam, porém, que a Imperatriz fora regente por certo tempo, uma vez que há um hiato entre a morte de Henrique e o golpe operado por Anno. Ter a vontade de assumir o posto imperial e empreender um sequestro para tanto é bem diferente de ocupar essa posição pela falta de força e domínio de alguém que era a sucessora por direito, ou ao menos a tutora legal do trono, como era o caso de Agnes. Ainda assim, mesmo com a existência de uma imperatriz regente, o arcebispo de Colônia aceita de bom grado a sugestão e escolha dessa assembleia, e passa a se articular no sentido de colocar em prática sua ocupação – provisória – de regente imperial.

Anno II mudou-se para preencher o resultante vácuo de poder com um novo tipo de suserania, chefiada pelo metropolitano de Colônia. Através de engenhosa concessão de feudos eclesiásticos e defesas, ele conseguiu trazer a nobreza regional, em uma

²⁰³ *the most powerful amongst the prelates of the time.* DUFF, Nora. **Matilda of Tuscany**... p. 93.

²⁰⁴ *Meanwhile the archbishop, bishops, abbots, dukes, and counts of the Germany held an assembly in wich they decided that the empress should henceforward live in retirement. They judged it unfitting that the kingdom should be subject to a female ruler, firstly because she was a nun and it was unbecoming for her to concern herself with secular affairs and, secondly, because their lord seemed to have reached maturity. They determined by general agreement that the venerable Archbishop Anno of Cologne should exercise the government for the king and queen and, deposing Wilbert, they made Gregory of Vercelli chancellor of the Italian kingdom.* SUTRI, Bonizo of. **“Book to a friend”**... p. 208-9.

relação de dependência à autoridade arquiépiscopal²⁰⁵. (tradução nossa)

O arcebispo não somente contava com a simpatia e o apreço de parte da aristocracia germânica; ele conseguiu esse vínculo através da concessão de bens, tornando-a dependente de sua autoridade não pelo simples reconhecimento desta em si, mas por conta da ‘troca’ de favores.

Um segundo instrumento importante consistiu no colégio de priores de Colônia, que foi documentado pela primeira vez em 1061. Os reitores dos canonicatos em Colônia e seus arredores estavam unidos no mais ilustre conselho consultivo do arcebispo, nomeado o colégio dos priores; uma vez que as vagas para esses ofícios de reitor foram preenchidas exclusivamente com membros da aristocracia Renana, a nobreza se tornou subserviente a ambições políticas do arcebispo neste nível também²⁰⁶. (tradução nossa)

Ele escolheu, com razoabilidade e prudência os integrantes de um grupo que ficaria próximo de si por conta de sua função conselheira; ou seja, Anno se cercou de personagens, dotados de relevância social, para que o poder e a possível influência dos mesmos permanecessem atreladas ao seu governo, obviamente em posição subordinada. *Um terceiro componente de sua autoridade episcopal só veio a ser concretizado no final do seu mandato, quando ele fundou um mosteiro reformador no Siegburg.*²⁰⁷ A fundação do mosteiro, tem para Anno, a finalidade de deixar sua marca em uma edificação para a posteridade. Atrelar seu nome a uma construção religiosa na posição de fundador, talvez tenha mais relevância póstera do que quando ainda vivia. Em linhas gerais, o arcebispo, ao ocupar o posto de regente germânico, lançou mão das prerrogativas que a posição lhe permitia de

²⁰⁵ Anno II moved to fill the resulting power vacuum with a new type of suzerainty headed by the metropolitan of Cologne. By cleverly granting ecclesiastical fiefs and advocacies, he managed to bring the regional nobility into a dependent relationship to the archiepiscopal authority. WEINFURTER, Stefan. **The salian century**... p.125.

²⁰⁶ A second important instrument consisted of the Cologne college of priors that was first documented in 1061. The provosts of the canonries in Cologne and its vicinity were united in the archbishop's most distinguished advisory council, named the college of priors; since vacancies for these provost offices were filled exclusively with members from the Rhenish aristocracy, the nobility became subservient to the archbishop's political ambitions on this level as well. Idem.

²⁰⁷ A third component of his episcopal authority only came to fruition toward the end of his tenure when he founded a reform monastery on the Siegburg. Idem.

modo a assegurá-la por meio de alianças e lealdades adquiridas em troca de bens materiais, cargos de confiança e atenção às necessidades daqueles que se dedicam ao 'Alto'. E ele atingiu três esferas diferentes, com pesos diferentes, mas ainda assim, todas fazem parte de um tripé que é ligado à sua posição de maneira dependente. Os beneficiados dependem das benesses ofertadas por Anno, que por sua vez, depende da fidelidade desses indivíduos.

Já dissemos em oportunidades anteriores que, um indivíduo com certo destaque social, sempre tem em volta de si, uma rede de outros simpatizantes e dependentes, que habitualmente seguem as escolhas de seus superiores. Com a morte de Nicolau II, em 1061, a eminência da escolha do sucessor inflamou alguns grupos da sociedade, como veremos adiante. O falecido pontífice havia determinado que um grupo de cardeais poderia ser responsável pela escolha do novo papa, e assim o fez; porém, um grupo de aristocratas romanos, acreditando que a decisão deveria ser tomada pelo soberano germânico, elenca outro religioso para o posto, dando início a um cisma longo e desgastante no interior da igreja romana.

Em 1062, quando Henrique IV ainda era uma criança de onze anos, esteve certa vez, no palácio de Kaiserswerth. O arcebispo de Colônia, então, se desloca para lá, por via marítima consciente do encontro. Em determinado momento, o religioso, ajudado por colaboradores, incluindo aristocratas germânicos, que estavam cientes de suas intenções, coloca o menino no barco e o rapta.

Entre 1062-1064 ele [Anno] tinha quatro objetivos: enriquecer sua igreja, avançar sua família, educação (condicionamento) do rei, e reverter o comprometimento da regência para Cádalo. Adam de Bremen, um de seus principais críticos, reconheceu que o governo da imperatriz foi um desastre, e que os príncipes mudaram-se para parar o declínio, mas ele disse que embora Adalberto de Bremen e Anno fingiram restaurar a paz, seus corações lutavam em ódio mortal. Adalberto recuou e jurou fidelidade ao rei, Adam afirmou, mas Anno, de caráter terrível, estava sempre no meio das conspirações. Conhecido por sua

avareza, ele corrompeu sua igreja, e exaltou seus parentes e amigos²⁰⁸. (tradução nossa)

Enquanto estava às voltas com o sequestro do menino Henrique, futuro imperador e envolvido intimamente com o cisma eclesiástico, que esperava-se que ele resolvesse, Anno ainda encontrava tempo para expandir seu raio de atuação e a visibilidade da arquidiocese de Colônia: se empenhou consideravelmente em reivindicar para Colônia a ‘guarda’ do monastério de Malmedy, que então era controlado pela abadia de Stavelot. E mesmo com o apoio, desejo e consentimento dos religiosos a quem pertencia essa edificação, Anno não deteve a jurisdição por mais de nove anos. Sua intenção era, de posse do mosteiro, conservar igualmente direitos sobre as relíquias de São Agilulfo – que havia sido abade de Colônia – e transferi-las para seu ambicioso projeto arquitetônico da igreja de St. Maria *ad gradus*. A finalidade não era outra senão obter vitória sobre Stavelot e prestígio para St. Maria, e conseqüentemente para Colônia – ou para si mesmo.²⁰⁹ O desejo de deter as prerrogativas sobre as relíquias de determinado santo era prática comum no seio da sociedade medieval. No entanto, Anno, carrega certas particularidades, uma vez que não restringiu sua busca pela aquisição de restos mortais àqueles pertencentes a seres beatificados. Em março de 1063, Anno retira as relíquias da condessa Richeza, neta de Oto II, de Brauweiler, à oeste de Colônia e leva-as para a igreja que havia construído e à qual desejava atribuir elevado prestígio, St. Maria *ad gradus*. Além disso, tomou para esta diocese, vinhedos que haviam pertencido à aristocrata e que já tinham sido destinados para o monastério onde havia sido enterrada e do qual era patronesse.

²⁰⁸ *Between 1062-1064 he had four objectives: enriching his church, advancing his family, educating (conditioning) the king, and reversing the regency's commitment to Cadalus. Adam of Bremen, one of his chief critics, acknowledged that the empress's rule was a disaster, and that the princes moved to stop the decline, but he said that although Adalbert of Bremen and Anno feigned to restore peace, their hearts fought in mortal hate. Adalbert backed off and swore fidelity to the king, Adam asserted, but Anno, of dreadful character, was always in the middle of the conspiracies. Known for his avarice, he corrupted his church, and exalted his kinsmen and friends.* STROLL, Mary. **Popes and antipopes**... p. 176-7.

²⁰⁹ ROTONDO-McCORD, Jonathan. **Body snatching and episcopal power: Archbishop Anno II of Cologne (1056-75), burials in St Mary's *ad gradus*, and the minority of King Henry IV.** In: *Journal of medieval history*. Vol. 22, nº. 3, 1996, p. 305.

O caso mais emblemático de traslado de relíquias para St. Maria *ad gradus*, no entanto foi o de Conrado, que havia sido nomeado duque da Bavária por Henrique III, mas que posteriormente teve o título retirado pelo soberano por conta da sua postura política. Após essa deposição, Conrado – que diga-se de passagem era sobrinho da supracitada Richeza, rainha da Polônia – este foge para a Hungria onde estava em curso uma conspiração que foi responsabilizada pelo assassinato do imperador. No ano de 1064, ou início de 1065, entretanto, após ter saído desmoralizado do concílio de Mântua, o arcebispo, já sabendo da aproximação da maioria de Henrique IV, se dirige para a Hungria a fim de resgatar os restos mortais de Conrado – morto em 1055 – e leva-los para Colônia, para ser enterrado em St. Maria *ad gradus*. O que teria de ‘santidade’ ou ‘notoriedade’ nos restos de um homem que fora declarado inimigo do rei para que estes fossem deslocados e reenterrados nos domínios do império germânico? Exatamente. Nada! Toda essa iniciativa, serviu apenas para aumentar o desagrado de Henrique IV com o arcebispo. Foi uma afronta. Pode-se então, constatar que quando ocupou o posto de regente imperial, Anno de Colônia não defendia os interesses da família real sálica, e sim os seus anseios pessoais²¹⁰. Anno não abriu mão de manter um bom relacionamento com o papado, tampouco com membros da aristocracia do outro lado dos Alpes, que detinham posições de poder já bem consolidadas, como Beatrice e Godofredo, por exemplo.

Já, na assembleia de Andernach que nos é relatada com algum detalhe pelo cronista Jocundus em sua **Translatio sancti Servatii**, vemos de forma proeminente Godofredo e Beatrice, simultaneamente com Anno, arcebispo de Colônia, Evrard, Arcebispo de Trier, o conde paladino Henrique e alguns outros seguidores. Além disso, se quisermos acreditar no historiador alemão Gfrörer, a dieta de Colônia foi, também, marcada pelo duque da Lorena devido a outro privilégio importante: de fato, o bispo Anno lhe conferiu, nesta ocasião, o patriciado romano (...). Por que ele está acompanhado de um título especial que as contingências do momento justificam de uma forma adequada: que é o de **praefectus Anconilanus**. Deve-se presumir que os homens que, então, presidiram os destinos da Alemanha (a regente, de fato, desempenhou apenas um papel relativamente secundário) estavam todos dispostos a olhar Godofredo como

²¹⁰ Ibidem, p. 308-10.

sucessor, na verdade, dos direitos e privilégios de Henrique III por tudo que se relacionasse às atribuições do **praefectus**²¹¹. (grifos do autor) (tradução nossa)

No fragmento acima, temos mais uma amostra de como a posição, era mais importante do que quem a ocupava de fato. Há o registro de um encontro – e um relacionamento – entre Anno e os duques da Lorena. Ainda que saibam que o arcebispo não é o titular destinado para o trono imperial, é ele que está lá. Portanto, a relação se estabelece com ele, ou melhor, com o posto que ocupa.

Depois da execução de alguns estratagemas que não contavam com o apoio de seus pares, como a substituição do bispo Guiberto, chanceler da Itália e financiador de Cádalo por um bispo que estimava Alexandre, o arcebispo de Colônia, que outrora tinha sido tão poderoso, chegando a ocupar – não por linhagem, mas por uma manobra de usurpação – o posto mais alto da corte germânica, presenciou toda essa magnitude começar a se esvaír²¹².

O sequestro efetivado por Anno e apoiado por alguns aristocratas da corte imperial foi um ato de violação dos princípios de legalidade em vigor no interior do reino germânico. Mesmo que ele, juntamente com outros bispos, arcebispos, abades e príncipes tenham considerado Agnes inapta a assumir o trono imperial após a morte do esposo, manter retido um membro da mais importante família da Germânia, sobretudo quando este é o futuro sucessor do posto de soberano germânico, nos leva a pensar sobre os reais motivos que impulsionaram esse empreendimento. O fato de tê-la tomado de assalto, através de um afastamento compulsório da imperatriz e do sequestro do menino-imperador, não nos permite muitas reflexões que se apartem da afirmação de que o religioso ‘advogava em

²¹¹ *Déjà, à l'assemblée d'Andernach qui nous est rapportée avec quelques détails par le chroniqueur Jocundus dans sa **Translatio sancti Servalii**, on voit figurer en bonne place Godefroid ainsi que Béatrice, concurremment avec Annon, archevêque de Cologne, Évrard, archevêque de Trèves, le comte palatin Henri et certains autres seigneurs. En outre, s'il faut en croire l'historien allemand Gfrörer, la diète de Cologne fut, elle aussi, marquée pour le due de Lothier par un autre privilege important: en effet l'évêque Annon lui conféra, à cette occasion, le patriciat romain.(...) Car il est accompagné d'un titre plus spécial que les contingences du moment justifient d'une façon adequate c'est celui de **praefectus Anconilanus**. On doit en conclure que les hommes qui présidaient alors aux destinées de l'Allemagne (la régente, en effet, ne jouait qu'un rôle assez effacé) étaient tout disposés à regarder Godefroid comme succédant en fait aux droits et privilèges de Henri III, pour tout ce qui concernait les attributions du **praefectus**. GLAESNER, Henri. **Un mariage fertile en conséquences...** p. 404-5.*

²¹² *Ibidem*, p. 177.

causa própria’; e que sua permanência no cargo mais elevado do laicado romano-germânico tenha outra acepção além desta.

As ações executadas por Anno, sobretudo a partir de sua convocação para o arcebispado de Colônia, se propuseram a torna-lo um personagem lembrado pela posteridade. Um religioso que não queria ser esquecido; que empreendeu diferentes movimentos para ter seu nome associado aos mais diversos acontecimentos ou situações. Sequestrou pessoas – vivas e mortas –, construiu monumentos religiosos para os quais queria dar destaque e projeção para além dos Alpes, ocupou o trono imperial por meios escusos e ilícitos, participou, como uma figura central, de um dos mais significativos cismas envolvendo a nomeação simultânea de dois papas. Para onde se olha na história de parte do sul e do centro da Europa a partir da segunda metade do século XI parece ser possível encontrar se não a presença, ao menos a etérea percepção de Anno.

3.5 Dois corpos não ocupam o mesmo espaço

Quando Nicolau II morre, em 27 de junho de 1061, depois de um curto, porém marcante pontificado de dois anos, novamente o lugar de sucessor de São Pedro precisa ser ocupado. Os grupos mais uma vez se apressam a fim de escolher o melhor titular. Sua morte deu início a uma “corrida” pela sucessão que resultou num dos mais emblemáticos episódios do período, que, além de definir os rumos seguintes do pontificado, ainda nos serve de painel, para que possamos observar as articulações executadas por nossas personagens Lorenas/Canossanas; a saber: Matilda, Beatrice e Godofredo.

Seguindo a decretal deixada por Nicolau II, o grupo composto por bispos que deveriam escolher o Sumo Sacerdote, prontamente pinçaram um nome e elegeu-o papa: o bispo de Lucca, Anselmo da Baggio, sob a denominação de Alexandre II. Esta escolha contou com a aprovação e apoio, por exemplo, da casa de Canossa, uma vez que pertencia a uma diocese localizada nos domínios Canossanos – e sua proximidade com Beatrice era já bastante conhecida – e dos Normandos, agora aliados dos reformadores. No entanto:

Em Roma depois da morte do Papa Nicolau em 27 de Julho, os Romanos enviaram uma coroa e outros presentes para Rei Henrique e apelaram para ele sobre a eleição do supremo pontífice. Ele realizou um concílio geral em Basileia, colocou a coroa enviada pelos Romanos e foi chamado patrício dos Romanos. Em seguida, com o consentimento comum de todos eles de acordo à eleição dos enviados dos Romanos em 26 de Outubro, Bispo Cádalo de Parma foi eleito papa por um ato de simonia, uma vez que (é dito) muitos subornos foram dados a certas pessoas. Ele foi chamado Honório, mas ele nunca foi destinado a possuir o papado. Vinte e sete dias antes da sua nomeação, entretanto, o bispo de Lucca, chamado Anselmo, foi ordenado como o 157º papa pelos Normandos e por certos Romanos e foi chamado Alexandre²¹³. (tradução nossa)

Se a posição de Beatrice já era mais clara, a de seu esposo, nessa época, ainda não. Por dois anos, depois de uma invasão de tropas germânicas em Roma, o desenrolar de uma guerra civil desgastou a população, seus recursos e suas forças. Após esse período de conflito armado próximo aos domínios canossanos, Godofredo se fez cordial para com as partes envolvidas, orientando-os que retornassem para seus bispados até que o rei decidisse por escolher um deles. Como nesse período quem governava o Império era o arcebispo de Colônia, este convocou um concílio em outubro de 1062 em Augsburg, poucos meses depois do sequestro do menino imperador do castelo de Kaiserswerth, a pedido de Pedro Damiano, a fim de que a questão do cisma que havia se instaurado entre Cádalo de Parma, dito papa Honório II e Anselmo de Lucca, chamado papa Alexandre II pudesse ser resolvida. Dentre os integrantes da assembleia havia representantes das igrejas romana, lombarda e germânica. Após muita discussão e divergência nas opiniões, os bispos da Itália afirmaram que nenhuma decisão poderia ser conclusiva sem que os arcebispos de Milão e Ravenna estivessem participando da deliberação. Foi

²¹³ *In Rome after the death of Pope Nicholas on 27 July, the Romans sent a crown and other gifts to King Henry and appealed to him about the election of the supreme pontiff. He held a general council in Basel, put on the crown sent by Romans and was called patrician of the Romans. The with the commom consent of them all and according to the election of the envoys of the Romans on 26 October Bishop Cadalus of Parma was elected pope by an act of simony, since (it is said) many bribes were given to certain persons. He was called Honorius, but he was destined never to possess the papacy. Twenty-seven days before his appointment, however, the bishop of Lucca, named Anselm, was ordained as the 157º pope by the Norman and by certain Romans and was called Alexander.* ROBINSON. Ian S. **eleventh-century Germany**... p. 116-7.

então que, sem uma sentença final e sem conseguir controlar a reunião, Anno atesta que o julgamento deveria ser postergado para outro concílio²¹⁴.

O fato de um concílio, convocado pelo representante do império, não obter sucesso, adiando seu resultado para uma data e um evento posterior, demonstra um enfraquecimento da realeza germânica, uma vez que não se parece ter traquejo, poder ou influência suficiente para fazer valer sua autoridade sobre todos os outros integrantes, que apesar de estarem separados por grupos correspondentes às igrejas de origem, mantinham em comum os ânimos exaltados. Isso igualmente destaca a intensidade e gravidade do conflito anunciado.

Pedro Damiano envia uma carta para Anno de Colônia onde reforça o argumento de que outra reunião deve ser convocada para que a decisão – que nessa época já não era tão incerta assim – seja de fato decretada. O religioso não deixa de demonstrar a aversão que tem pelo bispo de Parma, fazendo uso de ‘adjetivos’ com um apelo ofensivo bastante significativo. O fato do monge avelanita demonstrar oposição à Cádalo, não diminui, em nenhum momento, o grau de ameaça que este representava para a campanha de Alexandre. A escolha do bispo de Parma contava com o consentimento da imperatriz Agnes, e o apoio dos bispos do norte da Itália e da aristocracia Romana.

Além disso, tua excelência estendeu vossa mão para o sacerdócio no qual tu trabalhaste para cortar o pescoço escamoso da ‘besta de Parma’ com a espada do rigor evangélico e para reinstalar o bispo da Sé Apostólica no trono de sua dignidade. Mas, uma vez começada a tarefa, a menos que realizeis o gesto final e aproveites a oportunidade que se permanece, o edifício sagrado sobre o qual pousaste vossa mão encontrar-se-á sob o risco de desabar. Pois o infame Cádalo, o perturbador da Santa Igreja, o sublevador da disciplina apostólica, o inimigo da salvação humana; ele, eu digo, que é o caminho para o pecado, o arauto do diabo, o apóstolo do Anticristo, a flecha disparada do tremor de Satã, o bastão da Assíria, o filho de Belial, o filho da perdição que afirma ser maior do que tudo que os homens chamam de Deus, muito maior do que tudo o que é adorador, ainda respira fogo como um hediondo dragão, e com as imundícies de seu dinheiro envenenado causa um fedor nas narinas dos homens, e

²¹⁴ STROLL, Mary. **Popes and antipopes...** p. 172-3.

pelo sopro de suas perdição, como um novo heresiarca, perturba a vacilante fé dos homens²¹⁵. (tradução nossa)

Não temos conhecimento da réplica de Hildebrando e Alexandre II para essa epístola; no entanto, a carta seguinte, escrita por Pedro Damiano e que descreve as possíveis reações dos religiosos, mostram o descontentamento destes com a possibilidade da realização de um novo concílio para eleger aquele que de fato ascenderia ao trono papal.

Ao Pai e o Filho, o papa e o arquiidiacono, o pecador monge Pedro oferece seus préstimos. (...) Eu invoco Jesus e seus santos anjos como testemunhas de que não menti oferecendo-vos esta explicação. E então, se eu tiver que morrer por esta carta, eu vos ofereço meu pescoço, perfurem-me com vossa adaga. (...) Mas agora conterei meu espírito, segurarei meus lábios e, embora tardiamente, ainda peço misericórdia(...) Enviando-me esta santa mensagem, entretanto, cada um de vós parece agir de modo distinto. Um, parece-me, é cuidadoso e amigável com um interesse paternal, enquanto o outro ameaça um ataque hostil e terrível. Um de vós, como o sol, banha-me com o calor de seu esplendor brilhante, mas o outro, como o tempestuoso vento, sopra como uma violenta tormenta²¹⁶. (tradução nossa)

O tom alarmante da epístola de Pedro Damiano, oferece mostras de quão indesejável e desconfortável era a possibilidade de um novo concílio. E a fúria ostensiva tem um destinatário: Cádalo de Parma. Não tivesse este se arvorado a

²¹⁵ *Ad sacerdotium quoque manum tuae prudentiae protinus extendisti, dum et Parmensis bestiae squamea colla evangelici vigoris mucrone praecidere, et apostolicae sedis antistitem in suae dignitatis elaborasti solium reformare. Sed coepto operi nisi postrema manus accedat, nisi adhibeantur adhuc illa quae restant, sanctum vestri operis aedificium minatur ut corruat. Kadalous enim ille sanctae perturbator aecclisiae, eversor apostolicae disciplinae, inimicus salutis humanae, ille inquam radix peccati, praeco diaboli, apostolus antichristi, sagitta nimirum producta de pharetra sathanae, virga Assur, filius Belial, filius perditionis, qui adversatur et extollitur supra omne, quod dicitur Deus aut quod colitur, velut draco teterrimus adhuc sufflat, adhuc foetore venenatae pecuniae nares hominum foedat, fidemque multorum vento perfidiae vacillantem novus heresiarca perturbat. PEDRO DAMIANO. Epistola 99. MGH Briefe 3: 99.*

²¹⁶ *Petri et filio papae archidiacono, Petrus peccator monachus servitutum (...) Iesum testor et sanctos angelos eius, quia in hac ego satisfactione non mentior. Si pro hac itaque epistola mori debeo, tendo cervicem, imprimite purgionem.(...) Sed adhuc spiritum reprimo, labiis digitorum superpono, et licet seram, tamen adhuc misericordiam quaero.(...) Sed in destinando michi sanctae vestrae legationis oraculo, satis uterque inter vos inaequaliter divisistis, nimirum ut unus michi videatur paterni favoris affabilitate blanditus, alter hostilibus iurgiiis terribiliter comminatus. Unus vestrum me tanquam sol corusco fervidi splendoris irradiat, alter velut furens aquilo violentis impetus sui flabris exufflat. PEDRO DAMIANO. Epistola 107. MGH Briefe 3: 186-187.*

estampar simultaneamente o título de papa, a questão estaria resolvida. Fosse ele um oponente desprezível, sem apoiadores relevantes, também. Aquele que se posicionou quanto à realização de um novo concílio de forma furiosa foi Hildebrando, e mesmo que apresentasse um comportamento mais contido, Alexandre II compactuava com esse se posicionando de forma contrária a essa solução. Para Hildebrando, a questão da eleição papal poderia ter se findado em Augsburgo; não porque o episódio fora hábil em resolver a contenda, mas justamente pela realidade de que uma nova assembleia daria margem para uma possível articulação do lado oposto e faria com que ele precisasse empreender esforços novamente na campanha de Alexandre. E o fato do monge avelanita se referir a Hildebrando e Alexandre como pai e filho, somente reforça a relação próxima mantida pelos dois²¹⁷ e como o primeiro poderia influenciar as ações do bispo de Lucca.

Vejamos, o cardeal bispo de Óstia recorreu ao representante do reino da Germânia, ou seja, ainda que fosse um membro do *sacerdotium*, Damiano não reconhecia o decreto papal de Nicolau II – que conferia ao colégio de cardeais autonomia para decidir acerca dos eleitos a ocuparem a cadeira de São Pedro – como suficientemente capaz de pôr um fim à questão. Para ele, ainda deveria ser da alçada do *regnum* a decisão sobre o pontífice escolhido. Ficou decidido que o concílio se realizaria *em Mântua uma cidade controlada por Godofredo, e convenientemente entre a Germânia e a Itália, onde cada lado poderia apresentar seu caso*²¹⁸. Contudo, o concílio poderia ter sido realizado em alguma localidade da Germânia, ou mesmo em outra região mais ‘neutra’, haja vista que Anselmo era bispo de Lucca, de propriedade dos canossanos tanto quanto Mântua. Acontece que, nessa ocasião, Godofredo ainda não se decidira sobre quais dos dois papas apoiaria, porém mantinha relações com o império que já tinha se posicionara favorável à Cádalo: *Com Honório II haviam se aliado o imperador, o patriciado romano e os poderosos bispos da Itália setentrional; com Alexandre II o “partido” reformador,*

²¹⁷ STROLL, Mary. **Popes and antipopes**... p. 193.

²¹⁸ *At Mantua, a city controlled by Godfrey, and convenient both to Germany and to Italy, where each side could present its case.* Ibidem, p. 195.

*os Normandos e uma outra parte dos Romanos*²¹⁹. O bispo de Parma parecia contar com apoio da Imperatriz Agnes e de parte da corte germânica, mas não de Anno, que apesar de não fazer campanha declarada, tendia a aceitar melhor a escolha do nome de Alexandre II. No entanto, como a escolha deste não contara com a sua presença, tampouco com o seu consentimento, ele não poderia simplesmente acatar essa decisão sozinho. Ainda que advogasse em causa própria, nesse momento, o arcebispo de Colônia ocupa o topo do governo imperial. Mas para que pudesse manter seu nome vinculado à causa imperial, não era prudente demonstrar contrariedade à decisão do rei, que por sua vez, preferia a escolha de Cádalo.

No período que antecedeu a assembleia em Mântua, já era possível encontrar o arcebispo de Colônia se articulando, sobretudo panfletando de maneira contrária à Alexandre II:

Anno começou transmitindo queixas formais do rei e dos príncipes contra Alexandre: que ele tinha alcançado seu ofício através da heresia de simonia; que ele tinha conseguido o apoio e a amizade dos Normandos, inimigos do Império, e que por sua ajuda, e contra regulações eclesiásticas e a vontade do rei, ele manteve este poder. Anno afirmou que ele foi autorizado pelo rei para determinar o que era verdade²²⁰. (tradução nossa)

Portanto, para se desvencilhar da responsabilidade de, mais uma vez, ser responsável por colocar um ponto final no cisma papal e não conseguir, além de saber não possuir credibilidade suficiente – por conta da incapacidade de resolver a questão, aliada à falta, nesse momento, de um posicionamento de Godofredo – para que sua escolha fosse acatada de maneira unânime, Anno, com a orientação de algumas figuras importantes, decide por realizar o concílio em Mântua.

²¹⁹ *Con Onorio II erano scherati l'imperatore, il patriziato romano e i potenti vescovi dell'Italia settentrionale; con Alessandro II il <<partito>> riformatore, i Normanni e un'altra parte dei Romani.* GOLINELLI, Paolo. **Matilda e i Canossa**... p. 148.

²²⁰ *Anno began by transmitting formal complaints from the king and the princes against Alexander: that he had curried the support and friendship of the Normans, enemies of the Empire, and that by their help, and against ecclesiastical regulations and the will of the king, he retained this power. Anno asserted that he was authorized by the king to determine what was true.* STROLL, Mary. **Popes and antipopes**... p. 197.

3.6 Mântua e a casa de Canossa

Como vimos em oportunidades anteriores, a localidade de Mântua ocupava uma posição central para os domínios canossanos; mas sua relevância também atingira outras esferas, como os interesses e assuntos eclesiásticos, recebendo em seu interior, por exemplo, assembleias da magnitude de um concílio geral, haja vista a utilização dos espaços canossanos pelo papa Leão IX. Esse destaque datava desde a época de Bonifácio que havia escolhido:

É notável, pois, que os Canossanos tinham jurisdição sobre Mântua e seu condado, e que esta cidade por um certo tempo foi de fato considerada como o centro de seus domínios. Finalmente deve ser lembrado que Bonifácio queria na catedral mantuana a sua tumba e dos seus próprios filhos²²¹. (tradução nossa)

Esse polo de poder eleito, anteriormente, pelo marquês Bonifácio para ocupar tão destacada posição, volta a ser utilizada durante a gestão deste e, sobretudo, anos depois de sua morte, por razões que incluem, mas vão além daquela que foi o motivo crucial de predileção do marquês: sua localização geográfica

(...) se Canossa é a fortaleza apenínica ligada às origens da família, Mântua representa o ponto de referência para o período talvez mais esplêndido desta dinastia, aquela do governo do marquês Bonifácio.

Bonifácio mudou sua residência para Mântua, provavelmente para estar mais perto das principais estradas de comunicação da época: as estradas que da França ou da Alemanha levavam à Roma (...) ²²².(tradução nossa)

²²¹ È noto poi che i Canossani ebbero giurisdizione su Mantova e suo comitato, e che questa città per un certo tempo fu anzi considerata come il centro dei loro domini. Infine è da ricordare che Bonifacio volle nella cattedrale mantovana la tomba sua e dei propri figli. FALCE, Antonio. Documenti inediti dei duchi e marchesi di Tuscia: (secc. VII-XII) **Archivio storico italiano**. Firenze: Leo S. Olschki Ed., 1927, p. 274.

²²² [...] se Canossa è la rocca appenninica legata alle origini della famiglia, Mantova rappresenta il punto di riferimento del periodo forse più splendido di questa dinastia, quello del governo del marchese Bonifacio.

Bonifacio spostò a Mantova la sua residenza, probabilmente per essere più vicino alle maggiori vie di comunicazione del momento: le strade che dalla Francia o dalla Germania portavano a Roma[...] GOLINELLI, Paolo. **Matilda e i Canossa...** p. 109.

Quando Bonifácio fez de Mântua sua morada, provavelmente não imaginou que no futuro, ela seria palco da resolução de um conflito dos mais significativos que afetou não só os participantes, mas também aqueles que não estavam presentes na ocasião. Uma vez que sua convocação foi feita contando com a presença das mais importantes figuras clericais e do laicado, que juntas, de uma forma ou de outra, respondiam pela administração de um raio territorial que extrapolava em muito os limites territoriais do norte da Itália. Ou seja, uma localidade que pertencia a uma família do poder aristocrático italiano, foi o palco escolhido para abrigar um evento que envolvia a dita “alta política”. Para nós, esse acontecimento carrega significados mais profundos: demonstra que os canossanos tinham condições de deter o controle sobre a tomada de decisões envolvendo relações de poder consideradas pela historiografia como maiores; como se o fato de ter sido Mântua a sede de um concílio que objetivava a resolução de um caso onde duas pessoas reivindicavam para si o posto pontifício, demonstrasse a influência exercida por essa família.

Em 31 de maio de 1064, depois de ser definida em uma reunião no mês anterior que contou com a presença de alguns legados de Roma, Mântua é escolhida e recebe o concílio para determinar qual dos dois proponentes seria considerado o sucessor legítimo de Nicolau II. Como havia esperado por um auxílio prometido por Henrique sem obter sucesso, Cádalo viu no concílio uma oportunidade de expor seus argumentos e, quem sabe. Assim convencer os interlocutores de seu merecimento.

As autoridades familiares de Mântua neste período, Beatrice e Matilda, como anfitriãs que eram, receberam clérigos e laicos vindos de diversas partes, a fim de que, a partir da coleta de opiniões, chegassem a uma decisão final, que seria a legitimação da escolha do sucessor de S. Pedro. Vale lembrar que o esposo de Beatrice, Godofredo, não se encontrava presente em Mântua durante a realização do concílio. Ou seja, qualquer atitude tomada pelas senhoras de Canossa não estava relacionada ao posicionamento do duque da Lorena. Isso nos remete ao caso do divórcio, uma vez que parece ser aqui, durante essa assembleia que os esboços de uma posterior desvinculação começam a ser delineados. Mesmo que tenha permanecido por alguns anos em uma posição mais discreta, Beatrice da Lorena,

em dado momento, compreendeu que de seus esforços dependia a continuação do legado que fora deixado para sua filha e que, por ser grandioso e próspero, não poderia ser conferido aos cuidados de outros. E no Concílio de Mântua, a duquesa e marquesa já começara a perceber quão arraigadas nos seus domínios estavam as características da política aplicada por Godofredo.

[...] Godofredo, em virtude de seu casamento com Beatriz de Toscana, tinha sido reconhecido tanto Marquês da Toscana e o Duque de Espoleto.

[...] Como o marido de Beatrice, Godofredo realmente sucede Marquês Bonifácio. Tomando o título de marquês, ele se tornou o proprietário de todos os feudos da casa de Canossa (Reggio, Modena, Mântua, Brescia, Verona, Parma, o condado de Ferrara). Como é também apontado, está em Mântua ou pelo menos em um dos domínios do Norte que Bonifácio de preferência residia; ele foi visto muito raramente em Florença ou nas proximidades. Também foi a esta cidade que Godofredo orienta agora sua esfera de ação; ele fez Florença a capital e se esforçou para dar-lhe toda a glória e todo o esplendor que era apropriado para o grande papel que ele ocupou²²³. (tradução nossa)

Podem se perguntar o motivo pelo qual, não podendo contar com a legitimidade dada pelo papa, uma vez que sua convocação tinha se dado justamente para que este fosse escolhido, o concílio de Mântua foi considerado como um concílio geral. O fato é que, a oposição simultânea de dois papas representa uma das premissas para a realização de tal assembleia, que, nesse caso, se encarregaria da resolução do embate. Da mesma forma, outros fatores que reclamam a reunião de bispos para a realização de concílios gerais referem-se a alguma grande heresia

²²³ [...] Godefroid, en vertu de son mariage avec Béatrice de Toscane, avait été reconnu à la fois marquis de Toscane et duc de Spolète.

(...) En sa qualité d'époux de Béatrice, Godefroid succède en fait au marquis Boniface. En prenant le titre de marquis, il devient le titulaire de tous les fiefs de la maison de Canossa (Reggio, Modène, Mantoue, Brescia, Vérone, Parme, le comté de Ferrare). Comme on se le rappelle d'ailleurs, c'est à Mantoue ou du moins dans un des domaines du Nord que Boniface résidait de préférence; on le voyait très rarement à Florence ou dans ses environs. Aussi ce fut vers cette cité que Godefroid orienta désormais sa sphère d'action; il fit de Florence sa capitale et s'appliqua à lui donner tout l'éclat et toute la splendeur qui convenait pour le grand rôle qu'illui réservait. GLAESENER, Henri. **Un mariage fertile en conséquences...** p. 404.

interna ou externa à comunidade cristã, entende-se a necessidade da execução de algum tipo de reforma estrutural na igreja²²⁴.

O fato de o concílio ter sido realizado em Mântua, certamente foi pelo consentimento de Godofredo, não de Beatrice, pois esta já apresentara seu descontentamento com a figura de Cádalo, tanto que tentou impedi-lo de passar por suas terras, retardando o acesso deste à Roma fazendo-o cavar uma vala na estrada de Modena.²²⁵ A ausência do duque lorenense nas imediações da assembleia permitiu, portanto, à Beatrice que se posicionasse com menor incerteza. E, sendo ela contrária à nomeação de Cádalo, esse perdera a força apoiadora que Godofredo poderia representar. Isso significa que o Concílio em Mântua foi uma demonstração de como forças imperiais se submeteram à casa de Canossa, conferindo a esta, o protagonismo na recepção de um acontecimento com a importância que os concílios já tinham adquirido nesse tempo. Mas por forças imperiais não nos referimos aqui à corte imperial, ou a liderança do arcebispo de Colônia; essa potência estrangeira é encarnada por Godofredo, o que torna sua exclusão mais complicada, pois não é uma visita, é uma presença entranhada no cerne do poder toscano. Contudo, isso se deu porque a pessoa que personificava a gestão da casa de Canossa, nesse momento, para Anno de Colônia, era Godofredo; que no referido contexto era um aliado do arcebispo. Mas ele não incorporava tal 'responsabilidade' da mesma forma, pois, se visse a si próprio como o senhor da Toscana, estaria ao menos presente quando o concílio fora realizado. Essa ausência representa mais um indício de que, mesmo de forma contida, o concílio foi cenário para a articulação individual de Beatrice. E, ainda que o duque lorenense tenha ocupado o lugar de Bonifácio quando se casou com Beatrice no que se refere à aquisição de bens, estirpe e prestígio e não como representante do marquesado, ele não fez uma campanha pró-papal durante o contexto do concílio; tanto que tinha ressalvas a Hildebrando, uma vez que este vinha promovendo a reforma e acompanhava de perto sucessivos pontífices. Igualmente por que este, na opinião de Godofredo

²²⁴ HEFELE, Charles. **History of the councils of the church...** p. 13-14.

²²⁵ DONIZONE. **Vita di Matilde di Canossa...** p. 107-9.

tinha jogado o papado nas mãos dos normandos, que ele detestava, [provocando uma] aliança parecia ameaçar a posição predominante de Godofredo na Itália Central, mas sua defesa enérgica de Alexandre demonstrava que ele ainda era necessário pelas reformas²²⁶. (tradução nossa)

Tivesse Godofredo assumido a posição de senhor de Canossa no concílio de Mântua, poderia ter transformado essa ocasião em um momento de apogeu para a casa, mas não o fez. Em vez disso, quis manter uma política lorenense, quando todos o viam como marquês da Toscana vislumbrou a possibilidade de ascensão vultuosa de afirmação de poder escapando por suas mãos. Até sua morte, não houve outra ocasião que pudesse substituir a glória que o envolvimento com o concílio lhe daria. Enquanto isso, temos Beatrice que, deseja em aplicar a política que julga ser característica de sua família, ainda lida com a sombra, que a existência e o significado social de Godofredo, indo em direção diferente, faz pairar sobre sua cabeça. Seu posicionamento não é claro. Como poderia? A duquesa apresenta um comportamento confuso e secundário, afinal, aqui, para todos, ela não é a senhora de Canossa, é a esposa do senhor. É por conta dessa falta de definição de um único propósito do poder canossano que o cronista presente no concílio, Benzo de Alba, tem margem para produzir uma narrativa tão confusa, onde nem mesmo os envolvidos parecem ter clareza sobre suas ações.²²⁷

Mas o motivo que levou à realização de um concílio, com a incumbência de resolver um cisma papal, que o representante do poder imperial germânico não conseguira dar fim em Mântua, tem uma razão: sendo os dois candidatos oriundos das dependências dos condes de Canossa (Cádalo, de Parma e Anselmo, de Lucca); era a essa casa que eles reportavam. Melhor dizendo, nessa ocasião, os dois aspirantes a ocupar o trono pontifício pertenciam à jurisdição onde Godofredo de Lorena era o *paterfamilias*. Ele estava como *paterfamilias* da casa de

²²⁶ *Godfrey was not present at the council, but it was held on the borderline of lands that he and Beatrice controlled. He may have been somewhat of an embarrassment to the reformers, for contemporaries describe him as rude, brutal and destructive, and his chaplains defended simony and clerical marriage. He probably had his own reservations about Hildebrand, who had thrown the papacy into the hands of the Normans, whom he detested. This alliance appeared to threaten Godfrey's predominant position in Central Italy, but his energetic defense of Alexander demonstrated that he was still needed by the reformers.* STROLL, Mary. **Popes and antipopes...** p. 203.

²²⁷ Ver: BENZO DE ALBA. *Ad Heinricum*. MGH SS rer. Germ. 65: 348-352.

Canossa sem, no entanto, agir politicamente em prol desse governo, tal como constatamos no desempenho apresentado por Bonifácio.

No capítulo 2, vimos como Matilda de Canossa exerce seu papel de *paterfamilias* no norte da Itália; no entanto, nesse momento, quem ocupa esse posto é seu padraсто, que por sua vez o conduz conforme interesses que não são locais, ou melhor, que não foram herdados da dinastia de Bonifácio. É por isso que o divórcio, que já vimos anteriormente, representa um marco de retomada do poder para as mãos das herdeiras naturais; porque o concílio em Mântua é uma clara demonstração de como essa família se portava como uma presença consolidada no seio da sociedade e que, apesar disso, corria o risco de ter toda a sua estrutura política descaracterizada pelas ações de Godofredo da Lorena. Ainda que o capítulo anterior se atenha, sobretudo, a um período posterior ao concílio de Mântua, só poderemos sustentar o argumento, que foi então apresentado, se compreendermos de que forma a estrutura no interior dessa família estava constituída e quais acontecimentos contribuíram para que Matilda decidisse pôr um fim no próprio casamento, abandonando o marido em Lorena e retornando para sua terra para retomar, juntamente com a mãe, o controle da casa de Canossa.

Posteriormente, Godofredo assumiu sua escolha pelo nome de Alexandre, o que gerou certo rancor em Pedro Damiano demonstrado em uma carta, onde solicitou que os duques da casa Canossa/Lorena pedissem perdão de forma pública. O papa Alexandre II, indo um pouco mais adiante, separou-os alegando extrema proximidade de parentesco. *Segundo um relato, em seu leito de morte, Godofredo revelou que como punição Alexandre tinha forçado-o a se separar de sua esposa até ele demonstrar sua contrição por fundar um monastério*²²⁸. Beatrice parece ter aceitado a “oferta” e fundou uma edificação religiosa em nome dos dois além de se posicionar acerca da tomada de determinadas decisões de uma maneira que aprovesse à Alexandre II, com a finalidade de voltar a contar com a simpatia do pontífice. Ainda que durante todo este trabalho tenhamos associado a estruturação de bens patrimoniais à benesses ou à intenção às almas, esses não são

²²⁸ According to one account, on his deathbed Godfrey revealed that as punishment Alexander had forced him to separate from his wife until he demonstrated his contrition by founding a monastery. STROLL, Mary. **Popes and antipopes**... p. 229.

os únicos ‘sentimentos’ que promovem o ato de construí-los; aqui, a edificação de um mosteiro foi estabelecida como a condição para a reaproximação dos cônjuges.

O papa Alexandre retomou a cathedra com veneração;
Aquele [Cádalo]em fuga a Parma retornou, agora esgotado.
Conservou o nome de papa, aquele nome que em vão havia assumido;
Justamente ridicularizado, morreu com seu crime em Parma.
Feliz reinou o papa Alexandre; com amor paterno
Se esforçou como antes a conduzir ao curral o desviado soberano,
Mas ele traiçoeiro desprezou os conselhos do papa,
E apenas ao ímpio e orgulhoso preferiu dar ouvidos;
Continuando a errar na iniquidade, vendeu os bispados,
E não parou de fazer tanto mal para aquilo que o papa disse.
Muito triste por isso, Beatrice e Matilda
Se alinharam com papa Alexandre, que veneravam.
Mas o papa, depois de ter sofrido tais coisas,
Morreu nove dias depois do final do perfumado Maio.
No jardim do céu ele em paz repousou. Amém.
Então corria o ano mil e setenta e três de Deus²²⁹. (tradução nossa)

Aqui podemos observar duas situações importantes: o fato de o papa, agora legitimado, Alexandre II ter seguido seu pontificado ‘com amor paterno’, fazendo-nos remeter ao assunto do primeiro capítulo: estaria o religioso aplicando um amor de pai ao seu rebanho? À sua família? Não deixa de ser o Sumo Pontífice, o pai na terra da família cristã. Outro ponto que merece destaque é a mudança dos personagens centrais no cenário sócio-político que sucedeu o concílio. De acordo

²²⁹ *Il papa Alessandro riprese la cattedra, con venerazione;
quello in fuga a Parma tornò, ormai estenuato.
Conservò il nome di papa, quel nome che invano aveva assunto;
giustamente deriso, morì col suo crimine a Parma.
Felice regnò il papa Alessandro; con amore paterno
S'adopró come prima a condurre all'ovile il disviato sovrano,
ma costui perfido dispreggò i consigli del papa,
e soltanto ai malvagi e superbi preferì dare ascolto:
continuando ad errare nell'iniquità, vendeva i vescovadi,
e non smise di far tanto male per ciò che il papa diceva.
Assai tristi per questo, Beatrice e Matilde
Si schieraron con papa Alessandro, che veneravano.
Ma il papa, dopo ch'ebbe sofferto tal cose,
morì nove giorni avanti la fine del maggio odoroso.
Nel goardino del cielo egli in pace riposi. Amen.
Allora correva il mille e settantatreesimo anno di Dio. DONIZONE. Vita di Matilde di Canossa...
p. 109.*

com o relato de Donizo, Cádalo terminou esse episódio desmoralizado, pois, além de continuar usando o título pontifício – sem credibilidade nenhuma – saiu de Mântua fugido, em retorno para seu bispado. Aqui a presença de Godofredo não é sequer mencionada; em contrapartida, Beatrice e Matilda aparecem como o anúncio de uma nova configuração de governo, onde, além de apoiarem claramente o pontífice, a pessoa do duque lorenense, que já havia enfrentado a resistência de Alexandre II quando este impôs sua separação de Beatrice, não tem expressão, como também não tem mais relevância a participação, tampouco o governo de Anno de Colônia. Ele que não havia conseguido resolver o cisma, se recolhera agora a uma posição secundária, já que o imperador Henrique IV já dispunha então de condições de assumir o posto que lhe pertence e que havia sido alvo da rapinagem do arcebispo.

A questão de Anno vai além de um esquecimento por parte dos agentes sociais presentes no concílio. O arcebispo, que no tempo da assembleia respondia pelo trono imperial germânico, teve uma participação irrisória, se comparada, por exemplo, com a do requerente da cadeira de São Pedro, Alexandre II. Retornando para a Germânia, constatou que Adalberto, arcebispo de Hamburgo-Bremen dispunha da simpatia e confiança de Henrique IV, que por sua vez nutria antipatia por Anno. Agnes retorna para a corte de seu afastamento compulsório²³⁰. Ou seja, mesmo tendo aplicado esforços no sentido de desestabilizar, ou mesmo afrontar o imperador – como no caso do resgate das relíquias de Conrado – o arcebispo de Colônia já não representava uma força capaz de fazer frente à família imperial.

3.7 Conclusão

O Concílio de Mântua somente apresentou tal configuração – ter personagens que se moviam de maneira incerta; um governo que começava a ser caracterizado por duas vertentes diferentes; a presença de uma política externa aos domínios canossanos esforçando-se por imprimir-lhe um perfil diferente; a fraqueza da soberania imperial causada pela intervenção do arcebispo que não conseguira manter a tenacidade na gestão – por ter acontecido em 1064. Toda a conjuntura ao

²³⁰ ROTONDO-McCORD, Jonathan. **Body snatching and episcopal power**... p. 310.

seu redor dava esse tom de incerteza e instabilidade que pudemos perceber em seus integrantes. Não somente nos dois personagens-foco: Anselmo de Lucca e Cádalo de Parma, mas igualmente em Anno de Colônia, Godofredo, Matilda e Beatrice. A ausência da figura de Godofredo ao menos não traria essa nebulosidade em identificar as características do governo canossano. Seus interesses pessoais não correspondiam àqueles que Beatrice vislumbrava para designar seu marquesado. Assim, vemos uma casa extremamente rica e importante, com influência tanto dentre os laicos aristocratas quanto entre os religiosos, mas que não apresenta uma posição de política local. Durante todo o tempo que durou o casamento de Godofredo e Beatrice, vemos não uma coesão, mas em muitas ocasiões uma estratégia de governo que se sobrepõe à outra, ou mesmo forças que se dirigem para lados diametralmente opostos.

Nas ocasiões em que as relações com o papado são estabelecidas é este, que parece recorrer ao auxílio que o marquesado Toscano pode lhe oferecer. Bonifácio e Godofredo – depois do casamento – ocupam a função de conduzir o eleito ao trono de São Pedro à Roma. Numa análise superficial, pode parecer que ambos os marqueses se posicionam a serviço do pontificado, como servos fiéis. No entanto, um dos objetivos desse trabalho foi mostrar que em situações, aparentemente simples como esse exemplo, a casa de Canossa é solicitada pela possibilidade que tem de reunir força militar suficientemente capaz de proporcionar segurança para o eleito de Deus. Mas não somente isso. Esse legado do norte da Itália era a manifestação de um poder – muito bem estruturado que, apesar de todas as intempéries, não encontrou oponente com recursos ou arbítrio para lhe dizimar – alicerçado sobre uma lógica de política local, que expandia para os espaços exteriores à sua localidade, os reflexos de sua organização.

Os agentes da chamada ‘Alta Política’, não raras vezes recorriam aos canossanos no intuito de obter sua ajuda, que em muitas ocasiões e sob muitos aspectos, poderia ser decisiva. O que eles ganham com esse favor? Proximidade. E essa proximidade permite a participação na tomada de decisões. Permite a relevância da opinião proferida. Permite até mesmo a certeza de que dispõe dessa relação não com subserviência, mas com poder capaz de lhe fazer frente quando os interesses se distanciam.

O governo de Beatrice e de Matilda, tal qual nos empenhamos em apresentar neste trabalho somente teve início após um período de reinstauração da política canossana, ocorrida ainda antes da morte de Godofredo. O fato é que ela se inicia com Beatrice, que por descendência era também lorena, como o esposo. Isso significa dizer que a duquesa se integrou à casa de Canossa e, que ser casada com alguém que mantinha as mesmas ligações parentais com sua terra natal, não foi premissa suficiente para fazê-la alterar seu posicionamento. Temos, assim, uma lorenense trabalhando no sentido de manter a jurisdição e o poder de uma casa localizada na Itália setentrional. Porém, é somente quando o duque da Alta e Baixa Lorena falece que as canossanas conseguem, enfim, retomar o controle do patrimônio e administrá-lo da forma como gostariam. Enquanto fora casada, como vimos, Beatrice permaneceu engessada pela personalidade bélica e articulista do marido, pelos espaços de poder que este ansiava e se esforçava para ocupar, pelas relações estabelecidas que conferiu forte influência na disposição de determinados agentes eclesiásticos e que se apropriara, pouco a pouco das possessões desta, passando a ser, em dado momento, o porta-voz, o representante do marquesado.

As sucessivas eleições pontifícias em curto espaço de tempo, intercaladas por conturbados cismas, que são um indício de falta de unidade entre os personagens responsáveis por tomar essa decisão, mostram um papado fraco. Mesmo que os ocupantes do trono de São Pedro tenham sido, muitas vezes, homens com um pensamento político firme e articulado, os constantes ataques sofridos pelos grupos contrários à escolha e a incerteza da validação da eleição até a morte do nomeado mostram que ocupar o posto mais elevado dentro da cristandade latina não era sinônimo de irrefutabilidade.

Instável, também, era a corte imperial depois da morte de Henrique III. Por um período de quatro anos, até que seu filho pudesse assumir a sucessão, o que vimos foi um festival de acontecimentos que escaparam do controle dessa autoridade justamente por não ser enxergada dessa forma. O afastamento compulsório da imperatriz regente Agnes, o rapto do menino imperador, a ascensão de Anno de Colônia que, após estar estabilizado no cargo, não conseguiu atender minimamente às expectativas que tinham sido colocadas sobre seus ombros, sentiu sua credibilidade e influência despencar numa queda vertiginosa. O arcebispo não

conseguiu dar cabo da questão do cisma que se estabelecera em 1061 entre Anselmo de Lucca e Cádalo de Parma, por sinal, ambos pertencentes a dioceses inseridas nos domínios canossanos. Coube à casa de Canossa, com sua autoridade política e dimensão geográfica favorável resolver a contenda e coroar um papa. Esses acontecimentos contribuíram para que o marquesado da Toscana, que então já configurava uma potência no norte da Itália, se estabelecesse com um papel central nos acontecimentos que se desenrolaram. O êxito, porém, não foi completo, ao menos não naquela ocasião. Precisou ser adiado para a década de 70 do século XI.

Ter recebido um concílio tão significativo, como foi o de Mântua, no interior de suas possessões, permitiu à condessa vislumbrar a dimensão que o peso do apoio de sua casa tinha para líderes espirituais e aristocratas laicos. Matilda não apresentou uma participação tão destacada nessa ocasião, uma vez que Beatrice – e a influência de Godofredo – se ocupou dessa parte, mas esteve presente e pôde observar de que forma a influência que sua família dispunha podia se movimentar no meio político.

O concílio de Mântua, em 1064, arriscamos dizer, foi um divisor de águas em muitos sentidos. Foi após sua realização e desmoralização da figura do arcebispo de Colônia que Henrique IV retoma o lugar de sucessor do trono imperial que lhe havia sido usurpado. É aqui que uma família aristocrática é responsável pela escolha de um pontífice e põe fim a uma disputa que se arrastava desde 1061. É aqui também que um novo posicionamento no interior da casa de Canossa começa a tomar forma: a política de Beatrice, desligando-se pouco a pouco da influência e ingerência de Godofredo. O casamento teve fim em 1069, com a morte do duque, e os anos subsequentes apresentam movimentações tanto de Beatrice quanto de Matilda no sentido de conferir aos domínios canossanos uma política de cunho local. Uma dessas ações foi justamente o divórcio de Matilda com o “Corcunda”. Essa separação sim, projetou o poder de Canossa numa escala que não havia sido conseguida no concílio de Mântua. Daqui podemos ver como esse acontecimento contribuiu grandemente para a retomada do poder por parte das senhoras toscanas. Mas o ano de 1064 foi o início da retomada do controle dos domínios. Se identificamos Beatrice e, com mais clareza e durabilidade, Matilda como

paterfamilias das propriedades toscanas, os acontecimentos em Mântua tiveram muito a lhes dizer sobre articulação política e estabilidade governamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando olhamos para todos os acontecimentos elencados por esse trabalho, em mais de meio século da família Canossana e todas as sinuosidades, entrelaçamentos e personalidades que sua trajetória, de maneira nuclear, abrange; vemos uma dança constante de aproximação e distanciamento tanto com o papado quanto com o governo imperial germânico. Já em Bonifácio podemos contemplar essa característica, que continua com a gestão de Godofredo, no entanto, com propostas diferentes. É somente com Beatrice, e por fim com Matilda que a situação se estabelece transformando a casa de Canossa numa referência de poder autônomo e política descentralizada, como buscamos demonstrar ao longo de nossa pesquisa. Porém, essa relação bastante próxima que foi estabelecida entre tais personagens, com representantes da linhagem dos imperadores e com os ocupantes do legado pontifício, além de bispos e arcebispos de fundamental importância para o período espalhados, sobretudo, pela Germânia, França e Itália, buscamos demonstrar que essa relação não se enquadrava em uma posição de subordinação engessada. Tanto assim o é, que o apoio canossano era cobiçado por diferentes lideranças; contudo era essa *domus* também, uma exponente hegemonia.

Dispondo de vassalos, riquezas e relações sociais profícuas, a casa de Canossa, que apresentava uma natureza mais independente, na gestão de Matilda, ostentou um governo pautado pela lógica de poder local, onde ela, como núcleo-representante desse domínio, estava dissociada das dependências características estabelecidas por uma “Alta Política” e atribuídas a ela pela historiografia clássica. A forma com que conduziu a administração de seus domínios, impedindo o quanto pôde, que eles fossem corrompidos, usurpados ou atacados, coloca-a numa posição central de controle e governabilidade. Dizemos que podemos identificar linhas mais nítidas de política local em Matilda pois, seus antecessores imediatos – Beatrice e

Godofredo – não apresentam tal consolidação em relação à conduta de administração canossana: Beatrice por dispor de pouco tempo para trabalhar de forma autônoma, sem a participação dos esposos e Godofredo, que apesar de notável gestor fundiário, não fez uso de sua capacidade em prol do legado canossano. Por certo tempo, principalmente quando este esteve sob a gestão de Bonifácio e Godofredo, não identificamos uma linearidade na forma de governo; isso porque, o sucessor do pai de Matilda voltava seus esforços para as melhorias que contemplasse o ducado da Alta e Baixa Lorena. Seu empenho foi direcionado com o propósito de, anexando os domínios toscanos, aumentar seu próprio patrimônio fundiário e expandir o raio de alcance de sua influência governamental.

A Condessa Matilda de Canossa, que figurava como a *dominae* de um das mais prósperas e consolidadas *domus* da Itália setentrional do século XI, articulou sua gestão no sentido de apresentar uma conduta que servisse de inspiração para seus dependentes. Poderia tê-lo feito, sendo a esposa de um governante, atentando para questões relacionadas à fé, caridade, contenção e humildade deixando, assim, que a belicosidade juntamente com a questão administrativa fosse de competência de seu cônjuge. No entanto, ainda durante o segundo casamento da mãe – e o seu próprio – frente a uma realidade de desvio à que foi submetida sua ‘esfera doméstica’ por Godofredo da Lorena, empregou esforços com o propósito de retomar o controle de seus domínios. O movimento fora iniciado com Beatrice, por volta da época de realização do concílio de Mântua, sua territorialidade, onde não identificamos de maneira clara a posição da casa de Canossa, justamente por conta desse conflito de interesses. Mas é com Matilda que vemos, de maneira mais tangível, um comando sólido e longo, que envolvia desde conflitos bélicos com outros senhores e o cuidado dos pobres, até articulação em benefício próprio e sobriedade. Passando ainda por doações de riquezas e aconselhamento.

Encerramos esse trabalho, portanto, mantendo ainda a sua proposta original, de desligar Matilda de Canossa da posição de colaboradora do papado e do império germânico medieval, atribuindo-lhe o protagonismo da sua própria e relevante gestão. Além disso, ansiamos demonstrar que uma situação específica – o concílio de Mântua – pode ilustrar a influência e prestígio de que essa casa

dispunha. Sua autoridade sobre propriedades, pessoas e condutas, fruto de sua personalidade e postura, tão úteis ao seu contexto, são o que, ainda hoje, deixam fragmentos de sua trajetória como objeto de análise e apreciação.

BIBLIOGRAFIA

Documentos impressos

BENZO DE ALBA. **Ad Heinricum IV imperatorem libri VII**. MGH SS 11.

BONIZO DE SUTRI. **Liber ad Amicum**. *MGH Ldl*, 1, p. 568-620.

CANOSSA, Matilda di. **Medieval women's latin letters**. Disponível em: <<http://epistolae.ccnmtl.columbia.edu/woman/29.html>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

DONIZO. **Vita Mathildis**. MGH SS, tomo 12.

EMERTON, Ephraim. **The correspondence of Pope Gregory VII: selected letters from the *Registrum***. Columbia: Columbia University Press, 1990.

FALCE, Antonio. Documenti inediti dei duchi e marchesi di Tuscia: (secc. VII-XII) **Archivio storico italiano**. Firenze: Leo S. Olschki Ed., vol. II, 1927, p. 242-92.

MANARESI, Cesare. **I Placiti del "Regnum Italiae"**. Roma: Instituto Palazzo Borromini, 1960.

MOMMSEN, Theodor; MORRISON, Karl. (Ed.). **Imperial lives & letters of the eleventh century**. Columbia: Columbia University Press, 2000.

PEDRO DAMIANO. **Epistolae**. MGH Epp. Kaiserzeit, Briefe 3: 99.

ROBINSON, Ian S. **Eleventh-century Germany: the swabian chronicles**. Manchester, New York: Manchester University, 2008.

Bibliografia geral

ALBERIGO, Giuseppe. **Historia de los concilios ecuménicos**. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1993.

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano 1000 à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.

BERNOS, Marcel et alii. **O fruto proibido**. Lisboa: Edições 70, 1991.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1990.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOLTON, Brenda. **A reforma da Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 1983.

BOVO, Cláudia R. **Filiação, vassalagem e matrimônio no *Tristan de Béroul* (século XII)**. Franca: UNESP, 2004 [Dissertação de mestrado].

BROWN, Peter. **Corpo e Sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

_____. **A sociedade cavaleiresca**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **Eva e os padres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____; PERROT, Michelle. **História das mulheres: a idade média**. Lisboa: Edições Afrontamento, 1993.

EVERGATES, Theodore. **Aristocratic women in medieval France**. Philadelphia, Pennsylvania: University of Pennsylvania, 1999.

FOURQUIN, Guy. **Senhorio e feudalidade na Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 1992.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A idade média: nascimento do ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GILLI, Patrick. **Cidades e Sociedades Urbanas na Itália Medieval: (século XII XIV)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

GLAESNER, Henri. **Un mariage fertile en consequences: (Godefroid le Barbu et Béatrice de Toscane)**. *Revue d'histoire ecclésiastique*, Louvain, v. 42, 1947, p. 379-416.

GUERREAU, Alain. **O Feudalismo: um horizonte teórico.** Lisboa: Edições 70, 1983.

GUERREAU-JALABERT, Anita. **La désignation des relations et des groupes de parenté en latin médiéval.** *Archivum Latinitatis Medii Aevi*, tome 46-47, 1988, p. 65-108.

_____. **La parenté dans l'Europe médiévale et moderna: à propos d'une synthèse récente.** *L'Homme*, n. 110, tome 29, 1989, p. 69-93.

HEFELE, Charles. **History of the councils of the church.** Oregon, USA: Books for the ages. Vol. 1, 1997.

HOUGHTON, Robert. **Representations of collective action in Mantua and Parma, c. 1000-c.1120.** St Andrews: University of St Andrews, 2012.

LEFORT, Claude. **Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **O homem medieval.** Lisboa: Editora Presença, 1989.

_____; SCHIMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do Ocidente Medieval.** Bauru: Edusc, v. II, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco.** Petrópolis: Vozes, 1982.

MORSEL, Joseph. **La aristocracia medieval: el dominio social en Occidente (siglos V-XV).** Espanha: Publicacions de la Universitat de València, 2008.

PÉREZ, Mariel. **"La aristocracia altomedieval: legados historiográficos y tendencias de investigación".** *Medievalista*. n. 15, 2014. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA15/perez1503.html>>. Acesso em 11 fev. 2016.

PILOSU, Mario. **A mulher, a luxúria e a igreja na Idade Média.** Lisboa: Estampa, 1995.

RÉMOND, René. (Ed.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993.

ROBINSON, Ian S. **The papal reform of the eleventh century: lives of pope Leo IX and pope Gregory VII.** Manchester: Manchester University Press, 2004a.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político.** São Paulo: Alameda, 2010

ROTONDO-MCCORD, Jonathan. **Body snatching and episcopal power: Archbishop Anno II of Cologne (1056-75), burials in St Mary's ad gradus, and the minority of King Henry IV.** *Journal of medieval history*, 22, n. 3, 1996, p. 297-312.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. In: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultura, 1989.

RUST, Leandro D. **Colunas de São Pedro**: a política papal na Idade Média central. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. **Um príncipe medieval em dores de parto (1045-1085)**. *Revista Mosaico*, v.4, n.1, p.104-117, jan. /jun. 2011.

_____. **A Reforma Papal (1050-1150)**: trajetórias e críticas de uma história. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

SENEILLART, Michel. **As artes de governar**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

SESSA, Kristina. **The formation of papal authority in Late Antique Italy**: Roman Bishops and the Domestic Sphere. Cambridge: Cambridge University, 2012.

SILVA, Carolina Gual da. **“Até que a morte os separe”**: casamento reformado nos séculos XI-XII. São Paulo: UNESP, 2008 [Dissertação de mestrado].

STROLL, Mary. **Popes and antipopes**: the politics of eleventh century church reform. Leiden, Boston: Brill, 2012.

VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na Idade Média ocidental**: (séculos VIII a XIII). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1995.

WEINFURTER, Stefan. **The salian century**: main currents in an age of transition. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999.

Bibliografia específica

BERTOLINI, Margherita G. **Studi canossiani**. Bologna: Pátron Editore, 2004.

CALZONA, Arturo (Ed.). **Matilde e il tesoro dei Canossa tra castelli, monasteri e città**. Milano: Silvana Editoriale, 2008.

CANTARELLA, Glauco M. **L'imortale Matilde di Canossa**. In: CALZONA, Arturo. *Matilde e il tesoro dei Canossa tra castelli, monasteri e città*. Milano: Silvana Editoriale, 2008, p. 50-67.

DONIZO. **Vita Mathildis**: vita di Matilde di Canossa. Ed. Paolo Golinelli. Milão, Jaca Book, 2008.

- DUFF, Nora. **Matilda of Tuscany**: la gran donna d'Italia. London: Methuen & CO, 1909.
- FALCONIERI, Tommaso di Carpegna. **Roma e Leone IX**. In: CANTARELLA, Glauco Maria; CALZONA, Arturo. *La reliquia del sangue di Cristo: Mantova, l'Italia e l'Europa al tempo di Leone IX*. Mantova: Scripta Edizioni, 2012, p. 225-339.
- FIorentINI, Francesco M. **Memorie della gran contessa Matilda**: restituita alla patria lucchese. Lucca: Stamperia di Vincenzo Giuntini, 1756.
- FUMAGALLI, Vito. **Matilda di Canossa**: el poder y la soledad de una mujer del Medioevo. Argentina: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- GOLINELLI, Paolo. **Matilda e i Canossa**. Milão: Mursia, 2004.
- HAY, David J. **The campaigns of Countess Matilda (1046 – 1115)**: an analysis of the history and social significance of a woman's military leadership. Toronto: University of Toronto, 2000.
- HUDDY, Mary E. **Matilda, Countess of Tuscany**. Londres: Long, Jonh, 1906.
- LAZZARI, Tiziana. **Aziende fortificate, castelli e pievi**: Le basi patrimoniali dei poteri dei Canossa e le loro giuridizioni. In: CALZONA, Arturo. *Matilde e il tesoro dei Canossa tra castelli, monasteri e città*. Milano: Silvana Editoriale, 2008, p. 96-115.
- _____. **Miniature e versi**: mimesi della regalità in Donizone. In: ISABELLA, Giovanni. *Forme di poteri nel pieno medioevo (secc. VIII-XII): dinamiche e rappresentazioni*. Bologna, 2006, p. 57-92.
- MCGOWAN, Kathleen. **O legado de Maria Madalena II**: o livro do amor. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- PUGLIA, Andrea. **“Beata filia Petri”**: Matilde di Canossa e le città della Toscana nordoccidentale tra XI e XII secolo. Itália: Edizioni il Campano, 2013.
- SALVARANI, Renata; CASTELFRANCHI (Ed.). **Matilda di Canossa, il papato, l'impero**: storia, arte, cultura alle origini del romanico. Milão: Silvana Editoriale, 2008.
- SMITH, Rachel. **The art of inventing Matilda of Canossa**. Arizona: State University, 2012.
- SPIKE, Michele. **Tuscan countess**: The life and extraordinary times of Matilda of Canossa. New York: The Vendome Press, 2004.
- TOSTI, Luigi D. **La contessa Matilde e i romani pontefici**. Firenze: Barbèra, Bianchi e Comp, 1859.